



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

FRANCISCO RENATO ALVES DE SOUSA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO:
AVALIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM PETROQUÍMICA DO IFCE
CAMPUS CAUCAIA**

**FORTALEZA
2020**

FRANCISCO RENATO ALVES DE SOUSA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO:
AVALIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM PETROQUÍMICA DO IFCE
CAMPUS CAUCAIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Suely Salgueiro Chacon
Coorientador: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso

FORTALEZA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S696e Sousa, Francisco Renato Alves de.
A educação profissional integrada ao ensino médio : avaliação do curso técnico integrado em petroquímica do IFCE campus Caucaia / Francisco Renato Alves de Sousa. – 2020.
157 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.
Coorientação: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.
1. Políticas Públicas. 2. Educação Profissional e Trabalho. 3. Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. 4. IFCE. I. Título.

CDD 320.6

FRANCISCO RENATO ALVES DE SOUSA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO:
AVALIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM PETROQUÍMICA DO IFCE
CAMPUS CAUCAIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovado em: 04/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Júlio Alfredo Racchumi Romero
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Victória Régia Arrais de Paiva
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Dedico este trabalho aos meus pais.
Um porto seguro e exemplo para a
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato necessário e de muita importância, pois nesta vida nada conseguimos fazer sozinhos e demonstrar gratidão é uma forma legítima de valorizar as pessoas especiais que estão ao nosso lado.

Agradeço a Deus, Jeová, pela vida e pelas forças, por tudo de especial que acontece na minha vida.

À minha mãe, Raimundinha, que sempre foi desde o meu nascimento a minha maior fonte de amor e espiritualidade. Ao meu pai, Marcone, por sempre estar pronto para me ajudar em quaisquer circunstâncias e pelo seu exemplo de honestidade e fé. Ao meu irmão, Tiago, pelo seu companheirismo fraterno e pela sua alegria revigorante. Ao meu sobrinho, Guilherme, por encher os meus dias de risos e me ajudar, com a sua inocência, a ser mais feliz.

Agradeço à Profa. Dra. Suely Chacon por me acolher durante esse percurso como seu orientando, pelo seu zelo e amor demonstrados em cada momento. As suas palavras e atitudes foram fundamentais para que eu pudesse concluir essa importante etapa da minha vida. Fico feliz por ter lhe conhecido e sinto admiração pela sua dedicação mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao Prof. Dr. Gil Célio por me ajudar com as suas orientações e pela cordialidade. Sinto-me grato pela sua disponibilidade e por todos os momentos em que me apoiou neste desafio.

Ao Prof. Dr. Júlio Romero por atenciosamente aceitar o convite em fazer parte da banca de qualificação e defesa, e por suas importantes contribuições.

À Profa. Dra. Victória Paiva, por gentilmente aceitar o convite para compor a banca e por contribuir com o enriquecimento desta pesquisa.

Aos meus colegas da turma do Mestrado em Avaliação em Políticas Públicas da UFC, pelo companheirismo, pela troca de experiências e de conhecimentos. Destaco os meus companheiros de viagem e de quarto, Eugênio, Luiz, João e Carlos por nossa amizade e pelo apoio durante essa caminhada.

À Dona Fátima que me ajudou como um filho durante a estadia na cidade de Acaraú, Estado do Ceará, para assistir as aulas.

Por fim, agradeço ao IFCE que me presenteou com essa oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

“A melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é concentrar toda a imaginação e entusiasmo na execução perfeita do trabalho de hoje.”

(Dale Carnegie)

RESUMO

A história da educação profissional no Brasil perpassa por muitos caminhos e envolve questões políticas e econômicas. É um terreno marcado por disputas provocadas pelas transformações do mundo do trabalho, na esteira do capitalismo moderno. É neste contexto, que essa dissertação buscou realizar uma reflexão em torno do seguinte questionamento: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Caucaia, na execução da Política Federal de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, em regime integral, tem cumprido a sua missão institucional, em especial, na transformação da vida dos estudantes egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica? A pesquisa adotou como percurso metodológico a perspectiva teórico-política com viés crítico e ênfase em três vertentes de análise: de contexto de formulação da política, do conteúdo da política e da sua trajetória institucional. A pesquisa é do tipo descritiva, com abordagem qualitativa-quantitativa, e estruturou-se a partir do objetivo geral, que foi avaliar o Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE campus Caucaia como ferramenta de transformação socioeconômica dos estudantes egressos. Para alcançar esse propósito e compreender as questões envolvidas na política pública, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: refletir sobre a dinâmica capitalista envolvendo o mundo do trabalho e a educação profissional a partir dos seus conflitos teóricos; investigar o contexto, o arcabouço conceitual e a trajetória institucional da educação profissional integrada ao ensino médio e, por fim, identificar a percepção dos estudantes egressos acerca dos possíveis impactos socioeconômicos proporcionados pela formação técnica integrada. Os resultados da pesquisa enfatizam, que a educação profissional integrada ao ensino médio não pode ser avaliada apenas a partir de indicadores quantitativos de inserção no mercado de trabalho. Essa política pública produz impactos qualitativos importantes, que se traduzem em experiências exitosas no amadurecimento dos jovens e no seu preparo para ingressar na educação superior. Concluiu-se, que a política pública, no caso estudado, proporciona a abertura de muitos horizontes e perspectivas para os jovens, porém ela necessita de ajustes para possibilitar uma maior integração com o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Profissional e Trabalho. Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. IFCE.

ABSTRACT

The history of professional education in Brazil runs through many paths and involves political and economic issues. It is a land marked by disputes caused by the transformations of the world of work, in the wake of modern capitalism. It is in this context, that this dissertation sought to reflect on the following question: The Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará, campus Caucaia, in the execution of the Federal Policy of Professional Education Integrated to High School, in full regime, has fulfilled its institutional mission, in particular, in transforming the lives of students graduating from Integrated Technical Course in Petrochemicals? The research adopted the theoretical-political perspective as a methodological path with a critical bias and emphasis on three aspects of analysis: the context of policy formulation, the content of the policy and its institutional trajectory. The research is descriptive, with a qualitative-quantitative approach, and was structured based on the general objective, which was to evaluate the Integrated Technical Course in Petrochemicals at IFCE campus Caucaia as a tool for the socioeconomic transformation of alumni. To achieve this purpose and understand the issues involved in public policy, the following specific objectives were established: to reflect on the capitalist dynamics involving the world of work and professional education based on their theoretical conflicts; to investigate the context, the conceptual framework and the institutional trajectory of vocational education integrated to high school and, finally, to understand the perception of graduates about the possible socioeconomic impacts provided by integrated technical training. The survey results emphasize that professional education integrated with high school cannot be assessed only from quantitative indicators of insertion in the labor market. This public policy produces important qualitative impacts, which translate into successful experiences in the maturation of young people and their preparation to enter higher education. It was concluded that public policy, in the case studied, provides the opening of many horizons and perspectives for young people, but it needs adjustments to enable greater integration with the labor market.

Keywords: Public Policies. Professional Education and Work. Technical Course Integrated to High School. IFCE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A evolução das denominações do IFCE.....	57
Figura 2 – Localização geográfica dos <i>campi</i> do IFCE.....	60
Figura 3 – Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza.....	72
Figura 4 – Distribuição da carga horária.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorização dos <i>campi</i> do IFCE por processo de expansão.....	61
Quadro 2 – Metas do PNE para a Educação Profissional.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo dos cursos técnicos do IFCE.....	67
Tabela 2 – Demonstrativo dos cursos de graduação do IFCE.....	68
Tabela 3 – Demonstrativo dos cursos de pós-graduação do IFCE.....	68
Tabela 4 – Listagem de servidores do IFCE por tipo de cargos.....	71
Tabela 5 – Demonstrativo de distribuição da população de Caucaia (1991-2010) ...	73
Tabela 6 – Número de empregos formais em Caucaia.....	75
Tabela 7 – Egressos que continuam estudando e que buscam emprego.....	100
Tabela 8 – Egressos que continuam estudando e que não buscam emprego.....	101
Tabela 9 – Egressos empregados em relação aos estudos.....	102
Tabela 10 – Contexto geral dos egressos em relação aos estudos.....	103
Tabela 11 – Motivos para não fazer o curso novamente.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação dos Egressos no Mercado de Trabalho.....	94
Gráfico 2 – Egressos que nunca exerceram atividade remunerada.....	96
Gráfico 3 – Tipo de vínculo de atividade remunerada.....	97
Gráfico 4 – Interesse por emprego formal.....	98
Gráfico 5 – Egressos desempregados que não buscam emprego.....	100
Gráfico 6 – Fatores que contribuíram para a continuidade dos estudos.....	104
Gráfico 7 – Dificuldades para conseguir emprego formal.....	106
Gráfico 8 – Fatores para não estar trabalhando na área da formação técnica.....	108
Gráfico 9 – Avaliação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica.....	109
Gráfico 10 – Motivos para fazer o curso novamente.....	111
Gráfico 11 – Percepção do nível de aprendizado.....	112
Gráfico 12 – Aspectos do curso a melhorar.....	113
Gráfico 13 – Mudanças Socioeconômicas.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFETCE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CNE	Conselho Nacional de Educação
COLDIR	Colégio de Dirigentes
CONSUP	Conselho Superior
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIC	Cursos de formação inicial e continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPE	Progressão Parcial de Estudos
PPI	Prática Profissional Integrada

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROEXT	Pró-reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPI	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
ROD	Regulamento da Organização Didática
SEINFRA	Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINDQUÍMICA	Sindicato das Indústrias Químicas, Farmacêuticas e da Destilação e Refinação de Petróleo no Estado do Ceará
UNED	Unidades de Ensino Descentralizadas
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 ESCOLHA DO PERCURSO AVALIATIVO E ASPECTOS METODOLÓGICOS ..	11
2.1 A ESCOLHA DA PERSPECTIVA AVALIATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	14
2.2 TIPO DE ESTUDO E ABORDAGEM.....	18
2.3 LOCAL E PERÍODO DO ESTUDO.....	19
2.4 SUJEITOS DA PESQUISA	19
2.5 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES.....	20
2.6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	21
3 O MUNDO DO TRABALHO E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	23
3.1 O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO	23
3.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO.....	26
4 A POLÍTICA FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO	37
4.1 O CONTEXTO E AS REPERCUSSÕES CONCEITUAIS DA POLÍTICA PÚBLICA.	37
4.2 A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ...	54
4.3 A IMPLANTAÇÃO DO IFCE <i>CAMPUS</i> CAUCAIA	71
4.4 O CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM PETROQUÍMICA.....	78
4.4.1 Metodologia.....	80
4.4.2 Organização curricular.....	81
4.4.3 Avaliação da aprendizagem.....	83
4.4.4 Prática profissional integrada (PPI).....	85
4.4.5 Estágio não obrigatório.....	86
4.4.6 Projetos de ensino.....	87
4.4.7 Projetos de pesquisa, inovação e extensão.....	87
4.4.8 Políticas institucionais no âmbito do curso.....	88
4.4.9 Avaliação do projeto do curso.....	89
4.4.10 Apoio ao discente.....	89
5 OS IMPACTOS SÓCIOECONÔMICOS DA POLÍTICA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	125

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS.....	130
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	132
ANEXO A – RELAÇÃO DE CURSOS DO IFCE	134
ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR.....	147

1. INTRODUÇÃO

A Avaliação de Políticas Públicas é um desafio que precisa ser buscado pelo Estado, a fim de que se possa aprimorar progressivamente as ações governamentais em favor da sociedade. A avaliação faz parte do ciclo de políticas públicas enquanto atividade permanente, visando não apenas identificar problemas, mas também realizar a análise das mudanças advindas da intervenção pública.

Nesta pesquisa foi realizada a avaliação da política pública federal de educação profissional integrada ao ensino médio, no contexto do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia. Para a sua realização abordou-se o contexto, o conteúdo e o percurso institucional afim de refletir sobre como foi concebida essa política pública de viés educacional.

A política pública educacional voltada para a formação profissional já possui mais de um século de existência no Brasil. Porém, com o processo de crescimento econômico e, por uma escolha política e estratégica dos governos petistas a partir do ano de 2008, esse modelo de política pública passou a receber grandes investimentos e expandindo a sua atuação para as mais diversas regiões do país.

Além disso, foi somente nesse período que ocorreu definitivamente a integração da educação profissional com a formação secundária. E, com isso, fazendo a conciliação dos conflitos que existiam em relação ao lugar que a educação profissional deveria ter, dentro do contexto educacional comum.

Como pressuposto, considerou-se que esses investimentos em educação profissional ocorreram por uma razão muito clara: a necessidade de ampliar a capacidade tecnológica e a formação de profissionais de nível médio e superior, frente às demandas do crescimento econômico brasileiro. Assim, é dentro dessa dinâmica de desenvolvimento que são implementados ajustes normativos para permitir oportunidades a partir da formação de nível médio. E, com isso incrementar conhecimentos profissionais visando a inserção no mercado de trabalho.

Desse modo, depreende-se do histórico da educação profissional a observação das suas diversas intervenções, não apenas estruturais ou organizacionais. Mas, também, nos seus objetivos e nas relações com os outros níveis de ensino. Diante disso, identifica-se que este é um campo de estudo fértil

que merece ser pesquisado a nível de pós-graduação. Uma vez que a política pública federal de educação profissional integrada ao ensino médio possui diversas variáveis a serem melhor entendidas, especialmente quanto aos reais impactos socioeconômicos que a política pública proporciona aos estudantes egressos.

O interesse do autor pelo tema justifica-se pelo fato que, a partir do ano de 2014, o pesquisador passou a atuar no IFCE *campus* Caucaia, na área de gestão orçamentária, acompanhando de perto a aplicação dos recursos liberados pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso, a partir do ano de 2018, o pesquisador compreendeu melhor os desafios institucionais envolvidos na política pública quando passou a atuar em função de gestão ligada à Direção-Geral do *campus*.

Assim, a escolha do tema desta pesquisa foi imbuída pelo desejo de avaliar se a instituição onde o pesquisador trabalha tem alcançado êxito na política pública de educação profissional integrada ao ensino médio. Sobretudo, em relação aos reflexos socioeconômicos nas vidas dos jovens estudantes que dedicam alguns anos na formação secundária integrada a uma formação técnica.

Destaque-se que a partir do ano de 2015 o Brasil vem vivenciando um cenário de crise econômica, que é traduzido pelos altos índices de desemprego e de violência urbana. Nessa perspectiva, a existência de uma instituição - oportunizando aos jovens do município de Caucaia, Estado do Ceará, estar no ambiente educacional por tempo integral, estudando os conteúdos do ensino médio e aprendendo uma profissão - é, sem dúvida, uma política estratégica que merece ser avaliada a partir de uma visão ampla, que reconheça não apenas os números, mas os impactos a serem percebidos através de análises qualitativas.

As variáveis alcançam ainda mais complexidade quando se compreende a realidade dos estudantes do IFCE *campus* Caucaia. Visto que muitos destes estudantes são de origem bastante humilde, necessitando muitas vezes do apoio da instituição para a sua alimentação e transporte escolar.

Neste sentido, é preciso analisar a missão do IFCE, no qual o seu intuito é o de *“produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”*. Diante disso, questiona-se se o esforço investido todos os dias tem produzido os resultados que

se esperam frente ao desafio de proporcionar uma formação que insira os estudantes egressos na sociedade.

Diante do exposto, acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para o IFCE *campus* Caucaia, apresentando um trabalho avaliativo sobre questões já presentes no cotidiano da comunidade acadêmica. Além disso, busca-se demonstrar os impactos socioeconômicos da política pública na vida dos estudantes egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica, como recorte amostral.

Para tanto, esta pesquisa buscou dar respostas à inquietação que se traduz na seguinte pergunta: *O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Caucaia, na execução da Política Federal de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, em regime Integral, tem cumprido a sua missão institucional, em especial, na transformação da vida dos estudantes egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica?*

Em relação ao objetivo geral busca-se avaliar o Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia como ferramenta de transformação socioeconômica dos estudantes egressos. Para ampliar a reflexão e sistematizar a pesquisa sobre a política pública, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre a dinâmica capitalista envolvendo o mundo do trabalho e a educação profissional a partir dos seus conflitos teóricos;
- Investigar o contexto, o arcabouço conceitual e a trajetória institucional da educação profissional integrada ao ensino médio;
- Identificar a percepção dos estudantes egressos acerca dos possíveis impactos socioeconômicos, proporcionados pela formação técnica integrada nas suas vidas.

Esta pesquisa tem a sua relevância alicerçada na necessidade de contribuir com o campo científico de Avaliação de Políticas Públicas, frente ao contexto de ampliação dos investimentos em educação profissional voltada para a inserção de jovens no mercado de trabalho. É importante frisar que o estudo integra a linha de pesquisa Políticas Públicas e Mudanças Sociais, uma vez que ela aborda uma política pública de caráter social, visando oportunizar à sociedade brasileira uma

educação de qualidade transformadora que se traduza em progresso socioeconômico.

A estrutura dessa dissertação compreende cinco seções, incluindo esta introdução, na qual apresenta um breve apanhado do objeto e dos objetivos da pesquisa. Na segunda seção, são apresentados os aspectos metodológicos, contemplando a escolha da perspectiva avaliativa de políticas públicas, a área de estudo, os sujeitos da pesquisa, os métodos e as técnicas da pesquisa para a coleta e análise de dados.

Na terceira seção, encontra-se as categorias teórico-analíticas que envolvem e dão sustentação à política em estudo, a saber: Trabalho e Educação Profissional. A discussão teórica expressa o trabalho dentro do contexto capitalista enquanto fundamento, fazendo emergir a reflexão sobre a necessidade de uma educação especializada para atender às novas necessidades do mundo moderno. E, ainda, mesma seção, abordar os conflitos teóricos existentes na relação educação-trabalho.

Na quarta seção, tem-se uma contextualização sobre os movimentos conceituais e a trajetória institucional da política pública de educação profissional integrada ao ensino médio. Como delimitação do objeto e estudo de caso, esta seção contempla as questões envolvidas na implantação do IFCE *campus* Caucaia bem como detalha as principais características do Curso Técnico Integrado em Petroquímica.

Já na quinta seção são apresentadas as percepções dos estudantes egressos acerca do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia, em especial sobre os impactos socioeconômicos da materialização da política pública no município de Caucaia. E, finalmente, a sexta seção aponta as considerações finais da pesquisa.

2. ESCOLHA DO PERCURSO AVALIATIVO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de um estudo que visa demonstrar a realidade de um fenômeno social, apresenta-se neste tópico os aspectos metodológicos adotados. Por se tratar, especificamente, da avaliação de uma política pública centenária percebe-se que com o decorrer do tempo ela vem assumindo diversas formas e fazendo emergir novos conceitos e objetivos. Com isso, há a necessidade de refletir e dialogar sobre algumas questões que envolvem as políticas públicas.

É importante registrar, inicialmente, que não há um consenso entre os autores que tratam sobre o conceito de políticas públicas, pois a definição muda a depender da amplitude do olhar sobre o tema. Assim, Marques (2013, p. 24) explica que as políticas públicas são um “conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo”. O autor toma como referência o estudo “Estado em ação” na formulação de Jobert e Muller (1987), afirmando que o estudo de políticas públicas envolve analisar as razões e a forma como o Estado age diante de um contexto específico.

Ao olhar para a definição de políticas públicas a partir de quem está implementando-a, conclui-se que elas são ações exclusivas do Estado. No entanto, como destaca Secchi (2010), existe uma abordagem multicêntrica mais ampla que apresenta a visão de políticas públicas não a partir de quem as implementa, mas do ponto de vista do público alvo. Em vista disso, as políticas públicas são públicas não porque são desenvolvidas exclusivamente por uma instituição governamental, mas porque elas têm como alvo a sociedade como um todo, um caráter público.

A partir dessa perspectiva pode-se chegar a um conceito mais amplo de políticas públicas, pois elas poderiam ser vistas como ações desenvolvidas por qualquer instituição, pública ou não, desde que tal ação tenha caráter público na direção da melhoria social ou na consecução de um interesse público reconhecido. Neste contexto, ao abordar a definição de políticas públicas com o olhar sobre o público alvo, Silva (2008, p. 90) considera como política pública “uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. [...] representa um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não-decisões, constituída por jogos de interesses”.

Com isso, não existe aqui uma amplitude conceitual sem fim, mas a possibilidade de se pensar em políticas públicas a partir de vários olhares e em diferentes direções. Certamente, existem muitas variáveis envolvidas na construção de políticas públicas, pois elas nascem de contextos de interesses e de necessidades. Partindo desse pressuposto, as políticas públicas passam a ser entendidas não simplesmente como ações singulares de um Estado proativo, mas na verdade como respostas ou omissões do Estado a interesses sociais articulados diante de problemáticas reconhecidas.

Além do mais, ao admitir que o campo das políticas públicas é um campo holístico, pode-se afirmar que é uma área que sofre influências de outras disciplinas e teorias. Embora tenham sido construídas dentro de modelagens próprias como um ramo da Ciência Política, as políticas públicas não se limitam a ela, mas funcionam como um campo aberto para receber contribuições de diversas áreas de conhecimento.

Nesta pesquisa, entende-se políticas públicas como sendo um conjunto de ações em favor da coletividade a partir do reconhecimento de necessidades ou no atendimento de interesses públicos. Certamente, as políticas públicas a exemplo da que foi abordada nesta pesquisa são construídas a partir das diversas iterações entre os grupos de interesses, sejam relações de consenso ou de conflito.

Assim, as políticas públicas são entendidas não como instrumentos burocráticos de ação do Estado, mas como um processo que envolve diversas fases ou ciclos que se retroalimentam de forma dinâmica, à medida que a própria execução proporciona aprendizados e ajustes de direção. A partir disso, o estudo de políticas públicas envolve acompanhar as fases de formulação, implementação e avaliação.

Ao tratar sobre a fase de formulação das políticas públicas, Silva (2008) destaca que existe um movimento de constituição do problema e da agenda governamental. Haveria uma pressão social para dar visibilidade a uma situação-problema, visando trazer para dentro da agenda de governo a necessidade de ações públicas. Dentro de um contexto democrático, a decisão de formular ou de inserir a demanda dentro da agenda pública é fruto de uma negociação entre o Estado e a sociedade através dos agentes políticos representantes.

Logo, se os agentes políticos não corresponderem aos apelos sociais, a questão só entrará no debate político mediante pressões dos grupos de interesses sobre os partidos políticos, líderes políticos, manifestações sociais e por meio da comunicação em massa. Isso não tira do Estado a sua capacidade proativa de agir, pois os agentes políticos são representantes da sociedade e podem antecipar a formulação de políticas públicas a partir do reconhecimento de situações que demandam soluções.

Após entrar na agenda pública, a política pública precisa ser formulada de forma técnica a fim de atingir o seu objetivo e atender aos anseios dos demandadores. Podem surgir várias alternativas desenhadas, mas será no seio do processo político que será tomada a decisão de qual alternativa adotar. Uma vez que interesses estarão em jogo e, a depender do tipo de alternativa, a política pública poderá se tornar assunto de novos conflitos.

A implementação das políticas públicas envolve o processo de materializar a ação pública através da definição de orçamento, criação ou a mobilização de instituições já existentes e a elaboração de leis e regulamentos, dentro outras medidas. As políticas públicas são transformadas em programas para que ocorram as entregas de resultados. Assim, deve haver uma grande interação entre os objetivos e as ações executadas, pois o distanciamento entre as duas questões determinará o fracasso da política pública.

Sem dúvida, essa é uma fase complexa, pois é o momento em que se deve colocar em prática o que está escrito e negociado a partir de diversas racionalidades. Nesse sentido Silva (2008) destaca:

Parto, portanto, do entendimento de que uma política pública, desde a sua formulação, envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controle (poder); interação entre os sujeitos; interesses diversos, adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais desse processo e suas racionalidades. Assim, o processo de políticas públicas é assumido, nos seus diferentes momentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem nele, orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazendo do desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear (SILVA, 2008, p. 97-98).

Para o autor existem diferentes perspectivas pelas quais agem os sujeitos das políticas públicas. No prisma administrativo, a burocracia orienta-se pelos

valores da eficiência, com foco nos resultados e impactos sem se preocupar com questões alheias ao que está definido no corpo da política. Na perspectiva política, os sujeitos são influenciados pela lógica da representatividade e pela responsabilidade nas ações de governo frente aos grupos de interesses. Na visão legal, a principal questão é a proteção da lei visando garantir a igualdade entre os beneficiários da política pública. Por fim, na perspectiva de resultados, estão os sujeitos técnicos cuja análise está focada na eficácia e efetividade da política pública frente à população beneficiária.

Certamente, essa variedade de perspectivas orientadoras faz com o que os sujeitos das políticas públicas tenham prioridades diferentes, o que conduz a desencontros e embates exigindo que haja medidas de compatibilização de ações e competências. Porém, não é algo que ocorra de imediato, mas à medida que a política pública passa pelo processo de avaliação.

Neste sentido, considera-se que a etapa de avaliação de políticas públicas é uma fase decisiva, pois é nesse estágio que são feitos os ajustes e são ampliadas as ações ou até mesmo as atividades são descontinuadas. Nesse ínterim, precisa-se escolher como fazer essa avaliação visto que muitas são as formas de fazê-la a partir da perspectiva escolhida.

2.1. A ESCOLHA DA PERSPECTIVA AVALIATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Silva (2008, p.102), “a avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento, verificando-se sua expansão a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos, no âmbito dos programas de combate à pobreza”. Porém, como observa Rodrigues (2008), foi somente nos anos 90, na França, que a área de avaliação de políticas públicas cresceu, pois foram formulados modelos para o acompanhamento do desempenho de programas. No qual o Congresso Nacional começou a aprovar políticas e programas sociais, com base em metodologias avaliativas.

A autora ainda diz que na mesma época nos Estados Unidos, França e Inglaterra houve um crescimento da avaliação de políticas públicas no campo científico, com o apoio de profissionais de diferentes áreas, mas que estavam se especializando em avaliação. Dessa forma, a etapa da avaliação passou a ser vista como um importante instrumento para a melhoria da eficiência do gasto público, da

qualidade da gestão, do controle social sobre a ação do Estado e para a transparência dos resultados das ações de governo. Tratava-se de um exame sistemático e objetivo para julgar o desempenho e os resultados na direção da mensuração da eficiência, eficácia e efetividade.

É importante frisar que os modelos avaliativos sofreram grande influência das Agências Multilaterais, que passaram a definir as metodologias que deveriam ser adotadas de acordo com as suas exigências de resultados e objetivos. Esse processo ocorria dentro de um fluxo de financiamento atrelado a uma frequente prestação de contas por parte dos países comprometidos.

De acordo com o Rodrigues (2008), é nesse contexto que a avaliação de políticas públicas assume papel de destaque nas Administrações Públicas da América Latina. No Brasil, isso se tornou mais evidente no final da década de 1980, quando o país passou a assumir compromissos junto aos organismos internacionais de financiamento. A partir disso, deu-se início a implantação de um modelo gerencial que se travestiu de uma chamada modernização do Estado alicerçada em princípios e valores neoliberais.

Silva (2008), corrobora ao explicar que a expansão das avaliações de políticas e programas sociais no Brasil ocorreu em meados da década de 1980. Nesta época havia um contexto de exigências de organismos internacionais, mas que essa expansão também foi consequência da ação de movimentos sociais. Já que naquela época demandavam políticas sociais universalizadas enquanto direito de cidadania.

Essas instituições estabeleceram condições que previam o acompanhamento dos projetos financiados com um viés de mensuração de resultados restrito ao tripé de eficácia, eficiência e efetividade. Tratava-se de uma avaliação de políticas públicas tradicional e positivista focada nos resultados frente aos objetivos tendo como parâmetros dados meramente quantitativos.

Dessa forma, a avaliação era vista como um instrumento capaz de embasar as decisões dentro de um movimento de otimização do gasto público e de ampliação dos resultados. Havia ainda um caráter gerencialista onde a avaliação dos projetos financiados pretendia justificar a flexibilização dos direitos trabalhistas e reduzir o tamanho do Estado.

Apesar desse viés de mensuração de resultados, o campo de avaliação de políticas públicas passou a receber grandes contribuições da academia somando as variáveis antes não incluídas. Esse processo de amadurecimento proporcionou o surgimento de outros modelos de avaliação de políticas públicas, com um viés amplo e qualitativo apropriando-se de questões como conflito de interesses, relações de poder e valores.

Dessa forma, a avaliação de políticas públicas é um processo que reconhece questões e se posiciona sobre elas, pois como Silva destaca:

Em termos de concepção, etimologicamente, o termo avaliação significa atribuir valor, esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom, ruim, positivo, negativo. Trata-se necessariamente, de um julgamento valorativo; portanto, não é um ato neutro nem exterior às relações de poder, mas é um ato eminentemente político que integra o contexto de um programa público, exigindo esforço de objetivação, de independência e ações interdisciplinares (SILVA, 2008, p. 112).

Neste caso, os modelos tradicionais de avaliação de políticas públicas começam a ser questionados quanto a sua capacidade de enxergar a amplitude dos efeitos da execução das políticas públicas. Eles estariam seguindo um roteiro influenciado por definições ou objetivos, porém esse mesmo roteiro estaria deixando de lado questões outras não previstas naqueles conceitos.

No decorrer do tempo foram surgindo outras abordagens de avaliação de políticas públicas que foram além do paradigma positivista reconhecendo contornos não vistos no modelo técnico. Esses novos modelos reconheceram a importância da análise de contexto socioeconômico, político e cultural, bem com as relações de poder e de interesses inseridas na formulação e implementação das políticas.

O fato é que as políticas públicas afetam as vidas das pessoas. E são resultado de relações de poder muitas vezes conflituosas, de modo que a avaliação não se trata apenas de um controle técnico, mas de um ato político, de um julgamento passível de ser questionado, como qualquer conclusão social é. Assim, entende-se que avaliar um processo político por si só já é um ato que foge à neutralidade.

O exercício de avaliar uma política pública requer a apropriação de um contexto mais amplo, que não se limite apenas a mensuração de resultados com base em indicadores pré-definidos. Mas, que envolve compreender e refletir sobre as razões, os sentidos, as expectativas, as leituras nas perspectivas dos atores

envolvidos e as questões alheias ao que foi planejado inicialmente na formulação da política pública.

Na esteira dessa reflexão, a pesquisa aqui empreendida adotou o modelo avaliativo proposto por Silva (2008) que o denominou de pesquisa avaliativa. Conforme a própria autora, este modelo considera que a base teórico-metodológica da avaliação de políticas públicas é concebida por meio da relação dialética das dimensões técnica e política. Trata-se, portanto, de uma avaliação da política pública a partir de uma perspectiva teórico política com viés crítico.

No caminho percorrido nesta pesquisa através dessa metodologia avaliativa, deu-se ênfase a três vertentes de análise: análise de contexto de formulação da política, conteúdo da política e a sua trajetória institucional. Em que buscou-se entender, a partir de um estudo de caso, quais os interesses e conflitos envolvidos na implementação e execução da política pública, bem como os seus reflexos na vida socioeconômica daqueles que são o seu público alvo.

Em outras palavras, ao procurar compreender a relação entre a política pública e o próprio impacto causado, deve-se realizar o exame enxergando vários contornos, pois conforme (SILVA, 2008):

Em relação à avaliação política da política, a análise se centra nos fundamentos e condicionamentos de ordem política, econômica e sociocultural que determinaram o processo de formulação da política ou de elaboração de um plano, voltando-se para a identificação e análise dos princípios de justiça social, implícitos ou explícitos, que orientaram o processo de transformação de uma agenda pública em alternativas de políticas num programa a ser adotado e implementado. Interessa, na abordagem de avaliação política, considerar as seguintes dimensões: identificação e análise do referencial ético-político que fundamentou a política, dos determinantes de ordem econômica, política e sociocultural que condicionaram a formulação da política; dos princípios de justiça, explícitos e implícitos, identificando possível privilegiamento de acomodação social (caráter mantenedor ou meramente distributivo) ou promoção da equidade social (caráter redistributivo) (SILVA, 2008, p. 149)

Essas informações são importantes para realizar uma reflexão crítica e posicionada a respeito da política pública, trazendo para a discussão questões que vão além de números, mas que possam melhor traduzir a realidade. É nessa linha que Silva (2013) afirma que a avaliação de políticas públicas se utiliza dos métodos, técnicas e procedimentos utilizados pela pesquisa social, uma vez que há como objeto questões que envolvem a realidade e o passado da sociedade.

2.2. TIPO DE ESTUDO E ABORDAGEM

Esta pesquisa visa contribuir para a análise da política pública federal de educação profissional integrada ao ensino médio a partir da relação educação – trabalho na perspectiva do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia.

Quanto ao seu objetivo a pesquisa escolhida é do tipo descritiva, pois, de acordo com Casarin (2012, p. 41), a pesquisa descritiva procura “caracterizar e identificar opiniões, atitudes e crenças acerca do objeto”.

No caso concreto, pretendeu-se responder a questões pertinentes ao estudo a partir do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, fenômenos humanos pertencentes à realidade social (DESLANDES, 2009). Dessa forma, será possível analisar e compreender os elementos coletados, permitindo construir categorias, conceitos mais regulares apontados pelos sujeitos participantes do estudo.

Em relação à abordagem, optou-se pela pesquisa do tipo quali-quantitativa, pois se de um lado envolverá questões subjetivas e interpretativas, por outro lado, necessitará quantificar e mensurar uma ou mais variáveis. Segundo Casarin (2012, p. 31), “as pesquisas científicas podem apresentar aspectos qualitativos e quantitativos, sendo que um pode complementar ou subsidiar o outro no momento da análise dos resultados obtidos”.

Considera-se que a escolha de uma abordagem mista é uma decisão acertada a partir do momento que se reconhece a necessidade de entender questões subjetivas não representadas por variáveis numéricas. Ao mesmo tempo, também, pretende-se mensurar resultados a partir de métodos estatísticos.

A escolha de tipologia e abordagem tem como base os objetivos específicos, para conhecer as questões relacionadas a política pública a partir da perspectiva dos atores envolvidos, buscando entender os sentidos e os motivos. Além disso, a quantificação das respostas poderá apresentar conclusões acerca de algumas variáveis de mudanças socioeconômicas.

2.3. LOCAL E PERÍODO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Caucaia, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará. A Autarquia Federal de Ensino foi inaugurada no dia 27 de dezembro de 2010 com início das atividades acadêmicas no ano de 2012. A demanda estimada de oportunidades de empregos e da instalação de empreendimentos no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), inaugurado em 2002, foram as questões centrais para a implementação do IFCE *campus* Caucaia cujos cursos técnicos estavam alinhados com a demanda do complexo industrial.

Assim, a pesquisa teve como base o período que compreendeu a formação da primeira turma dos estudantes egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica até os dias atuais. Ou seja, informações colhidas a partir do ano de 2015, representando, dessa forma, um “método como caminho para se chegar a determinado fim” (GIL 1999, p.26).

Destaca-se que a escolha do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia tem a sua razão de ser. Acredita-se que este curso foi o mais afetado pela não implantação da Refinaria Premium II da Petrobrás no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Essa questão influenciou no objetivo específico, que tratou sobre a reflexão da relação educação-trabalho no contexto dos estudantes egressos.

2.4. SUJEITOS DA PESQUISA

Entre os sujeitos da pesquisa estão os estudantes egressos da primeira turma formada do Curso Técnico Integrado em Petroquímica. A referida turma foi formada por 35 estudantes, que iniciaram os seus estudos no primeiro semestre de 2015 e tendo como previsão de término do curso o segundo semestre de 2017.

Além disso, o universo da pesquisa envolveu a participação de diversos atores que atuam direta ou indiretamente na operacionalização da política pública, podendo ser citados entre eles servidores lotados na Direção-Geral, Departamento

de Ensino, Departamento de Administração e Planejamento e Coordenação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica.

O número de sujeitos selecionados foi influenciado pelo critério da representatividade das percepções, explicações e sentidos atribuídos pelos participantes com maior pertinência das informações e conteúdos. Isso permitiu um engajamento compreensivo-interpretativo das informações obtidas, já que “compreender é conhecer o que alguém está experienciando por meio de uma recriação daquela experiência, ou do contexto daquela experiência em si mesmo” (SANTOS FILHO, 1995, p. 27). E, assim, aproximando significado, contexto e fatores sociais.

2.5. PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Para realizar este trabalho avaliativo adotou-se uma pesquisa social, que segundo Gil (2008, p.26), pode ser definida como “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. Para além de aplicação de uma pesquisa social, como já dito anteriormente, adotou-se como paradigma de avaliação da política pública a perspectiva teórico-política com viés crítico. Isso exigiu a utilização de mais de um método para a captação e análise das informações.

Ademais, diante da complexidade do objeto de estudo a ser investigado e a necessidade de compreender a singularidade do fenômeno abordado, optou-se pelo estudo de caso, trata-se de um “estudo profundo de um de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2008, p. 57).

O estudo também envolveu a pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema proposto visando possibilitar “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p.65).

Para tanto, foram examinados documentos institucionais e demais documentos que explicam os conceitos e os objetivos por trás da implementação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Caucaia.

Os estudantes egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica participaram da pesquisa através de questionários com perguntas pré-definidas visando observar, principalmente, os impactos socioeconômicos que a política pública gerou em suas vidas. E, identificar quais eram as expectativas dos estudantes e quais as suas percepções sobre os resultados após a sua formação profissional integrada ao ensino médio.

A coleta de dados com os demais atores envolvidos na consecução da política pública foi realizada através da utilização do método de entrevistas, afim de conhecer o funcionamento do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia.

Procurou-se coletar as percepções dos atores de forma espontânea sem seguir um roteiro. Esse instrumento permite o conhecimento das impressões dos indivíduos acerca do tema, bem como possibilitará a coleta de dados para alcançar o objetivo da pesquisa (GIL, 2008).

2.6. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O estudo de campo - com base nos estudos bibliográficos, documentais e aprofundamento dos objetivos propostos, alinhados ao embasamento teórico envolvendo literatura concernente ao tema - permitiu uma análise compreensiva e interpretativa dos dados coletados. Além da produção primária das informações, a interação com os sujeitos participantes da pesquisa e a leitura de fontes secundárias como documentos oficiais e jornais, foram utilizados como importantes fontes para observar a materialização das informações pesquisadas.

Finalizada a coleta de dados, foi realizada a análise quantitativa e qualitativa-compreensiva, discutindo os resultados segundo a literatura e agrupados de acordo com a sua relevância, em categorias principais e secundárias. Sendo sistematizados e articulados para perceber as suas regularidades no momento da avaliação da política pública no caso concreto.

Para realizar a análise dos dados coletados, tornou-se necessária realizar a organização desses componentes a fim de extrair informações capazes de atender aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa. Quanto à análise dos questionários, inicialmente foi realizada a codificação e a tabulação dos dados brutos através do

software Microsoft Office Excel. Por meio desse software, foi realizada a análise descritiva dos dados, identificando as tendências, divergências e exceções. Foram construídos gráficos e tabelas para facilitar a análise e a apresentação dos resultados.

A abordagem metodológica e os procedimentos durante o estudo não serão inflexíveis, pois conforme Gil (1999, p. 33) explica que

nem sempre método é adotado rigorosa ou exclusivamente em uma investigação. Com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isto porque nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação.

Apesar da pluralidade de métodos para desenvolvimento do estudo, o enfoque da pesquisa foi guiado pela metodologia norteadora, pesquisa do tipo descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, atendendo a princípios éticos de respeito aos participantes. A articulação dos elementos sistematiza, à luz da teoria, um conhecimento acerca da realidade do espaço/situação, contextualizando o problema pesquisado, contribuindo para explicação e compreensão mais aprofundada desse complexo fenômeno humano. Já que necessita ser investigado a fim de contribuir para a avaliação, como uma das fases do ciclo de vida das políticas públicas.

Para realizar a pesquisa proposta torna-se necessário um embasamento teórico sobre as questões investigadas. As reflexões acerca dos temas fundantes desta pesquisa são fundamentais para uma melhor análise dos resultados alcançados. Assim, a próxima seção tratará da revisão dos conceitos considerados necessários para essa tarefa.

3. O MUNDO DO TRABALHO E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Discutir sobre o mundo do trabalho nos tempos contemporâneos exige a realização de um breve histórico das relações entre o capitalismo, o trabalho e as mudanças sociais pelas quais o Brasil passou nos últimos anos. Neste sentido, em harmonia com os objetivos da pesquisa, nesta seção foi feita uma contextualização do mundo do trabalho a partir das transformações provocadas pelo sistema econômico capitalista e a sua relação com a educação profissional.

3.1. O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO

O sistema social capitalista direcionou o trabalho humano para a acumulação de bens, com a crescente ampliação e modernização dos meios de produção. Uma das grandes mudanças que viabilizou a implantação do capitalismo, como sistema social que influenciaria o trabalho, foi a proibição do trabalho escravo. Através dessa medida, foi possível dar início a um contexto social no qual a maioria das pessoas iriam disponibilizar a sua força de trabalho. Uma vez que o intuito era conseguir o seu próprio sustento e das suas famílias.

Conforme discorre Oliveira (2008), através do sistema capitalista as relações humanas são convertidas em interações comerciais. Nesse sistema, o homem se apresenta à parte dos resultados por ele produzidos uma vez que tais produtos finais são tratados como objetos sociais privados agregando valor e riqueza. A partir dessa dinâmica, compreende-se que o processo de migração da lógica escravista para o modelo assalariado trouxe o conceito de que o próprio homem é em si, uma mercadoria. Visto que, o seu trabalho é um recurso de valor que deve ser mercantilizado entre aqueles que tem capacidade de explorar o capital humano em forma de trabalho.

É dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários - trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver (FRIGOTTO, 2001, p. 75).

Dentro do sistema capitalista o trabalho é visto como um meio para conseguir agregar valor e riqueza de forma que a satisfação de necessidades humanas, muitas vezes, tem prioridade secundária. Além disso, a divisão de classes ocorre como se fosse um processo natural, já que alguns indivíduos serão os contratantes da força de trabalho e concentram em suas mãos maior parte da riqueza. Ao passo que a maioria forma a classe social trabalhista obrigada a vender a sua força de trabalho para garantir o seu próprio sustento.

Com isso, o trabalhador passa a ser visto como um recurso humano, mercantilizado. Ele perde o seu valor pessoal de forma que tudo que ele produz visa objetivos seculares, seja no ponto de vista do trabalhador conseguir renda, seja no lado do contratante, aumentar a riqueza pela produção e comercialização. A partir dessa influência advinda do sistema social capitalista, o trabalho passou ser objeto de constante estudo. Ele deixa de ser visto apenas como uma atividade produtiva, para tornar-se um campo aberto de relações sociais entendido como um ambiente penoso e de conflito.

Neste cenário, a sociedade ocidental, com o tempo, foi sendo transformada pela Revolução Industrial e pelo capitalismo, de forma que ela considerou o trabalho a sua principal mercadoria. E, assim, o trabalho é visualizado como uma ferramenta de fomento de valor, dentro do processo de acumulação capitalista assumindo o papel de categoria fundamental para o entendimento dessa sociedade.

Em razão disso e, por ser um campo de constante estudo e cheio de complexidade dentro de um contexto de progressivo desenvolvimento das forças produtivas, o mundo do trabalho tem sofrido profundas alterações, seja de ordem político-econômica ou ético-moral, oriundas da apropriação privada do trabalho social, evidenciando a contraditória relação entre capital e trabalho (OLIVEIRA, 2008).

Diante desse contexto social, envolvendo mudanças no sentido do trabalho, é que se desenvolve um dos momentos-chave na história do capitalismo brasileiro: a transição do regime preponderantemente agrário para o urbano industrial em meados da década de 1930. Este foi um período marcado pelo aumento do número de trabalhadores remunerados por meio de salários, mas no qual a oferta de mão de obra era maior que a demanda da estrutura industrial.

A ausência de uma regulação trabalhista e de estrutura de mercado, fomentou um cenário crescente de informalidade e de baixas remunerações para trabalhadores, preponderantemente, de origem do setor primário. Assim, o desenvolvimento industrial naturalmente exigia mão de obra especializada e qualificada, o que gerou uma demanda importante para a Educação Profissional alinhada às novas necessidades do mercado de trabalho.

É perante essa dinâmica do sistema capitalista, que se identifica a influência das questões político-econômicas, que reflete diretamente nas dimensões de cultura e de relações sociais. Essas marcas do sistema atingem em cheio o mundo do trabalho e a educação, pois introduz novas e complexas relações entre essas duas categorias.

Ricardo Antunes (2009), destaca essa influência que o sistema capitalista exerce sobre o mundo do trabalho e amplia esse pensamento destacando as suas consequências negativas.

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2009, p. 17).

Ressalta-se ainda que à medida que o sistema capitalista foi sofrendo crises, ocorreram mudanças que afetaram os princípios do direito do trabalho e, por consequência, mesmo que de forma sutil, os direitos humanos. Esses mecanismos de defesa do sistema se traduziram em ações em favor dos interesses neoliberais e empresariais, desencadeando um processo de enfraquecimento de estruturas institucionais de proteção de conquistas sociais da classe trabalhadora.

No entanto, no sistema capitalista estruturado sob a lógica de consumo, os trabalhadores assalariados são uma figura importante para a manutenção da estrutura. Tal sistema visa a acumulação de riquezas e isso é conquistado através do mecanismo de lucro, uma dinâmica que só existe por meio de uma distribuição de poder aquisitivo nas mais diversas classes sociais.

Por isso, através de um movimento cíclico, a produção de bens para atender a demanda do mercado consumidor fomenta o aumento nas vagas de trabalho assalariado, a fim de que o fluxo de renda possa manter o consumo e a geração de empregos. Apesar de ser uma lógica racional objetiva e efetiva, existe um grande abismo socioeconômico entre as classes sociais perpetuado por uma concentração de riqueza em poder de uma minoria.

Através dessas mudanças nas relações do trabalho, precisa-se compreender a dinâmica da relação educação e trabalho, a partir de autores que destacam a harmonia e o conflito entre essas duas questões tão importantes. A partir dessa perspectiva, no próximo item, torna-se oportuno refletir sobre a educação profissional como uma forma de inserção no mercado de trabalho e como uma política pública estratégica que merecer ser avaliada.

3.2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO

A educação profissional fomenta e aprimora o conhecimento produzido por meio de metodologias técnicas e científicas. É uma modalidade de ensino direcionada para a formação de profissionais que sejam capazes de desenvolver produtos de interesse da sociedade e do mercado. Esse modelo de educação, considera o trabalho como uma oportunidade de construir a ciência e tecnologia a partir de um percurso formativo que satisfaça às necessidades humanas (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

A dinâmica entre trabalho e educação tem raízes na origem das antigas civilizações. Elas consideravam o papel da educação na produção social da existência humana, como uma etapa natural que prepara os sujeitos para contribuir na construção da sociedade a partir do mundo do trabalho.

Em virtude da educação profissional estar vinculada ao mundo do trabalho, ela sofre as interferências dos novos sentidos e exigências do mercado, visto que o mundo moderno e globalizado passa por constantes mudanças. Essas configurações voláteis são fruto de um acelerado ritmo de transformações na sociedade contemporânea, em razão do aumento da competitividade mercadológica em um ambiente de abertura de mercados, da globalização do mercado de trabalho e do intensivo uso de novas tecnologias.

Nesse contexto do sistema econômico capitalista, onde as relações sociais são reguladas pela economia de mercado caracterizada por um elevado nível de competitividade, percebe-se a existência de uma lacuna expressa pela incapacidade do sistema em garantir renda e trabalho regular para todas as pessoas. Além disso, os mecanismos de defesa do sistema favorecem interesses liberais e empresariais se traduzindo em reações para redução de custos de produção. Por sua vez, esses ajustes provocam uma precarização do trabalho e o conseqüente agravamento da desigualdade social.

De uma parte, exigindo a competitividade globalizada de trabalhadores mais preparados, muitos ficam de fora porque não possuem requisitos mínimos profissionais. De outra, porém, é vã a esperança de que, preparando-se melhor, o trabalhador, estaria salvo, porque dentro da dinâmica restritiva implantada pela produção e uso intensivos do conhecimento e informatização, não só não há lugar para todos, como há lugar apenas para os melhores, o que transplanta para nível superior as exigências profissionais o “exército de reservas” (DEMO, 2005, p.19).

O contexto de abertura da economia e a integração em blocos econômicos impõem ao mercado interno brasileiro a necessidade de ajustes, garantindo a competitividade através da redução do custo de produção. Esse movimento quase sempre se traduz na simplificação e redução de direitos e garantias trabalhistas. Outra conseqüência é a exigência do aumento da produtividade, em que o trabalhador começa a desempenhar atividades adicionais e, em muitos casos, ocorre a redução de postos de trabalho.

Essa adaptação da estrutura de produção afeta o mercado de trabalho, gerando o aumento do desemprego entre os próprios trabalhadores qualificados com formação técnica. Desse modo, entende-se que a globalização da economia influencia diretamente nas relações de trabalho e pode gerar um contingente de mão de obra qualificada excedente.

De certa forma, no contexto de países em desenvolvimento como é o caso do Brasil - um país agrário exportador, que ainda não possui um parque industrial adequado à sua dimensão de país populoso e continental, cuja origem remonta a uma colonização de exploração -, a globalização e a abertura de mercados é um caminho que inevitavelmente precariza as condições de trabalho, provocando um considerável aumento na taxa de desemprego e informalidade. Esse cenário de altas taxas de desemprego e de trabalho, alheio às garantias trabalhistas, gera o aumento

da precariedade das condições sociais colocando em risco os padrões mínimos de sobrevivência.

Outra questão que afeta diretamente a relação entre a educação e o trabalho é a modernização dos meios de produção, com o aparato tecnológico em constante desenvolvimento. Os processos começam a integrar uma estrutura digital com complexos requisitos de operacionalização. Ou seja, o avanço tecnológico exige investimentos na qualificação tecnológica dos trabalhadores a fim de garantir não só a manutenção dos meios de produção modernos, bem como para aumentar ainda mais os resultados.

Com base na visualização desse cenário, é possível compreender que o avanço tecnológico tem favorecido a ampliação dos investimentos em educação profissional, em virtude do aumento da complexidade. Em contrapartida, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de produção provoca a redução dos postos de trabalho. Embora surjam novas vagas para trabalhadores qualificados, as vagas de empregos tradicionais são reduzidas, pois os processos tecnológicos reduzem a necessidade de trabalhadores em atividade manuais.

Diante dessas variáveis no contexto moderno no mundo do trabalho, contata-se que, apesar de importante, a educação profissional alinhada aos novos movimentos de desenvolvimento, ciência e tecnologia não é em si garantia de inserção do mercado de trabalho. Esse modelo de educação demonstra ignorar as desigualdades sociais e gera uma falsa expectativa de emprego, para aqueles que adquirem novos conhecimentos e que consideram exclusivamente o acesso à educação como um fator determinante para o sucesso profissional.

O que ocorre é uma transferência de responsabilidade pela conquista e manutenção do acesso ao trabalho para o trabalhador. O que exige, por assim dizer, o Estado e os mecanismos e institucionalidades do mundo globalizado, das suas responsabilidades, naturalizando o processo excludente de ingresso ao emprego. No processo da globalização econômica ou de mundialização de mercados, marcas do atual sistema capitalista. Ele ultrapassa o conceito de fronteiras geográficas e desconsidera as particularidades sociais das nações, mas se apropria da força de trabalho de todas as atividades humanas.

Frigotto (1998, p. 41-42) afirma que “a globalização [...] é, sobretudo, a ruptura das fronteiras de mercado nacionais pela ferrenha competição (venda) das

mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria)”. Ocorre um processo de mudanças na atribuição do valor das nações e de seus indivíduos, como resultado de um processo de expansão econômica, do aumento das inovações tecnológicas. E, com isso, também estão incluídos os conhecimentos científicos como elementos que influenciam na relação entre educação e trabalho.

Essa paisagem, fruto do sistema capitalista está centrada no aumento da produtividade alinhado com estratégias de redução de custos. Ela considera a educação profissional na formação para o emprego como uma política pública de muita importância. Porém, como afirma Frigotto (1998), esse movimento gerido por interesses capitalistas não se responsabiliza pelos contextos políticos, econômicos e sociais.

O que não se explica é, justamente, que o agravamento do desemprego e a intensificação da exploração do trabalho assalariado e outras formas de trabalho subordinado ao capital é a alternativa para retomar elevadas taxas de lucros. A globalização excludente e as políticas baseadas na doutrina neoliberal representam a base material e ideológica dessa alternativa dominante (FRIGOTTO 1998, p. 46).

A lucratividade assume uma importância primária, em detrimento da dimensão social e individual visando o aumento de riquezas em favor de empresas, grupos econômicos e seus conglomerados financeiros. Na qual a escolaridade tem uma exigência mascarada de segundas intenções, enquanto contribuição econômica para essas corporações e acatando as exigências impostas pelos organismos multilaterais. Tem-se como exemplo o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), que beneficiam os interesses de uma minoria mundial desse sistema econômico cuja prosperidade é resultado de um processo nocivo de estratégias de enriquecimento.

Com isso, entende-se que a educação profissional tem influências dessas organizações internacionais e dos interesses empresariais. Ela é vista como uma oportunidade garantida de desenvolvimento social e econômico, dentro da economia de mercado globalizada. No entanto, existe uma concentração de tecnologia de ponta em nações desenvolvidas, em que o domínio de descobertas e da ciência é monopolizado por países de forte economia, impondo aos países em desenvolvimento uma dependência dessa estrutura. Assim, o desenvolvimento

socioeconômico local não é uma questão localizada ou atrelada necessariamente a um investimento localizado em educação profissional, mas perpassa por esse contexto global de disseminação de conhecimento.

A educação profissional exerce um elo de ligação entre trabalho e educação, a partir de um contexto social em que “o trabalho é um valor intrínseco à sobrevivência, e o conhecimento que ele proporciona na relação com a natureza e com a sociedade é um princípio de cidadania, no sentido de participação legítima nos benefícios da riqueza social” (CIAVATTA, 2015, p. 29).

No entanto, essa ligação como estratégia de desenvolvimento socioeconômico é um processo complexo, não havendo uma consecução com a qualidade que o percurso formativo necessita para satisfazer as necessidades e as demandas coletivas, pois segundo Ferretti e Silva Júnior (2000, p. 7),

a produção e a atualização de conhecimento tecnológico exigem investimentos em pessoal, equipamentos, estrutura, material didático, etc. não necessariamente compatíveis com as demandas mais urgentes de mercado, as quais são, em muitos casos, de caráter estritamente pragmático, num contexto de desemprego estrutural e tecnológico, e em uma conjuntura histórica na qual a dimensão política foi esvaziada e passou por processo de tecnicismo de natureza gerencial (FERRETTI; SILVA JUNIOR, 2000, p. 7).

Isso ocorre em virtude da ausência de investimentos por conta da não priorização dessa política pública em contexto de países em desenvolvimento dependentes e explorados pelos interesses capitalistas. Os investimentos são substituídos pela dinâmica da globalização capitalista que fomenta movimentos de desregulamentação da economia e de flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas tornando ainda mais distante o real desenvolvimento socioeconômico tão almejado.

Como aponta Demo (2005, p.101),

o retrocesso nos direitos do trabalho é, talvez, o indicador mais grave da perversidade do neoliberalismo, mas, tomando em conta o exército de reserva informal, torna-se ilusório não admitir algum âmbito de desregulação do trabalho, engolindo-se aí inevitavelmente sua precarização crescente. (DEMO, 2005, p. 101)

Conforme Demo (2005, p. 80), “no capitalismo nunca couberam todos, porque é um sistema de acumulação implacável de capital, não sistema social, o que torna

qualquer expectativa de pleno emprego veleidade crédula”. E, isso ocorre a despeito do modelo econômico defender que os indivíduos devem buscar o crescimento do seu nível educacional como forma de aumentar a matriz de empregos. Dado que, por trás dessa promessa de empregos atrelada à educação, sabe-se que não haverá empregos para todos. Especialmente, em uma estrutura global volátil de economias integradas.

Ademais, a educação profissional não está disponível para todos e isso por si só, já é um elemento que aprofunda ainda mais as desigualdades sociais no ambiente produtivo capitalista. Com isso, muitos não conseguem ter acesso ao mercado de trabalho pela ausência de condições mínimas exigidas de qualificação havendo assim uma limitação clara de acesso a política pública.

Diante dessa realidade, observa-se que o processo de migração do trabalho escravo para o trabalho assalariado, dentro do contexto econômico liberal do capitalismo e na lógica da competitividade de globalização de mercados, desencadeou a reformulação de políticas públicas educacionais para atender as demandas industriais.

Nesse processo, “o problema da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, atribuindo-se à educação a tarefa de formar o novo tipo de trabalhador para assegurar que a passagem se desse de forma gradual e segura” (SAVIANI, 2011, p. 159).

Conforme estabelecido no inciso XI, do Art. 3º da LDB nº 9.394/96, uma das diretrizes educacionais é “a vinculação entre educação escolar, trabalho e as práticas sociais”. Esse princípio educacional brasileiro está em consonância com os ditames dos organismos multilaterais e interesses empresariais, já que essa vinculação favorece a formatação de mão de obra alinhada com o perfil exigido pelo mundo globalizado. Com isso, a produtividade torna-se a prioridade e os trabalhadores possuem baixos salários como forma de garantir um custo de produção adequado à competitividade.

Essa lógica orquestrada pelo grande capital através das suas mais diversas institucionalidades, mantém um esperado equilíbrio econômico disfarçado. Se por um lado o modelo prepara os países em desenvolvimento para a abertura de suas economias, por outro lado, ele protege as economias dos mercados dos países ricos que se valem do seu contexto desenvolvido para garantir a sua hegemonia.

Neste sentido, Frigotto (1998) refere-se ao contexto brasileiro com as seguintes palavras:

Através da globalização econômica, política e cultural, e da abertura dos mercados, somos integrados, a partir de interesses externos, ao mercado internacional, onde está em curso um processo mais geral de reestruturação do capitalismo e da produção, na busca de um novo padrão de desenvolvimento (FRIGOTTO, 1998, p.119).

Existe uma pressão externa para o avanço dos movimentos capitalistas no Brasil e, isso acontece de forma unilateral sem levar em consideração a realidade social e as limitações educacionais. Mas, concentrando a implementação de medidas de simplificação trabalhista, de redução de custos e na adaptação normativa da educação profissional para um caminho mais liberal focado no mundo do trabalho. De certa forma, essa pressão transmite a ideia de que a educação será o único caminho para o sucesso profissional no ambiente de rivalidade meritocrático.

Essa perspectiva de pleno emprego apregoa algumas questões importantes tais como: a reestruturação do modelo de estado; o impressionante avanço tecnológico e o aumento acelerado do nível educacional da população. Assim, dota-se de maior visibilidade e relevância a escolaridade como condição para integrar os planos político e econômico. Em virtude do sistema econômico necessitar de trabalhadores qualificados para movimentar as atividades produtivas (FRIGOTTO, 1998).

Essa qualificação profissional dos trabalhadores, alinhada às demandas do mundo do trabalho globalizado – sobretudo, no Brasil, que é um país em desenvolvimento, marcado por um processo de industrialização tardio, contradições sociais e educacionais históricas –, reforça a centralidade da ciência e tecnologia. Nesse sentido, Ferretti e Silva Júnior (2000, p. 59) afirma que

essa tendência de transformação do processo produtivo brasileiro, impulsionada pela nova ordem internacional e pela necessidade de inserção do Brasil na economia mundial, obriga a aproximação dos setores produtivos dos centros elaboradores de conhecimento, isto é, as universidades e os institutos de pesquisa do governo, em face da centralidade ocupada pela ciência e pela tecnologia, em meio às vantagens comparativas, no acirrado mercado mundial. (FERRETTI, SILVA JUNIOR, 2000, p.59)

Neste sentido, visando atender os interesses e as necessidades do mundo do trabalho capitalista, as políticas públicas educacionais, em especial a educação

profissional, passam a não mais atender a contento à sua função social. Mas, a integrar ações estratégicas para favorecer os grandes investidores e à dinâmica de mercado.

A partir das mudanças de paradigmas das políticas públicas da educação, fomentado por governos brasileiros alinhados aos grandes investidores, ocorre a implementação de um processo de mercantilização da educação, pois de acordo com Ferretti e Silva Junior (2000, p. 62)

[...] na educação brasileira inauguram, por isso, um novo paradigma educacional, que se orienta predominantemente pela racionalidade do capital (do “mundo dos negócios”) e conduz à inequívoca subsunção da esfera educacional à esfera econômica, em processo que aqui se domina de mercantilização da educação, orientado, no plano simbólico-cultural, pela lógica da competência e pela ideologia da empregabilidade ou laboralidade, nos casos do ensino médio e da Educação Profissional Técnica (FERRETTI; SILVA JUNIOR, 2000, p. 62).

Outra questão que proporcionou essa mudança de paradigma nas políticas educacionais foi a implementação de novas tecnologias produtivas na década de 1990, no Brasil. Esse processo de modernização deslocou o foco da educação profissional para o atendimento das necessidades do mercado, com o discurso de que o trabalhador deveria buscar qualificação para conseguir garantir a sua empregabilidade no mundo competitivo. Através desse mecanismo de convencimento, a educação profissional passa a ser tratada como uma ferramenta do mundo dos negócios, alinhada com a competitividade globalizada.

Ao discorrer a respeito desses movimentos dos anos de 1990, identifica-se que “é nessa década que a área da educação produz uma inflexão significativa na sua discussão sobre as relações entre qualificação, formação geral e formação profissional em função das mudanças que ocorreram no campo do trabalho” (FERRETTI, 2004, p. 403).

Essas transformações provocadas pelas pressões do grande capital, pela modernização tecnológica da produção e dinâmica da globalização competitiva, provocaram crises nas estruturas sociais e no mundo do trabalho. O que prejudicou os trabalhadores que precisam constantemente se adaptar às novas exigências do sistema capitalista.

Novas variáveis foram acrescentadas de forma que,

ao longo dos séculos, as forças produtivas provocaram um turbilhão de mudanças, na produção da vida material, da mesma forma que foi lentamente impondo novos conceitos, hábitos e costumes, definindo novas formas de organização do trabalho, novos padrões de comportamento humano, exigindo novas relações de produção, assim como novas relações sociais (SOUSA; ARRAIS NETO; OLIVEIRA, 2012, p. 22).

Os movimentos desse processo de mercantilização da educação são fomentados de forma sistêmica, através de organismos internacionais que atuam no financiamento de economias. Eles impõem exigências que vão se traduzindo em políticas públicas alinhadas aos interesses da racionalidade capitalista.

Tais mecanismos de implantação de medidas capitalistas são um importante instrumento de manipulação das economias em desenvolvimento. Já que é através dos compromissos firmados, que os governos se comprometem a implementar uma agenda liberal em consonância com as demandas do mercado globalizado. Nessa perspectiva, de acordo com Ferretti e Silva Júnior (2000, p. 56),

o trabalho passa a ser organizado tendo como objetivo a flexibilidade, ou seja, a possibilidade de alteração, sem comprometimentos, da velocidade de produção, da qualidade do processo e do produto; do próprio projeto; do processo de produção a partir da alteração feita no projeto, e da execução das duas últimas funções simultaneamente. Por outro lado, processos de fabricação de diferentes produtos são integrados e geridos a partir de uma central de informações. Essas características conferem à nova base produtiva a capacidade de mudanças rápidas, e sem prejuízos, dos produtos, dos processos, tornando a nova empresa muito competitiva se domina esse novo padrão tecnológico (FERRETI; SILVA JUNIOR, 2000, p. 56).

Assim, apesar desse contexto de pressão interna e externa, a educação profissional deve preparar o indivíduo para uma formação cidadã plena, garantindo uma compressão dessas questões econômicas e um senso crítico. Visto que, embora a sua função seja preparar o estudante para o mercado de trabalho, a educação profissional deve promover um ensino compreensivo da realidade e das razões do modelo social e econômico.

Com isso, constata-se no decorrer deste estudo que a educação profissional ao ofertar um percurso formativo, explorando os eixos da Ciência e Tecnologia, se torna estratégica para o modelo capitalista globalizado e assim tem uma importante

contribuição para o mundo do trabalho moderno. Essa conclusão está expressa por Ferreti e Silva Junior (2000), ao explicarem que

diante desse quadro conjuntural, a ciência e a tecnologia e seus processos de produção reorientam-se em relação à centralidade que agora ocupam no processo produtivo e entre si. As áreas da ciência, que são indispensáveis para as inovações tecnológicas, para a reorganização do trabalho e preparadoras de um novo tipo de homem adaptável ao novo modelo de desenvolvimento do capitalismo mundial, tornam-se, ao lado da pesquisa tecnológica, prioritárias. É nesse contexto que entendemos as transformações das relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia (FERRETTI; SILVA JUNIOR, 2000, p. 59).

Além disso, a dinâmica da educação profissional moldada por interesses capitalistas contribuirá para o abismo entre os trabalhadores, provocando um processo de exclusão. Isso ocorre porque esse tipo de percurso formativo irá formar uma classe menor de trabalhadores especializados, enquanto a maioria que não é assistida por essa política pública ficará à margem dessa qualificação exigida pelo mercado produtivo.

Surge assim, um contexto de competitividade muito forte no mercado de trabalho, privilegiando os que tiveram melhores oportunidades de qualificação profissional. Desse modo, gera-se um contexto de precarização ou exclusão dos demais trabalhadores na inserção nas vagas de emprego.

Diante desse cenário, as transformações e as crises do sistema capitalista são potencializadas pela integração mundial das economias. Essa dinâmica volátil influencia de forma substancial na definição das políticas públicas educacionais, sendo a educação profissional a mais afetada por essas questões econômicas.

Acerca dessas transformações da educação profissional no Brasil, é possível compreender que elas foram materializadas através da LDB nº 9.394/96 que trouxe as diretrizes para a oferta dos cursos. Alinhada com as demandas do mercado de trabalho, essa lei é implementada para potencializar a relação da educação, ciência e tecnologia com o trabalho.

Outro importante marco desse avanço da relação entre educação e trabalho foi Decreto nº 6.095/2007, que estabeleceu as diretrizes para o processo de integração da Rede Federal de Educação Tecnológica, fomentando dessa forma a ampliação da formação técnica no Brasil. Em conjunto com o decreto está assinada a Lei nº 11.892/2008, que cria de forma efetiva os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, estabelecendo as suas finalidades, objetivos e estrutura organizacional.

Embora a educação profissional esteja sendo tratada como uma ferramenta para o fortalecimento do sistema capitalista e, seja uma educação não disponível para todos, ela deve resguardar o seu caráter humanístico e imprimir um senso crítico naqueles que são atendidos por ela.

Assim, ao situar a educação profissional como resposta do Estado às demandas sociais de formação cidadã e de inserção no mercado de trabalho, passa-se a realizar um percurso sobre como ela veio sofrendo transformações no decorrer do tempo, é esse histórico que o próximo capítulo apresenta.

4. A POLÍTICA FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

Nos tópicos a seguir, e como um dos objetivos desta pesquisa, aborda-se a Política Federal de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio em três dimensões: Conteúdo, Contexto e Trajetória Institucional. Essa análise preliminar é necessária a fim de compreender o percurso da política pública desde a sua formulação até a sua materialização.

4.1. O CONTEXTO E AS REPERCUSSÕES CONCEITUAIS DA POLÍTICA PÚBLICA

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes dos ofícios os índios e os escravos. Nesse processo, “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, p. 68). Ainda de acordo com o autor, com o advento do ouro em Minas Gerais, foram criadas as Casas de Fundição e de Moeda e com elas a necessidade de um ensino mais especializado, o qual destinava-se ao filho de homens brancos empregados da própria Casa.

Pela primeira vez, estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos. Caso fossem aprovados, recebiam uma certidão de aprovação. Nesse mesmo período, foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil. Eles traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas nas ruas ou recorriam aos chefes de polícia, para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir.

Assim, o desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado com a proibição da existência de fábricas em 1785, por parte dos portugueses que entendiam que os habitantes do Brasil já eram privilegiados em relação as matérias primas. Mas, que a manutenção da atividade de manufatura poderia fazer o Brasil torna-se totalmente independente da metrópole. Por conta disso, foram proibidas as atividades de fábricas e manufaturas no Brasil.

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas nas quais, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

No entanto, com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a consequente revogação da referida proibição, D. João VI cria o Colégio das Fábricas - considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público -, cujo o objetivo é atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal. Com o decorrer do tempo, já ao final do período imperial em 1889 e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos. Existiam nesse período um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas.

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), Nilo Peçanha iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906. Foram criadas quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola. Com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566. A partir desse decreto foram criadas diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”. Elas eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Assim, é possível visualizar que a criação da política pública federal de educação profissional remonta ao início do século XX, ao ano de 1909, durante o período histórico chamado de República Velha. Embora esta política pública tenha ganhado contornos expressivos em anos recentes, tal modalidade de formação no Brasil possui nada menos que 110 anos de existência. Desse modo, a educação profissional foi concebida originalmente com foco quase que exclusivo para o

trabalho, na preparação de mão de obra especializada e, limitando essa modalidade de ensino à aquisição de conhecimentos práticos e específicos ao trabalho, com uma motivação discriminatória e assistencialista. Isso fica bem claro logo nas considerações iniciais do Decreto nº 7.566 de 1909:

Considerando: Que o argumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909, não paginado).

Com isso, o Decreto nº 7.566 de 1909 inicia apresentando que o mesmo é resultado das exigências da sociedade, pela implementação de uma política pública educacional focada no trabalho para os filhos dos desfavorecidos. Essa política pública é inaugurada com um perfil assistencialista, em favor do atendimento das demandas da sociedade produtiva e com um viés social de combate ao crime.

Já na década de 1920, houve uma série de debates acerca da necessidade da expansão da educação profissional para que ela fosse destinada a todos e não apenas aos “filhos dos desfavorecidos”. Nesse contexto, foi aprovado o Projeto Fidélis Reis que teve como diretriz o ensino profissional obrigatório para todos. Todavia, embora aprovado, o referido projeto não foi efetivado na prática (MEC, 2008).

Na década seguinte, em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil sofreu bastante com uma forte crise econômica que abalou todo o mundo. Essa crise foi impulsionada pela quebra da Bolsa de Valores americana e pela crise do café, o que gerou um substancial aumento do desemprego no país. Esse cenário econômico favoreceu o aumento da produção interna e influenciou diretamente na implantação de mais indústrias, desencadeando o processo de industrialização nacional.

Diante dessa conjuntura, observa-se que houve um aumento da demanda por profissionais capacitados para todos os setores da economia brasileira. Certamente, esse foi um importante marco na expansão da educação profissional, pois havia um forte apelo para o desenvolvimento nacional. Dessa forma, a partir do período republicano que trouxe novas características socioeconômicas, o modelo assistencialista da educação profissional dá lugar ao propósito da qualificação de operários para o exercício de profissões especializadas. Essa exigência, era

demandada de um país que passava por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais advindas do desenvolvimentismo industrial e tecnológico.

Logo no início desse período de transformação, no ano 1931, o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, realizou uma reforma educacional principalmente no ensino secundário. A Reforma conhecida como Francisco Campos, resultou no Decreto nº 19.890 que tinha como objetivo a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional com currículos e métodos definidos. Pela primeira vez, uma reforma atingiu os vários níveis de ensino (secundário, comercial e superior) e foi imposta de forma centralizada a todo território nacional.

Até esse momento não existia uma política nacional que subordinasse os sistemas estaduais. Na prática a reforma trouxe o binômio educação “para pensar” e outra “para produzir”. A primeira visava preparar pessoas para pensar as decisões coletivas nacionais, enquanto a outra era direcionada para a formação de pessoas para atender as demandas do mercado. No entanto, apesar da reforma apontar para a direção de que a educação deveria acompanhar a modernização do país, o que aconteceu foi a materialização de uma proposta curricular em âmbito federal, de políticas educacionais que não rompessem com a tradição até então predominante de uma educação vinculada aos interesses da elite.

Em relação à educação profissional, a estrutura dos cursos passou a permitir a ideia de itinerários de profissionalização e, essa mudança teve respaldo a partir do Decreto Federal nº 20.158/31. No ano de 1932, um grupo de estudiosos assinaram juntos um documento que veio a ficar conhecido como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto defendia especialmente a universalização da educação que deveria ter como princípios norteadores a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. Era destacado que a educação era função do essencial do Estado e, que deveria ser uma só cujos diferentes graus estão destinados a servir às diferentes fases de seu crescimento. Esse movimento ganhou ainda mais destaque com a inserção das ideias em dispositivos legais.

A Constituição Federal de 1934 recepcionou muitos elementos do referido manifesto, que foi elaborado pelos intelectuais em 1932. Porém, a Constituição

Federal de 1937 destacou-se como a primeira constituição nacional a legislar diretamente sobre a educação profissional. Conforme o texto do artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Com a promulgação em 1937 da nova Constituição Brasileira, que tratava pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial, foi assinada a Lei nº 378. Essa lei transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Já no início dos anos 40, sob a justificativa de avançar na qualificação dos trabalhadores e na normatização da educação nacional do Brasil, foi criado um conjunto de decretos que ficou conhecido como Leis Orgânicas da Educação.

Em 1941, conhecidos como a “Reforma Capanema”, passam a vigorar várias leis que remodelam todo o ensino no país. Dentre as mudanças mais significativas destacam-se o ensino profissional que passou a ser considerado de nível médio e o ingresso nas escolas industriais que necessitava de exames de admissão. Além disso, os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio. O primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e; o segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

Outro marco importante da educação profissional foi a publicação do Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), originando posteriormente o atual sistema S. (CUNHA, 2000). Percebe-se, assim, que a década de 1940 inaugura um período importante de consolidação da educação profissional no Brasil.

Neste sentido, uma mudança de grande destaque na educação profissional foi proporcionada pelo Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, pois este

instrumento legislativo transforma as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Dessa forma, a partir de 1942, é iniciado o processo de vinculação da educação profissional à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Diante dessas mudanças que estavam ocorrendo no cenário educacional profissional, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) fortalece a relação entre Estado e a Economia sendo a indústria automobilística o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK prevê investimentos maciços nas áreas de infraestrutura e contempla de forma estratégica a educação com 3,4% do total de investimentos previstos.

No período em que a indústria automobilística efetivava suas ações no país, o governo Juscelino Kubitschek, com o Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, aprovou o regulamento do ensino industrial no Brasil. Ele manteve o ensino industrial como um ramo do ensino médio e mudou o nome das Escolas Industriais e Técnicas para Escolas Técnicas Federais, transformando as instituições em autarquias com autonomia didática e de direção.

Com a autonomia didática e administrativa, as Escolas Técnicas Federais intensificam a formação de técnicos. Tais escolas ofereciam suporte ao acelerado processo de industrialização brasileiro, cujo objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Dessa forma, em 1961, o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.

Através do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, são transferidas as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas. Ademais, sob o governo dos militares, na década de 1960, o país vivencia um período de intensa industrialização, sendo a educação planejada por economistas com a finalidade de garantir o controle político e ideológico sob todos os níveis de ensino. Naquele momento, o ensino secundário deveria responder as demandas de produção do capitalismo, sustentando o eminente processo de mundialização do capital.

A partir disso, compreende-se a existência de um processo de abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, que teve prosseguimento sob a proposta de uma modernização “nacional desenvolvimentista”. Sendo assim, as reformas educacionais foram ficando mais presas aos interesses estrangeiros.

Diante disso, no governo de Médici, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que tornou, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos frente à urgência na formação de profissionais capacitados.

O dispositivo legal tornou obrigatório, nesse período, a profissionalização em todo o ensino de 2º grau (atual Ensino Médio). O currículo foi dividido em um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e outra parte diversificada e especializada para atender as demandas locais e regionais do setor produtivo. Com isso, foi sendo conferido habilitação profissional aos concluintes dos cursos.

Segundo Ramos (2011), a partir da LDB de 1971 as Escolas Técnicas Federais ocuparam um lugar estratégico como força de trabalho industrial, na qual foi iniciada a transformação de algumas delas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição: a de formar engenheiros de operação e tecnólogos. Tal processo que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Embora houvesse a necessidade de formar técnicos em caráter de urgência, essa iniciativa não foi bem-sucedida e acabou gerando “uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de muitos cursos mais por imposição legal e motivação político-eleitoral por demandas reais da sociedade” (PARECER CNE/CEB, 1999). Desse modo, em 1982, com o descontentamento da classe média com o projeto de ascensão social - tendo em vista a função contenedora do ensino técnico, bem como os problemas de ajuste curricular - o regime militar alterou os dispositivos da Lei nº 5.692/71 referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. O que implicou em mudanças

na proposta curricular, dispensando inclusive as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando a ênfase à formação geral.

Assim, a qualificação para o trabalho regulamentada pela LDB de 1971 foi substituída pela preparação para o trabalho, um termo impreciso e que manteve o ensino profissionalizante. Porém, ela excluiu a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau (LIRA, 2009). Em resumo, o governo militar defendia uma pedagogia de reordenação do processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional, minimizando as interferências subjetivas. Houve a criação de programas de desenvolvimento para favorecer o crescimento econômico e, combater os reflexos da crise com a aplicação de recursos de organismos internacionais.

Na década de 90, mais precisamente em 08 de dezembro de 1994, foi sancionada a Lei nº 8.948 que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Com esse decreto, específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, deveria ser levado em consideração as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas e, os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

A instituição dessa estrutura sistêmica tinha como objetivo aprimorar a articulação da educação tecnológica, em seus diferentes níveis e as instituições integrantes e, entre estas e as outras que fizessem parte da Política Nacional de Educação. O objetivo era o aprimoramento do ensino, da extensão, e da pesquisa tecnológica e a integração com os setores da sociedade e com o setor produtivo.

Vale destacar, que o cenário da década de 90 apresentou uma acentuada interferência do mercado no sistema educacional brasileiro, em decorrência da globalização da economia e por vezes por opção dos governos. Um dos resultados dessa política, pautada no modelo neoliberal, foi a reforma da educação profissional, implantada nas instituições federais de ensino a partir de 1996.

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi fomentada uma política de abertura da economia brasileira para os mercados internacionais. Buscava-se estabilizar a economia, modernizando o padrão de consumo e incentivar

a competitividade internacional adequada para a indústria localizada no Brasil. Assim, desencadeou-se um processo de privatização de instituições públicas, implementados mecanismos de ajustes fiscal focado na redução do Estado e de gastos previdenciários. A concepção do novo liberalismo influenciou na exigência de melhores resultados educacionais básicos, no contexto de países em desenvolvimento para dar condições para a globalização.

Os governos liberais passaram a intervir no sistema educacional consorciados com as empresas privadas. Eles direcionaram a formação para atender aos objetivos da produção capitalista, preparando pessoas para o trabalho, com uma visão meramente tecnológica e usando também a educação como meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado. É nesse contexto liberal que ocorre a transformação efetiva das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

A lei também é conhecida como lei Darcy Ribeiro e foi sancionada no governo Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. Assim, evidenciou-se a preocupação com a formação permanente para atender as necessidades do setor produtivo. Essa mesma lei ainda reservou um capítulo próprio para a Educação Profissional. Neste sentido, o dispositivo legal explicitou a intenção de reforçar a dualidade entre ensino regular e ensino profissional. Uma vez que a formação técnica poderia ocorrer em articulação com o ensino regular ou em total desvinculação do mesmo, como se pode observar nos artigos:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996, não paginado).

A Lei nº 9.394/96 tratou a educação profissional como processo educacional à parte, não vinculado as etapas de escolaridade da educação básica. E, voltada para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Ela admite o seu desenvolvimento a partir de diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas, ambiente de trabalho ou articulada com a educação regular. De acordo com a referida Lei, a habilitação profissional no ensino médio foi considerada como possibilidade assegurada na formação básica do educando.

Um instrumento que gerou grande discussão foi a publicação do Decreto 2.208/1997, que regulamentou a educação profissional e que criava o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). O dispositivo legal regulamentou o inciso segundo do art. 36º e os artigos de 39º ao 42º da Lei nº 9.394, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, especificando em seu art. 1º os objetivos: de promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho; proporcionar a formação de profissionais; especializar, aperfeiçoar, atualizar, qualificar e (re)profissionalizar jovens e adultos trabalhadores para melhor atenderem o setor produtivo.

Art. 3º. A educação profissional compreende os seguintes níveis:
I- básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
II- técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
III- tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997)

Deste modo, foi estabelecido o título de tecnólogo aos concluintes dos cursos superiores tecnológicos, cursos que deveriam ser estruturados para atender os diversos setores da economia, especialmente os de áreas especializadas. Por outro lado, instituiu a separação completa entre a educação profissional de nível técnico e o ensino médio ao estabelecer, no artigo 5º, uma organização curricular independente do ensino médio, de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio.

Para Cunha (2000), a lei proibiu, literalmente, os cursos técnicos integrados, cujos currículos integravam a educação geral de nível médio e a educação técnico-profissional. Ao desvincular a educação geral da educação técnica, a lei tentava corrigir a distorção que ocorria quando os alunos procuravam as escolas técnicas visando o ensino de qualidade ofertado na parte geral de nível médio e a busca do ingresso no ensino superior. Mas, sem exercer a profissão que a parte técnica profissional o habilitara, já que só cursariam os cursos técnicos os realmente interessados em exercer a profissão.

A partir desse decreto, a educação profissional de nível técnico passou a ter organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Com essa perspectiva, ocorreu uma separação entre a formação geral e profissional nos cursos técnicos. Essa cisão pretendeu privilegiar uma formação restrita e direcionada para ocupações no mercado de trabalho.

À época, justificava-se que essa “reforma da educação profissional” possibilitaria a inclusão social de jovens e adultos trabalhadores, através da profissionalização. Além de, prepará-los para o mundo do trabalho dentro do modelo político e econômico vigente. Segundo Cunha (2000, p. 252), no que diz respeito aos ensinos médio e técnico, “o governo FHC elaborou o Planejamento Político Estratégico 1995/1998, cujo foco principal foi reestruturar a gestão da rede federal de educação tecnológica”. Entre outros objetivos, buscou-se encontrar formas jurídicas apropriadas para o funcionamento autônomo e responsável das escolas técnicas e Cefets, estimulando parcerias para financiamento e gestão.

Havia, portanto, o entendimento de que a oferta de educação profissional, devido ao alto custo que a mesma gerava, deveria ser transferida para a responsabilidade do setor privado. Em vista disso, no ano de 1998 o Governo Federal proibiu a construção de novas escolas federais e instituiu uma série de atos normativo. Eles direcionavam essas instituições para a oferta predominante de cursos superiores e, contraditoriamente, o ensino médio regular, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada.

Diante disso, percebe-se que a política desse período se caracterizou pela fragmentação, pautada em princípios gerencialistas, nos quais os investimentos em educação eram vistos como gastos. Portanto, a desvinculação do ensino médio e

educação profissional de nível técnico acentuou a histórica dualidade entre educação geral e formação profissional, resultando na substituição da pedagogia de qualificação profissional pela pedagogia das competências.

Por sua vez, nos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva significativas mudanças ocorreram no ambiente da Rede Federal de Ensino Profissional com a publicação do Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Esse decreto revogou o antigo Decreto 2.208/97 e, deu início a expansão da educação profissional e tecnológica, restabelecendo a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico.

O Decreto 5.154 retomou a oferta do ensino técnico de nível médio integrado ao ensino médio, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do Conselho Nacional de Educação (CNE), seguindo as normas do sistema de ensino e as exigências do projeto pedagógico de cada instituição. Assim, a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva um novo cenário foi traçado para a educação profissional no país.

Com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, ele revogou o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamentando o inciso segundo do artigo 36º e os artigos de 39º ao 42º da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. E, promoveu a retomada da articulação do ensino médio com a educação profissional, ao estabelecer que a educação profissional seja desenvolvida em cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio.

Já no ano de 2005 através da Lei nº 11.195, institui-se que a expansão da oferta da educação profissional, preferencialmente, ocorrerá em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, o setor produtivo ou organizações não governamentais. Através da referida lei ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Ainda no mesmo ano com a Lei 11.184, foi criada a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, transformando o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade, estruturando e organizando a nova instituição, que passou a contar com os cargos de reitor e vice-reitor, nos moldes

das universidades federais existentes. Tratava-se da primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

O Decreto nº 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Na mesma época, através do Decreto nº 5.840 foi instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Além, do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia que foi lançado em 2006, para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado.

Durante o ano de 2006 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal. Esses encontros culminaram no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, um marco importante na educação brasileira. Teve a participação de 2.761 participantes e foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história.

Em 2007, houve o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A meta era entregar à população mais de 150 novas unidades perfazendo um total de 354 unidades até o final de 2010. Assim, todas as regiões do país estariam oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

O Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, elaborado durante o ano de 2007, esteve em consulta pública, por seis meses, recebendo críticas e sugestões de toda a sociedade. Em processo de revisão final entra em vigência ainda no primeiro semestre de 2008, como um importante instrumento de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil.

O Decreto nº 6.302/07, que institui o Programa Brasil Profissionalizado, tinha como foco os sistemas estaduais de ensino para a implantação da educação profissional integrada ao ensino médio sob a égide do Decreto 5.154/04. Com isso,

em 2007, o governo Lula iniciou um trabalho de reestruturação da Rede de Educação Profissional, transformando os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e as escolas Agrotécnicas em Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. A interiorização dessas instituições, inclusive, foi uma forma de ampliar o acesso da população ao ensino técnico.

O mecanismo legal que estabeleceu as diretrizes para o processo de reorganização e integração das instituições federais de educação tecnológica - visando a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, dentro da Rede Federal de Educação Tecnológica –, foi o decreto 6.095 de 24 de abril de 2007. Dentro dessa proposta de reestruturação da configuração organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como uma estrutura pluricurricular de multicampi, houve a necessidade de mudanças no modelo de gestão conforme o art. 8º do Decreto nº 6.095/2007 que estabeleceu que “os projetos de lei de instituição dos IFETs definirão estruturas multicampi, com gestão orçamentária e financeira descentralizada” e segundo o §1º do artigo, “cada *campus* corresponderá a uma unidade descentralizada”.

Além disso, o referido decreto no parágrafo 1º do art. 4º, previu que as instituições deveriam elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), integrando as diversas ações com o fito de alcançar a excelência na prestação do serviço do ensino vinculado a programas de pesquisa e extensão. Dentre as ações previstas no Decreto nº 6.095/2007 estava o objetivo de formar profissionais para a inserção nos diversos setores econômicos e produtivos. A partir da geração e adaptação de soluções técnicas adequadas às demandas sociais e peculiaridades regionais e fortalecendo cadeias produtivas locais. E, também, com parcerias de cunho público-privadas de acordo com as peculiaridades de desenvolvimento socioeconômico local.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da integração entre Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, transformando-as em institutos. A lei estabeleceu as finalidades, as características, os objetivos e as estruturas organizacionais dos Institutos Federais.

As novas instituições com natureza jurídica de autarquias, possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Elas foram transformadas em instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com especialidade na educação profissional e tecnológica, passando a ter autonomia para criar e extinguir cursos dentro de sua área de atuação. E, equiparando-se às universidades federais, com relação a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos superiores.

O art. 7º da Lei nº 11.892, define os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Embora os objetivos sejam a promoção do ensino em diversos níveis e modalidades de ensino e o desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão, a prioridade institucional seria a oferta de cursos integrados. Nestes cursos o objetivo

é a integração da educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

Ao alterar a LDB, a Lei 11.741/08 situa a educação profissional técnica de nível médio como Seção IV-A do capítulo II – Da Educação Básica, dando início ao que fora idealizado pelo Decreto 5.154/04. Dentre outras possibilidades, identifica-se a abertura da integração do ensino médio à educação profissional, cujos princípios apontam na direção futura de uma formação politécnica para o ensino médio. Enquanto prioridade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os conteúdos técnicos específicos para a educação profissional técnica integrada de nível médio precisam ser articulados, pois o art. 35 da LDB nº 9.394/1996 estabelece:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Desse modo, a etapa final da educação básica (o ensino médio) tem como finalidade não apenas a preparação para o trabalho, mas a preparação do indivíduo para a cidadania, autonomia intelectual e pensamento crítico. Neste sentido, há uma necessidade de articulação entre os conteúdos técnicos e propedêuticos dentre da grade curricular.

O artigo 8º da Lei nº 11.892 estabeleceu a proporção de vagas para os tipos de cursos ofertados pelos institutos federais, exigindo a garantia de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas para a educação profissional técnica de nível médio. E, de no mínimo 20% (vinte por cento) para os cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica.

Em agosto de 2011, dando sequência à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a gestão da presidenta Dilma Rousseff anunciou a continuação do projeto com a Fase III. Segundo o relatório de gestão da SETEC (BRASIL/SETEC, 2011c), referente ao ano de 2010, projetava-se para o

primeiro ano da Fase III a implantação de 86 novos *campi* de Instituto Federal, dos quais 46 eram remanescentes da Fase II.

Durante o governo da presidente deu-se a continuidade aos investimentos no tocante a educação profissional. Ele teve início no governo de esquerda, em especial com a expansão do PRONATEC, tema de enfoque durante sua campanha para o segundo mandato. Instituído a partir da Lei nº 12.513 de 26/10/2011, o PRONATEC pretendia criar 8 milhões de vagas até 2014 para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do ensino médio.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passou a vivenciar a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento.

Durante o governo do presidente Michel Temer foi aprovada a Medida Provisória nº 746, que se consolida na forma de Lei em fevereiro de 2017 – Lei nº 13.415. Ela altera a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, modificando consideravelmente o ensino médio. O desenho apresentado desta lei se configura como um retrocesso à escola dualista, que se buscava superar no governo anterior em que o estudante precisava escolher entre a formação propedêutica necessária para a inserção universitária ou a formação profissional.

É preciso chamar a atenção para o fato de que a referida lei estabelece que a carga horária máxima, para a formação geral, corresponderá a cerca de 40% do total, enquanto os itinerários formativos ficam com quase 60% dessa carga. A deliberação pela maior carga horária para os itinerários formativos, induz a escolha por um único caminho dentre aqueles possíveis e havendo a separação de um único itinerário exclusivamente para a formação profissional. Assim, existe de forma clara um reforço ao dualismo historicamente característico do ensino médio, entre os conteúdos propedêutico e profissional.

O panorama das políticas públicas para o ensino médio brasileiro demonstra os grandes desafios, que ainda permanecem nessa etapa da educação básica. A dualidade curricular é apenas um dos obstáculos a serem ultrapassados. Em relação a reforma do Ensino Médio, a mais recente deu-se por meio da Lei nº 13.415/2017, que aparenta não contemplar a diversificação do conhecimento para o preparo dos

jovens brasileiros. Essa reforma se mostra limitada quanto às potencialidades desse nível de ensino, promovendo um estímulo à visão utilitarista do conhecimento e intensificando à proposta dual do ensino propedêutico versus o ensino profissional. E, negligenciando as demais finalidades elencadas para o ensino médio propostas na Lei nº 9.394/1996.

Assim, constata-se que a política pública federal de educação profissional integrada ao ensino médio, percorreu até os dias atuais um longo caminho marcado por disputas ideológicas em torno do seu objetivo tornando essa modalidade de ensino um campo de constante debate entre os diversos interesses de classes.

Notou-se que a agenda política teve impacto relevante no processo de formulação da política pública, em especial na definição dos seus objetivos que concorriam entre assistencialismo e apoio às necessidades do grande capital.

Assim, ao concluir esta sessão com a investigação de contexto e conteúdo da política pública foi possível aplicar a metodologia proposta por Silva (2008), onde examinou-se a relação dialética das dimensões técnica e política a partir de uma perspectiva teórico política com viés crítico.

Mas, como essa política pública se materializou em tempos recentes, especialmente a partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica? A partir do próximo tópico aborda-se a trajetória institucional da política pública no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Essa análise é importante para identificar, na prática, os desafios, características e impactos gerados por essa ação governamental.

4.2. A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Como visto anteriormente, a história da educação profissional no Brasil perpassa por muitos caminhos envolvendo interesses políticos e econômicos, o que refletiu no seu arcabouço conceitual e de forma prática na sua trajetória institucional. Por diversas vezes, as estruturas institucionais e organizacionais foram sendo moldadas aos novos conceitos do seu papel junto à sociedade brasileira.

Acerca da trajetória institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará identificou-se o seu início em 1909, quando o então Presidente

da República, Nilo Peçanha, criou as 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Naquele ano, o Decreto nº 7.566 determinava a criação da instituição visando atender em todas as capitais brasileiras, a população urbana desfavorecida com ensino profissional primário gratuito.

Justificou-se que essa institucionalidade buscava prover os desfavorecidos das condições técnicas e intelectuais, para o trabalho profícuo afastando-os da ociosidade e do crime. A instituição nasceu, assim, com um caráter de controle social e discriminatório, nomeando os desfavorecidos como potenciais praticantes de desordem social. Desse modo, a sua estrutura foi originalmente focada na modalidade de ensino técnico para as classes pobres, também como forma de atender aos interesses dos setores industriais.

Depois de algumas décadas, o processo de industrialização no Brasil começa a despontar, ganhando força na década de 1940 com o fim da Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto ocorreu a transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, passando a ser denominada em 1942, como Escola Industrial de Fortaleza. A partir daquele marco, a instituição passou a ofertar cursos de formação profissional, com objetivos distintos daqueles traçados para as artes e ofícios. Porém, eram cursos destinados ao atendimento das exigências do parque industrial brasileiro, como política pública integrada ao processo de modernização do país.

Com o crescimento da industrialização brasileira e a utilização de tecnologias importadas, surgiu a necessidade de formar mão de obra técnica para operar os sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No quadro desenvolvimentista da década de 1950, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, tornou-se autarquia federal com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando mais uma missão: a de formar profissionais técnicos de nível médio.

Já em 1965 a instituição passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará. Inicia-se naquele ano uma trajetória de consolidação da sua imagem como instituição de educação profissional de elevada qualidade. A instituição era

responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A ampliação das exigências tecnológicas do parque industrial brasileiro, com maior foco na exportação fomentou a evolução da rede de Escolas Técnicas Federais. E, no final da década de 1970, um novo modelo institucional, denominado Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará, juntamente com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal, são transformadas no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETCE), mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Ressalte-se que, embora incluído no raio de abrangência desse instrumento legal, o CEFETCE somente foi implantado efetivamente em 1999.

Vale registrar que, no ínterim entre a publicação da lei e a efetiva implantação do CEFETCE, mais precisamente em 1995, cujo objetivo era promover a interiorização do ensino técnico, a instituição estendeu suas atividades a duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte, distantes, respectivamente, 385km e 570km da sede em Fortaleza. Em 1998, foi protocolizado no MEC seu Projeto Institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, que se deu oficialmente em 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro da Educação aprova o respectivo Regimento Interno, pela Portaria nº. 845.

A partir deste novo modelo institucional, o Ministério da Educação fomentou o ensino em todos os níveis da educação tecnológica, tendo como objetivo a formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho. Além disso, a nova institucionalidade tinha entre as suas finalidades, a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

A essa altura, a reconhecida importância da educação profissional e tecnológica no mundo inteiro, desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Assim, adquire força o movimento a favor da implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública 002/2007,

ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Governo Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com 621 *campi* espalhados por todo o país. Cada um deles constituindo-se uma autarquia educacional supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica e vinculada ao Ministério da Educação. Todos dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

Assim, ao longo de um século de existência o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) teve a sua denominação alterada, primeiro para Liceu Industrial de Fortaleza, em 1937; depois para Escola Industrial de Fortaleza, em 1942; em seguida para Escola Técnica Federal do Ceará, em 1968. No ano de 1994, a escola passou a chamar-se Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFETCE), ocasião em que o ensino foi estendido ao nível superior e suas ações acadêmicas, acrescidas das atividades de pesquisa e extensão. A Figura 1 mostra a evolução das denominações institucionais no decorrer do tempo.

Figura 1 – A evolução das denominações do IFCE



Fonte: <https://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/Institucional/historico>

Como já destacado anteriormente, essas alterações de denominações ocorreram em decorrência da mudança do modelo de ensino dentro de contextos político e econômicos, que foram desencadeados por processos de industrialização do Brasil, a partir da década de 1930. Esse cenário econômico exigiu que a

educação profissional cumprisse um papel muito mais importante na sociedade, deixando de ser vista como uma política pública de assistencialismo e controle social. Neste sentido, a industrialização aumentou a exigência sobre o setor educacional para a formação de profissionais qualificados, para dar conta da operação de novas tecnologias e atender as demandas de investimento de infraestrutura.

Outra questão, não menos importante, envolvida no conceito da educação profissional desde a sua origem, tem relação com o preconceito em relação a integração da educação profissional com os demais conteúdos educacionais visando favorecer o avanço na escolaridade e acesso à formação superior. Por diversas vezes, os dispositivos legais confirmaram a dualidade no sistema educacional brasileiro. Enquanto o ensino propedêutico tinha a missão de habilitar as elites para estudos mais avançados, o ensino profissional era destinado para as camadas mais carentes visando a inserção no mercado de trabalho.

É nesse cenário de conflitos conceituais e na esteira das exigências da globalização permeada pela crescente complexidade tecnológica, que ocorreu a mais recente reestruturação da educação profissional através da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, culminando com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

O amparo jurídico para a alteração da denominação e a estruturação institucional e organizacional ocorreu a partir do Decreto nº 6.095/2007, que estabeleceu as diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação tecnológicas. O Art. 1º do referido decreto apresenta nos seus dois primeiros incisos as seguintes informações:

§ 1º A reorganização referida no caput pautar-se-á pelo modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, definido por este Decreto, com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, respeitadas as vinculações nele previstas.

§ 2º Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação.

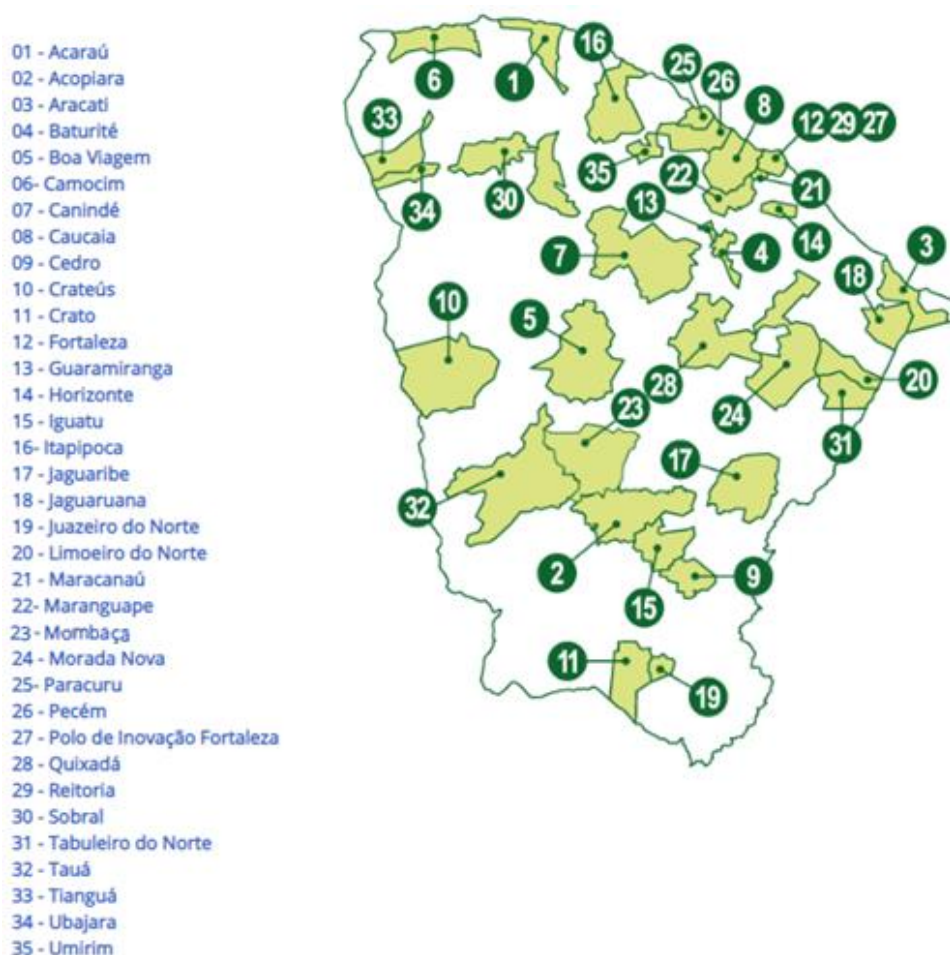
Ao ser criado oficialmente no dia 29 de dezembro de 2008 pela Lei nº 11.892, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) congregou os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) e as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Crato e de Iguatu.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) passaria a vivenciar novas possibilidades. Com a autonomia administrativa seria possível ampliar de forma significativa a sua estrutura e realizar a contratação de novos servidores. Diante desse processo, a oferta de educação profissional passaria por diferentes modalidades de ensino e haveria um processo de agressiva interiorização da educação profissional e tecnológica no Estado do Ceará.

Assim, com amparo nestes dispositivos o IFCE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Ele está constituído hoje de 35 (trinta e cinco) unidades, localizadas em todas as regiões do Estado do Ceará.

Essas unidades estão distribuídas em 32 (trinta e dois) municípios: Acaraú, Aracati, Acopiara, Guaramiranga, Jaguaruana, Mombaça, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Paracuru, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara, Umirim. A Figura 2 demonstra a localização geográfica dos *campi* do IFCE no mapa do Estado do Ceará.

Figura 2 – Localização geográfica dos *campi* do IFCE



Fonte: <https://ifce.edu.br/aceso-rapido/campi/campi>

No município de Fortaleza estão localizados 03 (três) unidades: a Reitoria do IFCE, o *campus* Fortaleza e o Polo de Inovação Fortaleza¹. No município de Caucaia estão localizadas 02 (duas) unidades: o *campus* Caucaia e o *campus* avançado do Pecém. Conforme a Portaria nº 1.434, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a mais recente alteração da estrutura organizacional do IFCE, a expansão do IFCE ocorreu em etapas conforme (Quadro 1).

¹ O Polo de Inovação Fortaleza foi criado no ano de 2014 através da Chamada Pública 02/2014 para atuar nas áreas de competência de Mobilidade Digital e Sistemas Embarcados. O Polo de Inovação Fortaleza proporciona, com projetos de inovação tecnológica, o fortalecimento de um modelo voltado para a competitividade de pequenas, médias e grandes empresas do setor industrial. As ações do polo, enquanto agente indutor, ampliam o uso da capacidade tecnológica do IFCE no atendimento às demandas de pesquisas aplicadas de empresas industriais. Mais informações: <https://ifce.edu.br/polodeinovacao/sobre>.

Quadro 1 – Categorização dos *campi* do IFCE por processo de expansão

Etapa de Expansão	Unidades
Reitoria/Direção	Reitoria do Instituto Federal do Ceará
Pré-Expansão	<i>Campus Cedro, Campus Crato, Campus Fortaleza, Campus Iguatu, Campus Juazeiro do Norte</i>
Expansão 2003/2010	<i>Campus Acaraú, Campus Aracati, Campus Baturité, Campus Camocim, Campus Canindé, Campus Caucaia, Campus Crateús, Campus Jaguaribe, Campus Limoeiro do Norte, Campus Maracanaú, Campus Morada Nova, Campus Quixadá, Campus Sobral, Campus Tabuleiro do Norte, Campus Tauá, Campus Tianguá, Campus Ubajara</i>
Expansão 2011/2012	<i>Campus Umirim</i>
Expansão 2013/2014	<i>Campus Avançado Guaramiranga, Campus Avançado Jaguaruana</i>
Chamada Pública 02/2014	Polo de Inovação Fortaleza
Expansão 2015/2016	<i>Campus Avançado Pecém, Campus Boa Viagem, Campus Horizonte, Campus Itapipoca, Campus Paracuru</i>
Expansão 2017/2018	<i>Campus Acopiara, Campus Avançado Mombaça, Campus Maranguape</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na Portaria nº 1.434, de 28 de dezembro de 2018.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 do IFCE, descreve brevemente o histórico de criação de cada uma dessas unidades. No caso dos *campi* avançados, eles estão vinculados administrativamente a outra unidade tradicional visto que ainda não possuem estrutura funcional suficiente para absorver as inúmeras atividades-meio.

Assim, o IFCE tem como sua missão institucional “*produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética*”. A instituição estabeleceu como sua visão de futuro da organização, “*ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e o desenvolvimento regional*”. Para cumprir a sua missão institucional e tornar realidade a sua visão de futuro, o IFCE adotou valores que correspondem aos princípios que direcionam o comportamento, atitudes e as decisões de toda a sua comunidade acadêmica, quais sejam:

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental (Site Oficial do IFCE).

Torna-se importante destacar, que no Art. 6º da Lei nº 11.892, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica dota os Institutos Federais com finalidades e características específicas (BRASIL, 2008).

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em seguida, o Art. 7º elenca os seguintes objetivos para os Institutos Federais:

- I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente em cursos e programas integrados ao ensino regular;
- II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III – ofertar, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e

Adultos – PROEJA, cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional e técnica de nível médio;

IV – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

V – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais e com ênfase na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

VI – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;

VII - I – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas para as diferentes áreas da educação profissional e tecnológica;

c) programas de pós-graduação stricto sensu, compreendendo mestrado e doutorado, preferencialmente de natureza profissional, que promovam o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas em ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica; e

d) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciência e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional.

Assim, em harmonia com as finalidades e objetivos previstos em Lei, o IFCE é uma instituição pluricurricular e multicampi e tem se tornado uma referência para o desenvolvimento regional, formando profissionais para os vários setores produtivos e de serviços, buscando com isso, fomentar o crescimento socioeconômico da região.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), consoante a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior por meio da oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades do ensino.

Ao atuar nas modalidades presencial e a distância, com cursos de nível técnico e tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação lato e stricto sensu, paralelo a um trabalho de pesquisa, extensão e difusão de inovações tecnológicas, a instituição busca atender às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

O IFCE oferta cursos cujas propostas de ensino estão fundamentadas em práticas que incorporam a reflexão contextual da realidade. Esse modelo de ensino é alicerçado em um processo de ensino-aprendizagem interativo, através do qual se

consolidam atitudes de autonomia, criatividade, cientificidade, autoaperfeiçoamento, cooperação, negociação, dentre outras.

Importante destacar que, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE)², foram estabelecidas diretrizes e metas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para a década de 2014 a 2024. Entre as metas estabelecidas, o Quadro 2 apresenta 02 (duas) que são exclusivas para a Educação Profissional.

Quadro 2 – Metas do PNE para a Educação Profissional

Meta 10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
Meta 11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Ademais, o Art. 8º da Lei nº 11.892 estabelece que o IFCE possui o compromisso legal de assegurar o mínimo de 50% das vagas, para os cursos de educação profissional técnico de nível médio, prioritariamente, integrados ao ensino médio; 20% das vagas ofertadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica e 30% das vagas destinadas para cursos de tecnológicos, bacharelado e pós-graduação.

Percebe-se, com isso, que a prioridade do IFCE é a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, visto que, a lei de criação da instituição exige que no mínimo 50% das vagas sejam reservadas para esta modalidade de ensino da educação profissional, tendo no Plano Nacional de Educação (PNE) a meta de triplicar essa oferta até o ano de 2024.

Assim, de acordo com o Art. 3º do Regulamento da Organização Didática (ROD)³, o IFCE promove a oferta de cursos superiores, cursos de educação

² O Plano Nacional de Educação foi criado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 10 anos com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

³ O Regulamento da Organização Didática (ROD) é o instrumento normativo interno que disciplina as atividades didático-pedagógicas do IFCE. Dessa forma, o ROD tem o objetivo de tornar homogêneas as atividades acadêmicas em todos os campi e auxiliar o funcionamento da administração institucional.

profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, tendo como os tipos de modalidades a presencial e a distância, conforme a Lei nº 9.394/96 e a sua regulamentação.

Conforme o § 1º do Art. 3º do ROD, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) são destinados à capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de trabalhadores ou não. Esses cursos abrangem todos os níveis de escolaridade, com o objetivo precípuo de desenvolver aptidões para a vida produtiva e social.

Já no § 2º do art. 3º do ROD define que os cursos técnicos de nível médio (cursos técnicos) destinam-se a proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental, a estudantes matriculados no ensino médio ou de egressos. Essa modalidade atende ainda ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) maior de 18 anos de idade e que não concluiu o ensino médio na idade própria.

Está previsto no § 3º do Art. 3º do ROD que os cursos superiores são destinados a proporcionar graduação em cursos de licenciatura, bacharelado e tecnologia aos egressos do ensino médio e proporcionar pós-graduação lato sensu e stricto sensu aos egressos da graduação.

Acerca da periodicidade dos cursos, o Art. 7º do ROD esclarece que essa oferta poderá ocorrer da seguinte forma:

- I. **Periódica:** cursos ofertados em intervalos de tempos regulares. A periodicidade (semestral ou anual), o turno (matutino, vespertino, noturno ou integral) e a carga horária necessária à integralização de um curso deverão estar previstos em seu Projeto Pedagógico;
- II. **Não periódica:** cursos que não possuem periodicidade regular definida em seus projetos pedagógicos e que são comumente criados para atender a uma demanda pontual, tais como: cursos FIC, de pós-graduação lato sensu e oriundos de projetos ou programas.

Em relação à articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, o art. 9º do ROD estabelece os seguintes formatos:

- I. **Integrada:** ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da educação básica;
- II. **Concomitante:** oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, - efetuando-se matrículas distintas para cada curso;

III. **Subsequente:** desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o ensino médio.

IV. Ressalta-se que os cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados no formato integral, preferencialmente, possuem a duração de 3 (três) anos.

No que diz respeito à oferta de cursos na modalidade a distância, o ROD estabelece que os cursos técnicos e os cursos de graduação poderão ser ofertados nessa modalidade. No entanto, assim como no ensino presencial, se faz necessário que a legislação vigente seja atendida, assegurando todas as condições necessárias ao seu funcionamento.

Em 2018, o IFCE promoveu uma oferta de cerca de 600 cursos nos mais diversos níveis e formatos. Desse total, aproximadamente 40% foram de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Já os demais foram cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, sendo destes, 9 cursos a distância (3 graduações, 2 pós-graduações e 4 técnicos) a partir de 2 *campi*: Fortaleza e Juazeiro do Norte.

No Quadro 1 do Anexo A são apresentados todos os cursos de nível técnico ofertados pelo IFCE em 2018, classificados segundo o *campus*, formato e modalidade. Identifica-se que dos 32 (trinta e dois) *campi* do IFCE, isto é, excluindo a Reitoria, o Pólo de Inovação Fortaleza e o *campus* avançado Mombaça, este em construção, 14 (quatorze) deles não ofertam cursos técnicos integrados ao nível médio.

Apenas os *campi* nos municípios de Aracati, Boa Viagem, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Quixadá, Tabuleiro do Norte, Tauá e Umirim ofertam o curso técnico integrado ao ensino médio.

Além disso, como pode ser visto na Tabela 1, os cursos técnicos integrados ao ensino médio representam um pouco acima de 27% da oferta total dos cursos técnicos de nível médio da instituição. Isso indica que o IFCE ainda precisa avançar bastante em tornar este formato de curso como prioritário, atendendo ao que orienta o Art. 8º da Lei nº 11.892.

Tabela 1 – Demonstrativo dos cursos técnicos do IFCE

Tipo	Quantidade	Percentual	Modalidade	
Concomitante	22	16,30%	Presencial	81,82%
			EAD	18,18%
Subsequente	73	54,07%	Presencial	100%
			EAD	-
Proeja	03	2,22%	Presencial	100%
			EAD	-
Integrado	37	27,41%	Presencial	100%
			EAD	-
Total	135	100,00%	-	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023).

No Quadro 3 do anexo A são apresentados todos os cursos de graduação ofertados pelo IFCE em 2018, classificados segundo o *campus*, formato e modalidade. Verifica-se no levantamento que dos 32 (trinta e dois) *campi* do IFCE, ou seja, excluindo novamente a Reitoria, o Pólo de Inovação Fortaleza e o *campus* avançado Mombaça, 27 (vinte e sete) deles ofertam cursos de graduação nas modalidades de Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia.

Os cursos de graduação estão distribuídos nos *campi* dos municípios de Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crato, Fortaleza, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Paracuru, Quixadá, Sobral, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

Neste sentido, o IFCE atende o Art. 8º da Lei nº 11.892, que estabelece o compromisso legal de assegurar o mínimo 20% das vagas ofertadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica. Como pode ser visto na Tabela 2, do total da oferta de cursos de graduação, 44,76% destinam-se a cursos de licenciatura.

Tabela 2 – Demonstrativo dos cursos de graduação do IFCE

Tipo	Quantidade	Percentual	Modalidade	
Bacharelado	25	23,81%	Presencial	96,00%
			EAD	4,00%
Licenciatura	47	44,76%	Presencial	97,87%
			EAD	2,13%
Tecnologia	33	31,43%	Presencial	96,97%
			EAD	3,03%
Total	105	100,00%	-	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023).

Por fim, no Quadro 5 do Anexo A, são apresentados todos os cursos de pós-graduação ofertados pelo IFCE em 2018, classificados segundo o *campus*, formato e modalidade. Verifica-se no levantamento que dos 32 (trinta e dois) *campi* do IFCE, ou seja, excluindo mais uma vez, a Reitoria, o Pólo de Inovação Fortaleza e o *campus* avançado Mombaça, 18 (dezoito) deles ofertam cursos de pós-graduação nas modalidades de Especialização e Mestrado.

Os cursos estão distribuídos nos *campi* dos municípios de Acaraú, Acopiara, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Sobral e Tabuleiro do Norte. Na Tabela 3, apresenta-se a informação do total da oferta de cursos de pós-graduação do IFCE. Mais de 70% dos cursos são a nível de especialização, enquanto que apenas um pouco mais de 25% são em nível de mestrado. Não há registro de curso de pós-graduação em nível de doutorado.

Tabela 3 – Demonstrativo dos cursos de pós-graduação do IFCE

Tipo	Quantidade	Percentual	Modalidade	
Especialização	29	74,36%	Presencial	93,10%
			EAD	6,90%
Mestrado	10	25,64%	Presencial	100,00%
			EAD	-
Total	39	100,00%	-	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023).

No âmbito da pesquisa e extensão acadêmica, o IFCE desenvolve programas e projetos voltados para a valorização da cultura, acessibilidade,

empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologias com ênfase no desenvolvimento local e regional, bem como na preservação do meio ambiente.

Quanto a sua estrutura administrativa, o IFCE possui um Regimento Geral, que é um instrumento elaborado em consonância com o Estatuto e com as diretrizes institucionais a partir da Lei nº 11.892/2008, dispositivo legal de criação do IFCE. Com base no Regimento Geral, o IFCE possui a seguinte estrutura organizacional:

• **Órgãos colegiados:**

I. Conselho Superior (CONSUP): Órgão máximo do IFCE, com caráter consultivo e deliberativo.

II. Colégio de Dirigentes (COLDIR): Tem caráter consultivo e atua como órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

III. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: Órgão colegiado normativo e consultivo de Ensino, Pesquisa e Extensão, tem caráter deliberativo no âmbito das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e da de Extensão.

IV. Conselho de Inovação: Órgão consultivo e deliberativo no âmbito da área de Inovação, subordinado à Reitoria, tendo por finalidade subsidiar a Diretoria do Polo de Inovação de Fortaleza quanto ao atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e serviços tecnológicos a serem desenvolvidos pelo Polo.

V. Conselho Acadêmico: Órgão de caráter consultivo dos diversos *campi*, objetiva subsidiar-se com informações da comunidade relativas a assuntos administrativos, de ensino, de pesquisa e de extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

VI. Comissão Própria de Avaliação: Órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e

administrativos. Cabe ressaltar que a CPA atua com autonomia em relação aos demais conselhos e órgãos colegiados do IFCE.

• **Órgãos executivos e administrativos:**

I. Reitoria

a) Gabinete do Reitor

b) Pró-Reitorias:

1. Pró-Reitoria de Ensino;
2. Pró-Reitoria de Extensão;
3. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
4. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento;
5. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

II. Diretorias Sistêmicas:

Diretoria da Gestão de Tecnologia da Informação;

Diretoria de Assuntos Estudantis.

III. Órgãos de Apoio e Assessoramento.

II. Campi

III. Auditoria Interna

IV. Procuradoria Federal

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2013), o IFCE possui 1.849 Professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e 1.618 Técnicos Administrativos em Educação. Assim, o IFCE possui uma força de trabalho composta por 3.467 servidores efetivos e professores substitutos distribuídos nos seus *campi* e Reitoria. Esses profissionais foram contratados mediante a realização de concursos públicos, para os cargos efetivos e processos seletivos e estão distribuídos conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Listagem de servidores do IFCE por tipo de cargos

Tipologia dos cargos	Lotação Afetiva	
	Corpo Técnico-Administrativo	Corpo Docente
1. Servidores de Carreira	1618	1716
1.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão	1598	1703
1.2. Servidores de carreira em exercício Descentralizado	4	-
1.3. Servidores de carreira em exercício Provisório	9	7
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e Esferas	7	6
2. Servidores com contratos temporários	-	133
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de servidores (1+2+3)	1618	1849

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional IFCE (2019-2023).

Após realizar um resgate histórico, sobre o contexto e o arcabouço conceitual da política pública da educação profissional integrada ao ensino médio e fazer um breve percurso sobre a trajetória institucional do IFCE, como um exemplo da materialização da política pública, discorre-se a partir do próximo tópico sobre a implantação do IFCE *campus* Caucaia. É neste *campus* do IFCE, que é ofertado o Curso Técnico Integrado em Petroquímica, objeto desta pesquisa.

4.3. A IMPLANTAÇÃO DO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Caucaia, foi inaugurado no dia 27 de dezembro de 2010, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa instituição foi entregue oficialmente à comunidade do município de Caucaia no dia 26 de agosto de 2011. Inicialmente o IFCE *campus* Caucaia foi concebido como um *campus* avançado do IFCE *campus* Maracanaú, tendo suas ações limitadas a oferta de cursos técnicos concomitantes.

Em 2013, com expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em sua terceira etapa e, considerando todos os aspectos potenciais da cidade de Caucaia, o *campus* Caucaia foi emancipado. A unidade obteve autonomia administrativa e financeira independente do IFCE *campus*

Maracanaú, instituída através de ato de autorização de funcionamento na Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013 emitida pelo Ministério da Educação.

É importante realizar uma breve contextualização sobre o município de Caucaia, para entender as circunstâncias que levaram o IFCE a instalar nesta cidade uma das suas unidades. Conforme a Figura 3, o município de Caucaia faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Figura 3 – Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IBGE/IPECE

O município possui uma área de 1.227,931 km² e fica aproximadamente a 17 km do centro da capital cearense. Além da RMF, Caucaia faz fronteira com municípios de outra macrorregião, a Região do Litoral Oestes e Vale do Curu, mais especificamente com o município de Pentecoste.

O município é dividido em 8 distritos: Caucaia, Bom Princípio, Jurema, Catuana, Grararu, Sítios Novos, Mirambé e Tucuntuba. O resultado do último recenseamento, segundo dados do IBGE (2019), aponta uma população total de 325.441 habitantes, estimando-se atualmente um número populacional de 361.400 habitantes. A distribuição da população residente no município é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 – Demonstrativo de distribuição da população de Caucaia (1991-2010)

Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
Total	165.099	100,00	250.479	100,00	325.441	100,00
Urbana	147.601	89,40	226.088	90,26	290.220	89,18
Rural	17.498	10,60	24.391	9,74	35.221	10,82
Homens	80.972	49,04	123.299	49,23	159.598	49,04
Mulheres	84.127	50,96	127.180	50,77	165.843	50,96

Fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Caucaia_2017.pdf

Verifica-se que no Estado do Ceará não há uma distribuição uniforme da população por municípios. Assim, há uma maior concentração nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza, sendo Caucaia o segundo município mais populoso do Estado, superado apenas pela capital cearense. Na cidade de Caucaia, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.682. O seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 16.029,54 per capita e ocupa a 8ª colocação no ranking do PIB entre os municípios cearenses.

O aproveitamento da força de trabalho e mão de obra local são uma das características de desenvolvimento na contemporaneidade. As vertentes social e econômica são diretamente atingidas pelos circuitos alternativos de geração de emprego e renda, constituindo um processo de desenvolvimento na região.

Nesse contexto de fomento do desenvolvimento regional e local, surge o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), um empreendimento de grande

impacto na economia cearense que passou a proporcionar variações significativas no Produto Interno Bruto (PIB). O CIPP, através do terminal portuário, atua como Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e atraiu grandes empreendimentos, principalmente, nos setores químicos, elétricos e siderúrgicos.

Caucaia é um dos municípios diretamente beneficiados com a implantação do CIPP. Com o seu surgimento, cresceu a necessidade de profissionais qualificados para atender e manter a sustentabilidade dessa economia. Importante destacar que o CIPP iniciou as operações comerciais em novembro de 2001 e foi inaugurado em março de 2002, estando localizado entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, a 60 quilômetros de Fortaleza, e ocupando uma área de 13.337 hectares.

O empreendimento cresce com o intuito de desenvolver a economia local, regional e nacional movimentando materiais siderúrgicos, fertilizantes, granel e contêineres. O Plano Diretor divide a região em quatro setores. O primeiro é destinado às termelétricas e à Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP); o segundo, à refinaria e polo petroquímico; o terceiro, à área industrial e o quarto, é da área institucional, serviços e ZPE.

Diante dessas transformações locais, grandes e estratégicos empreendimentos para o Ceará foram sendo instalados na região. Atualmente, o Complexo congrega 30 empresas, sendo em operação 22 e as demais em fase de implantação. Juntas totalizam investimentos na ordem de R\$ 28,5 bilhões, gerando 50,8 mil empregos diretos e indiretos.

É notório o impacto econômico que os empreendimentos de algumas indústrias já instaladas e em funcionamento no CIPP proporcionaram para o município de Caucaia. Considerando que, cerca de 60% das empresas do CIPP estão compreendidas no município de Caucaia, justificou-se a necessidade de capacitação e formação de mão de obra especializada no município.

Isso ratifica os dados apresentados na Tabela 6, uma vez que o segmento de Indústria de Transformação é o que gera maior número de empregos formais no município.

Tabela 6 - Número de empregos formais em Caucaia

Discriminação	Número de empregos formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total das Atividades	33.290	20.705	12.585	1.443.365	798.560	644.805
Extrativa Mineral	630	555	75	2.999	2.723	276
Indústria de Transformação	10.428	8.079	2.349	232.501	146.558	85.943
Serviços Industriais	375	338	37	8.556	7.099	1.457
Construção Civil	1.280	1.177	103	61.516	56.173	5.343
Comércio	7.840	4.618	3.222	260.979	153.633	107.346
Serviços	8.134	4.719	3.415	483.741	267.388	216.353
Administração Pública	4.390	1.055	3.335	369.758	144.443	225.315
Agropecuária	213	164	49	23.315	20.543	2.772

Fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Caucaia_2017.pdf

Assim, de acordo com as justificativas previstas nos primeiros Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos do então IFCE *campus* avançado Caucaia, sua implantação foi uma resposta às necessidades de mão de obra especializada do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Isso pode ser comprovado na justificativa registrada no Projeto Pedagógico do Curso Técnico Concomitante em Petroquímica (2012):

Ao redor do Porto do Pecém está sendo estruturado o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que abrigará uma siderúrgica e uma refinaria, em processo de implantação, entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Durante as obras da Refinaria Premium II está prevista a geração de cerca de 90 mil empregos diretos e indiretos o que, por consequência, aumentará o nível de renda da população do entorno. Nesse empreendimento, 14 mil pessoas estarão envolvidas na implantação. Na fase de obras civis serão mobilizadas cerca de 7,5 mil pessoas. Nesse contexto, o IFCE *campus* avançado Caucaia torna-se peça chave para atender às demandas de mão-de-obra no complexo industrial do Pecém nas diversas etapas de implantação e funcionamento, por meio da criação do Curso Técnico em Petroquímica. A intenção é contribuir para o desenvolvimento educacional e socioeconômico da Região, promovendo a integração da sociedade com as demandas do setor produtivo. Ressalta-se que os profissionais egressos dos cursos do *campus* avançado Caucaia irão atender não só a demanda emergencial da refinaria e siderúrgica, mas também a todas as empresas do polo industrial de Caucaia e outros setores correlatos que se estabelecerem no estorno da Região (IFCE, 2012 p. 6-7).

Os empreendimentos elencados e as oportunidades de emprego previstas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), são destacados como pontos centrais para a implantação do IFCE *campus* Caucaia. Eles alavancam a necessidade de atividades, por exemplo, com foco no refino de petróleo, cujo curso que contemplava essa área era o Curso Técnico Concomitante em Petroquímica.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (PDI), disponível do site do IFCE *campus* Caucaia, e como definido nos primeiros projetos pedagógicos, a exemplo do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Concomitante em Petroquímica,

foi nesse contexto que o governo federal, dentro do plano de expansão da rede federal de educação tecnológica, decidiu implantar um *campus* no município de Caucaia, sendo uma resposta às necessidades de mão de obra especializada para atender as demandas emergentes do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP (PDI/IFCE, 2014-2018, p. 13).

Pois, ainda conforme o documento institucional:

O CIPP tem papel de destaque no PIB do Ceará, sobretudo pela implantação das mais diversas empresas que atuam em setores como: Siderurgia, Petroquímica, Geração de Energia, Eletromecânica e Metalmeccânica. Dentre as empresas implantadas e em implantação tem-se: Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, Refinaria Premium II, Termo Ceará, Wobben, energia Pecém Geração de Energia, dentre outras (PDI, 2014-2018, p.13).

Nesse rol de empresas, destaque-se que a Refinaria Premium II da Petrobrás teve o seu projeto interrompido, conforme nota de esclarecimento da Petrobrás em 11/11/2015. A empresa afirmou que a inviabilidade de resultados econômicos satisfatórios culminou com a descontinuidade do projeto. No entanto, esse acontecimento não desacelerou a atividade produtiva no complexo industrial.

Assim, a instalação de diversas empresas e indústrias no Complexo Industrial e Portuário do Pecém evidenciam o notório potencial de crescimento econômico, justificando a necessidade da formação de técnicos qualificados, pois os processos industriais modernos demandam profissionais que atuem na instrumentalização e operação dos diversos equipamentos.

Logo, o IFCE *campus* Caucaia desde o início do seu funcionamento contemplou a educação profissional técnica, com a oferta de cursos voltada para os

arranjos produtivos locais. Inicialmente, foram ofertados os cursos técnicos de Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica, na modalidade concomitante (onde o aluno cursa o ensino médio regular em outra instituição de ensino).

No ano de 2015, o IFCE *campus* Caucaia migrou os 03 (três) cursos do modelo concomitante para o modelo integrado (quando o aluno cursa o ensino médio juntamente com o ensino técnico) em tempo integral. Atualmente, a unidade conta com quatro cursos regulares, ofertados em nível médio: Técnico Integrado em Petroquímica, Técnico Integrado em Metalurgia, Técnico Integrado em Eletroeletrônica e Técnico em Logística, este último ofertado na modalidade subsequente. São ofertadas ainda duas licenciaturas, uma em Matemática e outra em Química, bem como duas especializações *lato sensu* em Ensino de Ciências Exatas e Ensino de Ciências Humanas.

A modalidade de ensino técnico integrado ao ensino médio, prioridade para o IFCE e definida em legislação, representa uma possibilidade de melhoria da vida dos jovens. A realidade competitiva do mercado de trabalho e o desafio da inserção socioeconômica, impõe um movimento de profissionalização dos adolescentes e jovens antes da conclusão da última etapa da educação básica. Esse processo aproxima o currículo do educando das dimensões do próprio trabalho, da ciência, tecnologia e cultura. Para além disso, o IFCE busca ofertar uma formação humana integral, bem como outros valores necessários para conquista da cidadania.

Com a inserção do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia no município de Caucaia, manteve-se a sintonia com a visão e a missão do IFCE para adequar os cursos às necessidades da comunidade local. No entanto, o IFCE *campus* Caucaia busca, dentro da sua missão institucional, proporcionar uma formação de cidadãos criativos, críticos, participativos, capazes de compreender e interferir no mundo que os cerca.

As instituições federais possuem autonomia para criação e implantação de cursos, nos mais variados níveis de educação profissional e tecnológica. Mas, para desfrutar dessa prerrogativa legal, viabilizar e ampliar a oferta de cursos em diferentes turnos, é um processo que depende de fatores externos ao *campus*. Tem-se como exemplo disso, a necessidade do apoio do Governo Municipal através da disponibilização de linhas de transporte coletivo, iluminação e segurança pública.

No processo de implementação da política pública de educação profissional integrada ao ensino médio, o IFCE *campus* Caucaia enfrentou desafios internos importantes envolvendo limitações orçamentárias, intervenções na infraestrutura, ajustes em questões pedagógicas, de currículo, de ensino e aprendizagem, dentre outras.

Para acolher os alunos ingressantes e os já matriculados, sobretudo nos cursos técnicos integrados em tempo integral, o IFCE *campus* Caucaia busca atingir objetivos e metas, tais como: ampliar o número de salas de aula e laboratórios, aumentar a aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico. Criando espaços adequados para refeições dos estudantes e disponibilizar espaços de lazer, cultura e arte.

Ademais, o IFCE *campus* Caucaia busca promover relações e parcerias com o setor produtivo, expandir a pesquisa científica e tecnológica e oferecer serviços pedagógicos adequados, através de uma equipe multidisciplinar visando a permanência e o êxito dos estudantes.

Todos esses investimentos e ajustes institucionais, fazem parte de um arranjo organizacional para proporcionar de forma adequada, o atendimento da demanda educacional local através de diferentes modalidades de ensino, em especial a educação profissional integrada ao ensino médio, em regime integral, no município de Caucaia.

A partir do próximo tópico aborda-se, especificamente, como foi estruturado o Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia.

4.4. O CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM PETROQUÍMICA

Ao implantar o *campus* Caucaia, o IFCE demonstrou que está alinhado às necessidades do segmento produtivo. Essa ação se traduziu em uma resposta às necessidades de mão de obra especializada, atendendo às demandas emergentes do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), bem como em relação às necessidades do mercado de trabalho do município de Caucaia e seu entorno.

Como já destacado, a instalação de indústrias no CIPP demonstra o notório potencial de crescimento econômico local conjugado com a exigência da contratação de profissionais especializados, especialmente para o eixo industrial. É nesse cenário que surgiu a necessidade da formação de Técnicos em Petroquímica, pois

os processos siderúrgicos modernos demandam profissionais que atuem na instrumentalização e operação dos diversos equipamentos voltados à análise, monitoramento, controle e operação de todo o processo produtivo.

Além disso, é preciso dar suporte aos setores denominados como “utilidades industriais”, tais como tratamento de água e efluentes industriais, análises químicas e controle de qualidade de matérias-primas industriais, notoriamente vinculados à formação técnica em Química.

Diante desse cenário, no Setor Químico do Estado do Ceará é possível observar ainda, que os dados apontam boas expectativas em relação à oferta, contratação, emprego, trabalho e renda. Em junho de 2018 foi inaugurado o Polo Químico de Guaiúba, na Região Metropolitana de Fortaleza, fruto da iniciativa do Sindicato das Indústrias Químicas, Farmacêuticas e da Destilação e Refinação de Petróleo no Estado do Ceará (SINDQUÍMICA). Ele possui o apoio da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará (ADECE), após a instauração da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Indústria Química do Estado do Ceará.

A princípio, seis empresas deverão iniciar as obras para transferir as atividades para o terreno cedido pela administração municipal, com um investimento previsto de R\$ 20 milhões. “Com o Polo, fica mais fácil atrair grandes empresas ao Estado, que poderiam causar um impacto maior no setor. O objetivo do Governo é criar essas ambiências de negócios por todo o Estado, priorizando atividades estratégicas de cada região”, comentou o presidente ADECE, Eduardo Neves. A expectativa é que nos próximos cinco anos, o Polo Químico de Guaiúba impulse o desenvolvimento do setor químico no Estado em 20%.

O polo irá abrigar 27 empresas cujos investimentos serão de R\$ 95 milhões e gerar dois mil empregos diretos e sete mil indiretos na região. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 10 milhões em obras estruturais para dotar o espaço, por meio da ADECE e da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA), com a construção de rodovias, pavimentação, drenagem e fornecimento de energia elétrica.

Nessa perspectiva de crescimento da economia do Estado do Ceará, a oferta do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* de Caucaia veio ao encontro das necessidades do mercado de trabalho. Mas, o fato da formação ser integrada ao ensino médio e o curso ser ofertado no formato de tempo integral,

reforça que o IFCE também está comprometido com uma formação completa e humanística do cidadão.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Petroquímica (2018), o objetivo geral do curso é

preparar profissionais em nível Técnico em Petroquímica com as habilidades e competências requeridas pelo mercado, com domínio do saber, do saber fazer, do saber ser e do saber conviver com os outros, bem como, gerenciador dos processos produtivos, utilizando técnicas, métodos e procedimentos adequados, de modo a garantir a qualidade e a produtividade dos processos industriais, prezando pela segurança dos trabalhadores.

Apesar do objetivo geral estar mais focado na formação técnica, os objetivos específicos do curso destacam que nessa formação integrada, os estudantes recebem uma formação propedêutica articulada na forma integrada à formação profissional. Dessa forma, são fortalecidas as competências demandadas do mundo do trabalho com uma formação técnica-humanista.

A forma de acesso ao curso é através de um processo seletivo realizado anualmente através de Edital Público, respeitando a reserva de vagas para ações afirmativas. Para se inscrever no curso o candidato deverá ser egresso do ensino fundamental.

O Curso Técnico Integrado em Petroquímica, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, prepara o estudante para atuar nas seguintes áreas: Empresas e indústrias químicas e petroquímicas, de refino de petróleo; Laboratórios de caracterização de petróleo e derivados e controle de qualidade de insumos e produtos.

4.4.1. Metodologia

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Petroquímica (2018), o curso possui um percurso formativo permeado pela teoria e pela prática cujas atividades práticas proporcionam conhecimentos teóricos estimulando o interesse pela pesquisa.

Em relação ao desenvolvimento dos saberes práticos, estes serão garantidos por meio de vivências tanto em sala de aula como em ambientes especiais

(laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas), bem como através de projetos de pesquisa, visitas técnicas, experiências de campo, observações, dentre outros.

A prática profissional a ser desenvolvida ao longo do curso, promove o contato real e/ou simulado com a prática profissional, pretendida pela habilitação específica. Além disso, articula a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica, com foco no trabalho como princípio educativo.

4.4.2. Organização curricular

O desenho curricular do Curso Técnico Integrado em Petroquímica contempla um conjunto de 03 (três) etapas. Cada uma corresponde a um ano letivo, sendo compostas por componentes curriculares que abarcam áreas de conhecimento pertencentes a 3 (três) eixos formativos: Base Nacional Comum do Ensino Médio, parte diversificada e parte profissionalizante, que estão expostos na Matriz Curricular (ANEXO B) com a respectiva carga horária de acordo com a regulamentação vigente.

A Resolução nº 6 de 09/2012 em seu artigo 27, orienta que a educação profissional técnica de nível médio realizada de forma integrada com o Ensino Médio deverá ter carga horária total de no mínimo 3.200 horas. E, nestas já estão contempladas a habilitação profissional que exige o mínimo de 1.200 horas de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Vale ressaltar, que para a obtenção do título de Técnico em Petroquímica, o estudante deverá cursar os componentes curriculares da Base Nacional Comum, da parte diversificada e da parte profissionalizante, pois são eles dependentes e complementares.

Assim, compreende-se que a proposta pedagógica do curso está em consonância com a premissa acima, quando prioriza a distribuição das áreas do conhecimento de maneira convergente e simultânea, tendo o trabalho como elemento norteador.

A organização curricular deverá ser articulada partindo dos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e integração entre teoria e prática, visando garantir a plena intercomunicação dos eixos formativos para proporcionar a formação de um profissional. E, no qual o estudante seja capaz de produzir novos

saberes a partir das experiências adquiridas nos contextos formais e informais de aprendizagem.

Para tanto, a Base Nacional Comum foi organizada de tal maneira a atender a formação geral, assim como, as especificidades do perfil profissional pretendido. A aula terá duração de 60 (sessenta) minutos e no primeiro semestre existe uma carga horária total maior, para garantir a consolidação dos conhecimentos da segunda etapa da Educação Básica e a continuidade das aprendizagens.

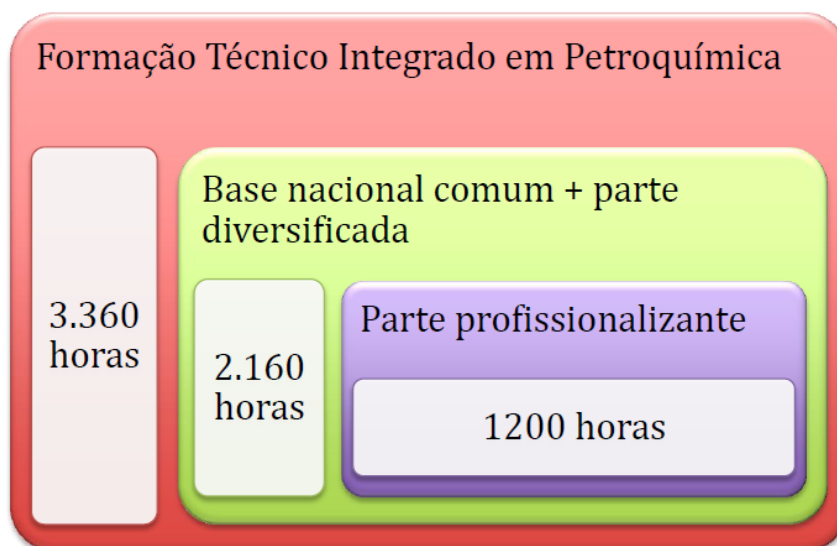
No que se refere à parte diversificada, a organização curricular seguirá os mesmos princípios da Base Nacional Comum, pois tem como principal finalidade enriquecer o currículo de forma complementar, contextual e integralizada com os outros eixos formativos. Os estudantes poderão optar entre diferentes disciplinas, contabilizando uma carga horária mínima de 80 horas.

Para cumprir a carga horária dos componentes da parte diversificada, o estudante poderá optar entre Espanhol e Libras como línguas optativas. Mas, que é obrigatória para a instituição cumprindo as 40 horas. As demais disciplinas ofertadas são da parte diversificada totalizando 80 horas e, ocorrerão na forma de disciplinas optativas, possibilitando ao estudante a escolha entre as possibilidades existentes.

Como já destacado anteriormente, o desenvolvimento dos saberes práticos é constituído por meio da Prática Profissional Integrada (PPI), ao longo do percurso formativo por meio de vivências tanto em sala de aula quanto em ambientes especiais (laboratórios, oficinas, empresas). E, também, com a realização de projetos de pesquisa, visitas técnicas, experiências de campo, observações, dentre outros conforme orientam as Diretrizes Indutoras, para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Como demonstra a Figura 4, o conjunto das 3.360 horas serão distribuídos nos 3 anos da formação, em 600 dias letivos. Terão o espaço-temporal dividido nesta formação em 1.280 horas no primeiro ano, 1.280 horas no segundo ano e 800 horas no último ano.

Figura 4 – Distribuição da carga horária



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Petroquímica (2018).

Esta distribuição possibilitará ao estudante, em seu último ano, uma maior flexibilidade para realizar suas atividades complementares e a PPI. Ela também inclui o estágio não obrigatório como uma possibilidade.

4.4.3. Avaliação da aprendizagem

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, que está integrada ao processo de ensino-aprendizagem e assume as funções diagnóstica, formativa e somativa, que são utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades por parte dos docentes. E, que a partir disso, funcione como instrumento colaborador para verificação da aprendizagem, onde os aspectos qualitativos predominem sobre os quantitativos.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Petroquímica (2018), avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e para atender às necessidades do contexto atual. Este processo requer procedimentos metodológicos, nos quais discentes e docentes estejam igualmente envolvidos. Assim, é necessário que o discente tenha conhecimento dos objetivos a serem alcançados, do processo metodológico implementado e conheça os critérios de avaliação da aprendizagem e da sua autoavaliação.

O desenho pedagógico orienta que o docente formador, ainda que esteja envolvido num processo de ensino que privilegie a participação ativa do discente, atua como elemento impulsionador, catalisador e observador do nível da aprendizagem de seus discentes no processo e não somente no final, mas em todo o processo, requerendo um acompanhamento sistemático e diário da desenvoltura do discente.

Assim sendo, a avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos da vida acadêmica de seus discentes. Nas suas interpretações qualitativas dos conhecimentos, deve-se buscar construir e reconstruir no processo de desenvolvimento, as capacidades, atitudes e habilidades.

O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos planos de ensino das disciplinas. As estratégias de avaliação da aprendizagem serão formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática de pesquisa, à reflexão, à criatividade e ao autodesenvolvimento. O aproveitamento acadêmico será avaliado por meio do acompanhamento contínuo do discente e a avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina.

Vale ressaltar, que ao mesmo tempo em que se privilegiam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e ocorra a superação das dificuldades de aprendizagem detectadas pelos instrumentais de avaliação, as práticas avaliativas devem ter caráter inclusivo e serem variadas e inovadoras, contemplando as especificidades do público discente.

De acordo com ROD do IFCE, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas. Em cada uma delas, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nas avaliações dos conhecimentos. E, independentemente do número de aulas semanais, o docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações por etapa. A nota semestral será a média ponderada das avaliações parciais e a aprovação do discente é condicionada ao alcance da média seis (6,0), para os estudantes do nível médio.

Caso o aluno não atinja a média mínima para a aprovação, mas tenha obtido, no semestre a nota mínima três (3,0), ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a prova final. Esta deverá ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral e contemplar todo o conteúdo trabalhado no semestre. Nessa

circunstância, a média final será obtida pela soma da média semestral e da nota da prova final, dividida por dois (2). E a aprovação do discente estará condicionada à obtenção de média mínima cinco (5,0).

Com isso, será considerado aprovado o discente que obtiver a média mínima desde que tenha frequência igual ou superior a 75% do total de horas letivas, referente à carga horária da sua matrícula no semestre vigente. As faltas justificadas poderão ser analisadas no Conselho de Classe Deliberativo.

O acompanhamento do desempenho do discente terá também como instrumento de apoio o Conselho de Classe, que constitui a instância essencialmente de cunho pedagógico. A responsabilidade é de acompanhamento tanto do processo pedagógico, como da avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado ao ensino médio (Capítulo III, Seção VII, artigo 129 do ROD, 2015).

Nos casos previstos pelo ROD, se o estudante não atingir notas suficientes para sua progressão através das metodologias explicitadas, ele terá o direito a Progressão Parcial de Estudos – PPE. A PPE deverá ser ofertada pelo *campus* nas formas de plano de estudo individual ou de dependência.

4.4.4. Prática profissional integrada (PPI)

A prática profissional configura-se como um conjunto de atividades formativas, que proporciona experiências na aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional. Ela contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano.

A formação profissionalizante ocorrerá ao longo do percurso formativo dos estudantes através da Prática Profissional Integrada (PPI), inserida nos conteúdos das disciplinas profissionalizantes e integradas com a formação dos demais núcleos (básico e complementar). Isso proporciona ao estudante uma vivência real ou simulada com o cotidiano de sua futura profissão através de práticas de laboratório, vivências, visitas técnicas, eventos, congressos e outros.

As ações da PPI devem ocorrer preferencialmente de forma interdisciplinar, em que as atividades construídas podem ser apresentadas de forma integrada ao estudante, buscando o relacionamento entre teoria e prática.

Conforme orienta o Parecer CNE/CEB nº. 11/2012:

[...] no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular (DIRETRIZES INDUTORAS PARA A OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2018, p. 4).

A prática profissional do Curso Técnico Integrado em Petroquímica terá carga horária mínima de 160 horas e se constitui em ações de planejamento, acompanhamento, registro e sistematização das atividades realizadas pelo estudante durante seu percurso formativo.

No decorrer da formação, as possibilidades de atuação prática a partir da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e práticas profissionais nos cursos técnicos do IFCE *campus* Caucaia serão estimuladas. As atividades que poderão compor a PPI são o estágio não obrigatório, os projetos de ensino e os projetos de pesquisa, inovação e extensão.

4.4.5. Estágio não obrigatório

O estágio no curso técnico profissionalizante é oportuno para o discente por contribuir em seu processo de aprendizagem, na consolidação e (re)formulação de saberes ao unir teoria e prática. A partir dessa ferramenta, o discente pode identificar novas e variadas estratégias, para solucionar problemas que ele mesmo não imaginava encontrar na sua área profissional.

Diante disso, o aluno será estimulado a realizar o estágio como atividade primária complementar. Muito embora, não seja elencado para esse uma ordem de prioridade nas atividades complementares sugeridas a serem cumpridas. Com isso, o discente tem a liberdade para a escolha e realização dessas atividades, pois parte-

se do pressuposto que o aprendizado é resultado de interação e relação colaborativa entre os pares nos ambientes formais e informais de ensino.

Contudo, o estágio não é a única opção para o estudante construir a sua prática profissional, pois ele limita a aplicação da prática profissional somente à formação no final do curso. Dessa forma, o IFCE *campus* Caucaia propõe a inserção de outras possibilidades de construção efetiva para a realização destas práticas através das PPIs.

Neste sentido, conforme o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Petroquímica (2018), o estágio possui caráter opcional haja vista a previsão pedagógica de outras atividades educativas como, por exemplo, a participação em seminários, palestras, oficinas e pesquisas que propiciarão aprendizagens específicas da área profissional escolhida. Assim, como os conhecimentos diversos em consonância com a formação profissional do estudante e orientadas ao longo do curso.

4.4.6. Projetos de ensino

Os projetos de ensino são aqueles desenvolvidos como práticas curriculares ou extracurriculares, das disciplinas ofertadas ao longo do percurso formativo do estudante. Eles devem ser orientados preferencialmente pelos docentes das disciplinas envolvidas e podem ser desenvolvidos fora do ambiente de sala de aula.

Para registro como PPI, esses projetos devem ter pertinência com a formação profissional do estudante ou ter caráter interdisciplinar que caracterize a pertinência com a prática profissional do estudante.

Também serão consideradas as práticas de ensino como as visitas técnicas, participação em projetos que estimulem a formação, tais como olimpíadas, competições, monitoria de laboratórios específicos à formação e, outras avaliadas como pertinentes pela Coordenação do Curso, Coordenadoria Técnico Pedagógica ou Departamento de Ensino.

4.4.7. Projetos de pesquisa, inovação e extensão

As ações de pesquisa e da extensão são compreendidas como atividades de prática formativa, que promovem e articulam o processo de ensinar e de aprender considerando as experiências vivenciadas pelos estudantes. Além disso, incentivam

a produção, inovação, difusão e a socialização de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, com vistas ao desenvolvimento social. As ações de extensão representam uma via de interação com a sociedade, capaz de proporcionar aperfeiçoamento, aprofundamento, formação continuada e qualificação profissional.

Para o registro das atividades de pesquisa e extensão como atividades da PPI, os projetos pertinentes a estas ações além de obedecer aos critérios gerais da PPI devem ser inseridos nos sistemas próprios do IFCE, para homologação da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PRPI) e Pró-reitoria de Extensão (PROEXT).

Os estudantes realizarão atividades práticas profissionais integradas, que servirão para consolidar a sua formação. Com isso, eles terão o registro no seu histórico escolar e o cômputo desta carga horária. Ao final do curso, o IFCE *campus* Caucaia concederá o diploma de Técnico em Petroquímica aos egressos que concluírem, com êxito, todas as etapas previstas no projeto pedagógico, obedecendo, assim, o Art. 167, do Regulamento da Organização Didática (ROD).

4.4.8. Políticas institucionais no âmbito do curso

De acordo com o PDI do IFCE *campus* Caucaia (2019-2023), uma das metas é a ampliação de oferta de vagas em cursos presenciais com base na lei de criação dos Institutos Federais em todas as modalidades e níveis do IFCE. Dessa forma, o Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia colabora para o cumprimento desta meta institucional.

Ademais, trata-se de uma política institucional atuar para reduzir as taxas de evasão e retenção de alunos através de fortalecimento e reestruturação do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas. Para tanto, a execução do Plano de Permanência e Êxito do IFCE é um dos instrumentos fundamentais e prioritários para o êxito da missão institucional.

Ainda observando o referido PDI, outra meta prevista é a intensificação de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes por meio de diversas atividades. Dessa forma, tem-se como exemplo, a Prática Profissional Integrada e ações integradas com a Assistência Estudantil como as campanhas educativas.

4.4.9. Avaliação do projeto do curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) não deve ser concebido como um documento imutável, mas, sim, discutido e reavaliado pela comunidade acadêmica diretamente relacionada. No entanto, deve-se atentar que para ser experimentado e discutido, necessariamente, deverá ser vivenciado pelos estudantes e docentes. Ou seja, as alterações curriculares obrigatoriamente deverão ser fruto da reflexão sobre a ação, movimento que exige tempo para ser observado e avaliado.

Ainda de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Petroquímica (2018), as alterações curriculares poderão ser solicitadas pela Pró-reitoria de Ensino, pelo coordenador do curso ou de área, Colegiado, docente do curso ou representante da Gestão de Ensino, ou atualizadas pela necessidade de adequação a normativas legais instituídas após a sua aprovação. Estas normativas poderão ser institucionais também.

À Coordenação do Curso é recomendado que viabilize momentos de discussão sobre o currículo e do curso, com a participação de estudantes matriculados como egressos e/ou representantes externos que tenham reconhecido saber na área. Tal ação poderá dar maiores subsídios para as propostas de alteração curricular. Caso sejam identificadas necessidades de alteração do PPC original, os procedimentos para atualização seguirão os fluxos de processo estabelecidos pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN).

4.4.10. Apoio ao discente

A Assistência Estudantil é entendida numa perspectiva da educação como direito e um compromisso com a formação integral do sujeito. Ela estabelece um conjunto de ações a partir de diversos programas desenvolvidos, que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes.

Essa assistência é destinada aos estudantes matriculados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), independente de nível e modalidade de ensino, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim, a vulnerabilidade social é compreendida como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua

capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial.

O Setor de Assistência Estudantil do IFCE *campus* Caucaia é composto pelos serviços de Psicologia, Nutrição, Enfermagem e Serviço Social. Os serviços de Psicologia e Serviço Social contam cada um com 01 (um) profissional da respectiva área. Já o serviço de Enfermagem possui 02 (dois) Enfermeiros e 01 (um) Técnico de Enfermagem atendendo em 03 (três) turnos. O serviço de Nutrição conta com 02 (dois) Nutricionistas atendendo a demanda em três turnos.

Além disso, o IFCE *campus* Caucaia conta com um Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), para acompanhamento de alunos com necessidades especiais. O seu objetivo é disseminar uma cultura da educação para convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

Os alunos serão constantemente estimulados por meio de programas de bolsas de monitoria voluntária e/ou remunerada. Além de, bolsas de iniciação científica, programas de bolsa de iniciação à docência, bem como visitas técnicas em empresas da região.

Os registros acadêmicos são da competência da Coordenadoria de Controle Acadêmico que planeja, supervisiona, executa, organiza e avalia todas as atividades relacionadas aos serviços do Controle Acadêmico. Por meio do setor de Controle Acadêmico, o aluno poderá solicitar diversos documentos como: histórico escolar, declarações de matrícula, matriz escolar, emissão de diplomas e certificados, guia de transferência, dentre outros.

Além destes serviços, o setor ainda oferece informações acadêmicas e orientações sobre o sistema acadêmico, além de regularização de senha. Ainda fazem parte da atuação do Controle Acadêmico, o lançamento de notas e os processos de matrícula. Atualmente, o controle acadêmico é composto por dois servidores.

Já o setor pedagógico oferece diferentes serviços como: acompanhamento pedagógico e disciplinar, oficinas pedagógicas, acompanhamento dos programas de monitoria, emissão, trancamento de matrícula, reabertura e reingresso de matrícula, transferência, acompanhamento do regime de exercício domiciliar junto às

coordenações e assistência estudantil, dentre outros serviços. A Coordenadoria Técnico Pedagógica é composta por 02 (dois) Pedagogos e 02 (dois) Técnicos em Assuntos Educacionais.

A Biblioteca do IFCE *campus* de Caucaia funciona nos três períodos do dia. O horário de funcionamento é das 7h às 19h, horário que será estendido após a criação do regime noturno de atividades. Aos usuários vinculados ao *campus* e cadastrados na Biblioteca é concedido o empréstimo domiciliar de livros, exceto obras de referência, periódicos, publicações indicadas para reserva e outras publicações conforme recomendação do setor. As formas de empréstimo são estabelecidas no regulamento de seu funcionamento e o espaço dispõe de uma área para estudo coletivo.

O setor possui em seu acervo livros, periódicos, materiais multimídias (CD e DVD), sendo o sistema de gerenciamento realizado pelo Sophia Biblioteca (www.biblioteca.ifce.edu.br). Também dispõe da Biblioteca Virtual Universitária (bv.u.ifce.edu.br), e seu acesso está disponível para servidores e discentes. A maior parte do acervo do primeiro ano do curso encontra-se em processo de inserção no Sistema Sophia, sendo de interesse da Instituição a atualização do acervo de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo corpo docente.

Após realizar o percurso histórico e compreender o contexto, as transformações conceituais e se apropriar da trajetória institucional da política pública de educação profissional integrada ao ensino médio, no caso concreto do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia, foi possível alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa.

Ao abordar o histórico do IFCE, em especial do *campus* Caucaia, constatou-se que a implantação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica teve uma forte vinculação às perspectivas de implantação da Refinaria Premium II da Petrobrás no CIPP e ao atendimento geral de interesses do capital pela formação de mão de obra qualificada. Esse quadro é corroborado pela forma como o curso técnico foi materializado, no que diz respeito a distribuição de carga horária e pelo modelo de ensino focado na prática profissional.

Dentro da reflexão proposta pela abordagem dialética de avaliação de políticas públicas adotada nesta pesquisa, verificou-se que, a oferta dos cursos técnicos do IFCE, em especial do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do

campus Caucaia, sofreu um forte direcionamento para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho em um contexto político de fomento da economia do Estado do Ceará.

A partir do próximo tópico aborda-se uma avaliação da repercussão socioeconômica da política pública na perspectiva dos estudantes egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia.

5. OS IMPACTOS SÓCIOECONÔMICOS DA POLÍTICA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS

O escopo da pesquisa, tem em vista a primeira turma do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia, que é composta por 35 estudantes. Essa turma iniciou os seus estudos no primeiro semestre de 2015 e tinha como ciclo normal de duração do curso o período de 3 anos, com a conclusão prevista para o segundo semestre de 2017.

Já se passaram quase 2 anos do prazo previsto de conclusão do curso até a realização desta pesquisa. Esse período é, portanto, o objeto de análise desta pesquisa, uma vez que a avaliação busca identificar mudanças socioeconômicas na vida dos estudantes, mudanças estas que passam a ser mais perceptíveis a partir de um certo período.

A identificação do perfil dos egressos se deu a partir dos dados cadastrados pelos próprios estudantes por ocasião da sua matrícula no Curso Técnico Integrado em Petroquímica no sistema de controle acadêmico do IFCE *campus* Caucaia.

Verificou-se que 54,28% dos pesquisados é do gênero feminino e 45,71% do gênero masculino. A faixa etária dos egressos está compreendida entre a idade mínima de 15 e a máxima de 18 anos, distribuída da seguinte forma: 15 anos (40%), 16 anos (45,71%), 17 anos (11,43%) e 18 anos (2,86%).

Em relação a renda familiar foi constatada a seguinte distribuição por faixa de renda: até 1 salário mínimo (48,58%), de 1 a 2 salários mínimos (22,86%), de 2 a 3 salários mínimos (14,28%) e de 3 a 5 salários mínimos (14,28%). Importante destacar que segundo o Art. 4º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é considerada família de baixa renda aquela que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos. Diante disso, conclui-se que a grande maioria dos egressos, isto é, 85,72% deles, estão inseridos em um contexto familiar de baixa renda e, portanto, carentes de políticas públicas.

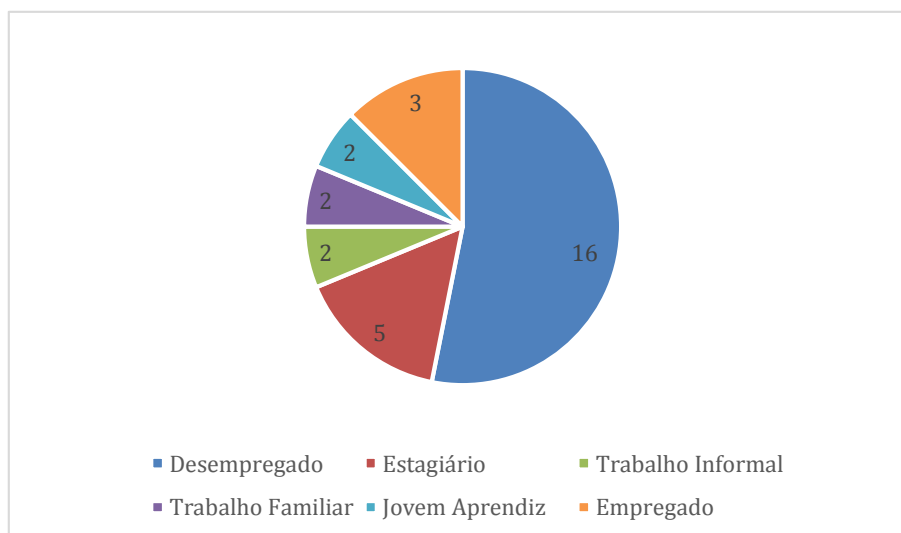
Para compreender a realidade dos estudantes após a conclusão do curso, realizou-se a busca de informações entrando em contato com cada estudante, seja pessoalmente ou através de ligações telefônicas. Do universo de 35 (trinta e cinco) estudantes foi possível realizar a pesquisa com 30 (trinta) deles uma vez que 4 (quatro) não foram encontrados e 1 (um) ainda estava concluindo o curso.

A pesquisa foi realizada adotando princípios éticos de respeito aos participantes, e buscou, prioritariamente, identificar a percepção dos egressos sobre as repercussões advindas da conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia nas suas vidas.

Além disso, a pesquisa buscou avaliar a política pública, no caso concreto, a partir da perspectiva dos egressos a fim de identificar questões que precisam ser objeto de reflexão, em especial quanto a mudanças socioeconômicas e em relação a inserção no mercado de trabalho.

Como ponto de partida da pesquisa, questionou-se os 30 (trinta) egressos quanto a sua situação atual em relação às suas ocupações. A partir das respostas identificaram-se as seguintes categorias de egressos: Desempregado, Estagiário, Trabalho Informal, Trabalho Familiar, Jovem Aprendiz⁴ e Empregado. O Gráfico 1 apresenta o resultado da verificação.

Gráfico 1 - Situação dos Egressos no Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Como pode ser observado, dos 30 egressos pesquisados 16 estão desempregados, representando 53,33% do conjunto, ou seja, um pouco mais da

⁴ O Aprendiz Legal (Jovem Aprendiz) é um programa de aprendizagem voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem. O programa técnico-profissional prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador.

metade dos egressos. Outros 5 egressos exercem a atividade de estágio remunerado vinculado a cursos de ensino superior. Isto é, 16,66% dos sujeitos não possuem emprego, mas através de bolsas vinculadas a estágio recebem um auxílio financeiro.

Ainda existem 2 pesquisados que exercem atividade remunerada com vínculo informal. São atividades que não possuem registro empregatício ou garantias trabalhistas, isso representa 6,66% do conjunto. Um deles atua na prestação de serviços de manutenção de ar condicionados, enquanto que o outro atua dando aulas de reforço para crianças.

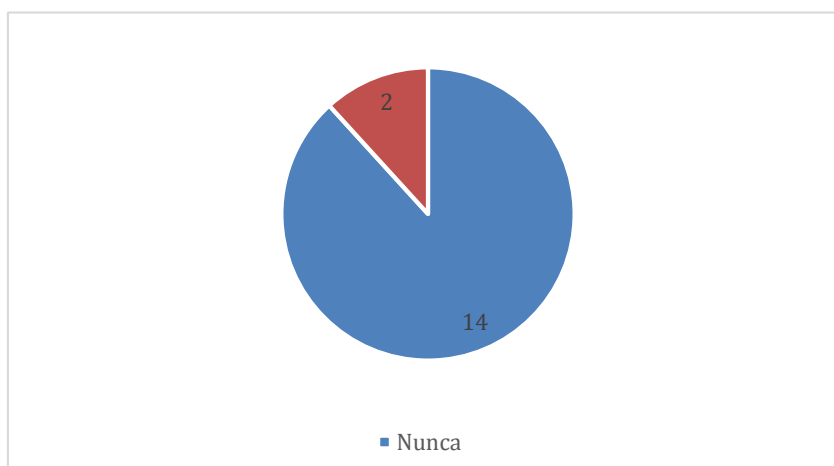
Ademais, 2 egressos afirmaram que ajudam na atividade econômica familiar no ramo de alimentação, mas sem vínculo empregatício formal, representando assim, outros 6,66% do conjunto pesquisado. Por fim, apenas 5 egressos, 16,66% do conjunto, afirmaram que exercem atividade empregatícia formal, sendo que 2 deles estão vinculados ao programa Aprendiz Legal.

No aprofundamento da análise, questionou-se os egressos que estavam na situação “Desempregado” se eles já haviam exercido alguma atividade remunerada após a conclusão do curso. Essa informação é importante para verificar acontecimentos pretéritos à aplicação da pesquisa, relativos a inserção no mercado de trabalho. Já que na realidade brasileira muitas vezes as relações trabalhistas duram pouco tempo.

Nessa análise, desconsiderou-se os egressos que estavam vinculados a estágios remunerados, emprego formal, trabalho informal ou atividade econômica familiar, pois esses egressos estavam sendo remunerados, ainda que a maior parte deles fossem através de vínculos informais, do ponto de vista do mercado de trabalho.

O Gráfico 2 apresenta o resultado desse questionamento específico focado apenas nos 16 egressos que haviam informado anteriormente que estavam na condição de “Desempregado”.

Gráfico 2 – Egressos que nunca exerceram atividade remunerada



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

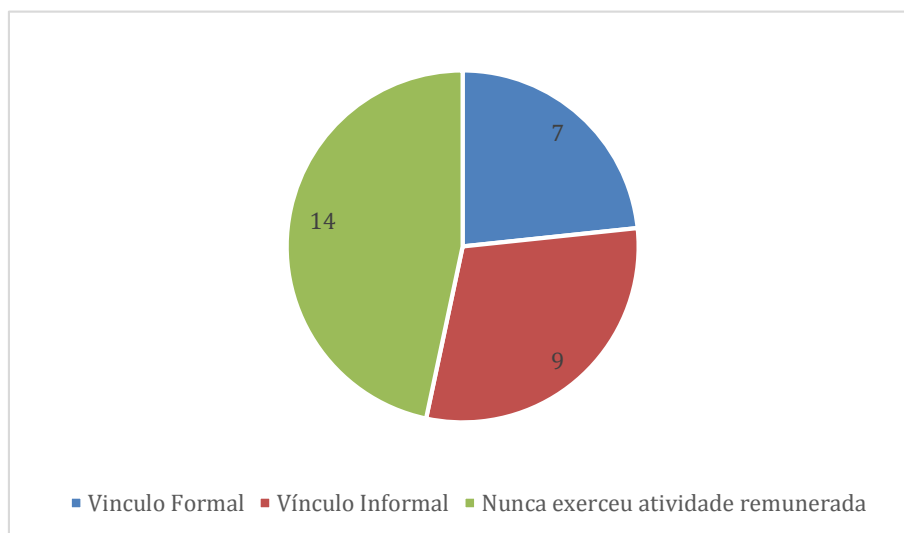
Como pode ser visto no gráfico, dos 16 egressos, apenas 2 afirmaram que já haviam exercido emprego com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), sendo um na área de Telemarketing e o outro na área Administrativa. Informaram também que haviam sido demitidos recentemente, um deles, inclusive, na semana anterior à participação na pesquisa.

A partir desse aprofundamento da pesquisa, concluiu-se que dos egressos que se encontravam desempregados, 14 deles nunca exerceram qualquer atividade remunerada, apesar da conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica no ano de 2017.

Para reforçar a conclusão, realizou-se a análise dos dados com o foco no tipo de atividade remunerada exercida pelos egressos desde que concluíram o curso em relação aos egressos que, até o presente momento, nunca exerceram atividade remunerada.

Classificaram-se como “Vínculo Informal” as atividades remuneradas que não se tratavam de emprego formal e como “Vínculo Formal” as atividades com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O Gráfico 3 apresenta o resultado desta verificação.

Gráfico 3 – Tipo de vínculo de atividade remunerada



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Partindo da análise do Gráfico 3 visualiza-se que dos 30 egressos pesquisados, apenas 7 exerceram emprego formal com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) após a conclusão do curso, o que representa 23,33% do conjunto. Uma informação que merece destaque é que nenhum dos egressos empregados exercem atividade formal na área da Petroquímica, mas estão inseridos em atividades administrativas, de produção ou de logística.

Identifica-se ainda que 9 egressos exerceram durante esse tempo atividades remuneradas sem garantias trabalhistas, ou seja, 30% da população pesquisada. As atividades na sua grande maioria, como já demonstrado anteriormente, se referem a estágios vinculados ao ensino superior.

Com essa análise, constata-se, por fim, que 14 dos pesquisados, ou seja, 46,66% dos egressos, nunca desenvolveram qualquer atividade que lhes proporcionassem algum retorno financeiro após a conclusão do curso em 2017 até a realização desta pesquisa. Essa é uma informação importante uma vez que representa quase a metade do conjunto que está fora do mercado de trabalho formal por um período de quase dois anos.

Outra constatação importante pode ser feita ao somar os egressos que exerceram atividades com vínculo informal (9 egressos) com aqueles que nunca exerceram atividade remunerada (14 egressos) após a conclusão do curso.

A partir dessa análise, conclui-se que 23 egressos, isto é, 76,66% de todo o conjunto pesquisado nunca esteve inserido no mercado de trabalho formal desde a

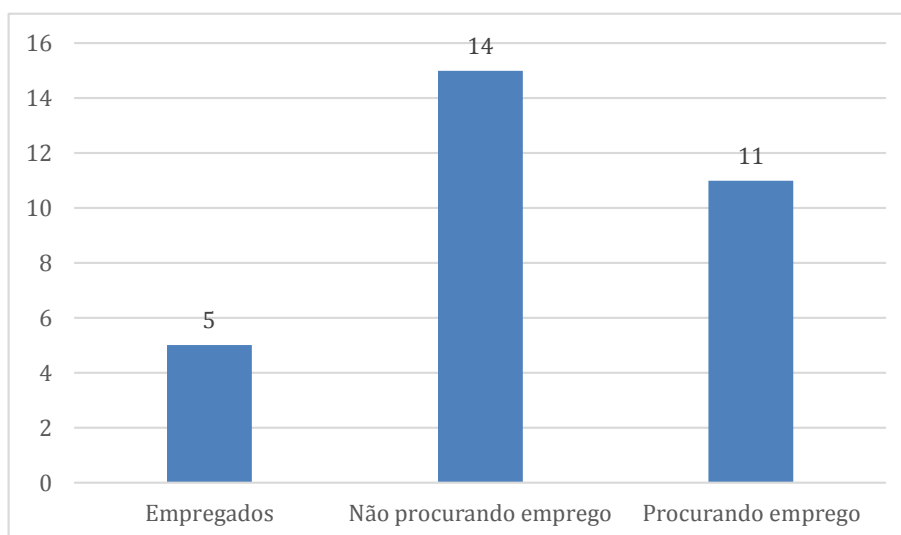
conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia. Ao adicionar no somatório os 2 egressos que, embora tenham tido anteriormente emprego formal, encontram-se atualmente desempregados, o percentual de egressos fora do mercado de trabalho formal sobe para 83,33%.

Considera-se que esse número de egressos fora do mercado de trabalho formal se mostrou muito alto e na contramão da proposta do Curso Técnico Integrado em Petroquímica quanto a transformação socioeconômica através do trabalho.

Porém, para aprofundar a análise do contexto dos egressos e compreender as coisas a partir da perspectiva deles, torna-se oportuno analisar os dados a partir de alguns questionamentos quanto ao interesse dos egressos em exercer um emprego formal e, sobre as dificuldades encontradas para a inserção no mercado de trabalho com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Ao questionar os 30 egressos quanto ao seu interesse por emprego formal com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), chegou-se a uma constatação importante, conforme demonstrada no Gráfico 4, que ajuda a explicar porque tantos egressos não estão inseridos formalmente no mercado de trabalho.

Gráfico 4 – Interesse por emprego formal



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Verifica-se que dos 30 egressos, 14 informaram que não estão procurando emprego formal. Além disso, conforme as verificações anteriores, 5 pesquisados já

se encontram empregados e, portanto, não estão em busca de emprego. Por fim, somente 11 egressos, isto é, 36,66% da população, relataram que buscam emprego, mas que estão encontrando diversas dificuldades para conseguir a sua inserção do mercado de trabalho formal.

Considerou-se importante analisar o contexto dos 11 egressos que estão na situação de desempregados e procurando emprego. Segundo os dados coletados, 7 deles estão cursando graduação, 3 estão se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) visando iniciar uma graduação, e 1 egresso está cursando outro curso técnico, visando ampliar suas chances de inserção no mercado de trabalho formal.

Dos 7 que estão fazendo graduação, apenas 2 deles continuam estudando na mesma área do Curso Técnico Integrado em Petroquímica, pois eles cursam Licenciatura em Química. Os demais egressos fazem graduação em outras áreas e estão assim distribuídos: Serviço Social (1), Psicologia (1), Engenharia Mecânica (1), Publicidade (1) e Matemática Industrial (1).

Dos 3 egressos que estão se preparando para o ENEM a fim de iniciar uma graduação, 1 pretende cursar Farmácia, outro tem interesse em cursar Administração e o último manifesta interesse em cursar Física, Engenharia Mecânica ou Engenharia Química. Assim, apenas um deles manifesta um interesse parcial em continuar estudando na graduação em área voltada para o Curso Técnico Integrado em Petroquímica.

Ainda conforme verificado, 1 egresso faz curso técnico na área de Automação Industrial e busca com essa formação técnica adicional entrar no mercado de trabalho.

Com base nessa verificação e como demonstrado na Tabela 7, constata-se que a parcela dos egressos desempregados que busca emprego, está integralmente continuando os estudos, seja na graduação, na preparação para o processo seletivo de graduação ou no nível técnico.

Tabela 7 – Egressos que continuam estudando e que buscam emprego

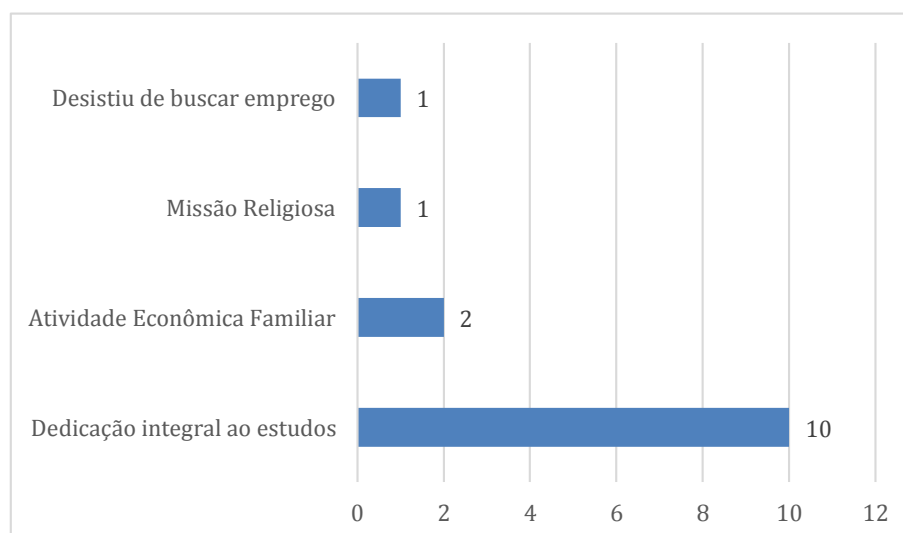
Egressos desempregados que buscam emprego	Quantidade	Está cursando			Graduação na área de Química	Graduação em outras áreas
		Graduação	Curso Técnico	Preparação para o ENEM		
Estudando	11	07	01	03	01	06

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Essa análise dos dados demonstra que esse grupo de egressos não se deixa levar pela ociosidade enquanto procuram emprego. Mas, que apesar de ainda não estar contratado formalmente no mercado de trabalho, utiliza o tempo a seu favor, de forma útil, investindo na continuidade dos estudos para aumentar a sua qualificação profissional.

Ademais, como constatado anteriormente, identificou-se que 14 egressos desempregados não estavam procurando emprego formal. Visando compreender o contexto que os levou a tomar essa decisão, foi realizada a análise e a compilação dos dados conforme apresentação do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Egressos desempregados que não buscam emprego



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

A partir dessa análise, constatou-se que 10 egressos decidiram após a conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica, continuar os seus estudos com dedicação integral. Os pesquisados afirmaram que seria muito difícil conciliar um emprego formal com a continuidade dos estudos, e que investir integralmente o

tempo na continuidade dos estudos seria uma forma de aumentar a sua qualificação para uma posterior inserção no mercado de trabalho com melhores remunerações.

Identificou-se ainda que 2 egressos afirmaram, que ao mesmo tempo que continuam os seus estudos também trabalham na atividade econômica da família, o que faz com que tenham renda sem a necessidade de emprego formal.

Além disso, 1 egresso afirmou que procurou emprego por um período, mas que a dificuldade para encontrar vaga lhe desmotivou e está se concentrando em continuar os seus estudos. Por fim, outro egresso afirmou que se dedica a uma missão religiosa não havendo interesse de entrar no mercado de trabalho formal.

Ao questionar os 14 egressos desempregados que não estavam procurando emprego, sobre a continuidade dos seus estudos, chegou-se ao resultado apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 – Egressos que continuam estudando e que não buscam emprego

Egressos desempregados que não buscam emprego	Quantidade	Está cursando		Graduação na área de Química	Graduação em outras áreas
		Graduação	Preparação para o ENEM		
Estudando	14	08	05	01	07

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Ao consolidar os dados, constatou-se que 8 deles estão cursando graduação, 5 estão se preparando para o ENEM para iniciar uma graduação e 1 afirmou que embora dedicado integralmente a uma missão religiosa por um tempo determinado, seguirá com os seus estudos após a designação religiosa.

Com isso, dos 8 que estão fazendo graduação, apenas 1 egresso continua estudando na mesma área do Curso Técnico Integrado em Petroquímica, pois ele cursa Engenharia Química.

Os demais egressos que fazem graduação em outras áreas estão assim distribuídos: Engenharia de Alimentos (1), Ciências Contábeis (1), Farmácia (1), Gestão Ambiental (1), Letras Português/Inglês (1), Engenharia Ambiental e Sanitária (1) e Ciências Sociais (1).

Dos 5 egressos que estão se preparando para o ENEM, a fim de iniciar uma graduação, 1 pretende cursar Direito, 1 pretende cursar Gastronomia, 1 pretende

cursar Enfermagem e 2 não souberam responder qual curso superior pretende cursar.

Assim, ao analisar o grupo de egressos desempregados que não buscam emprego, constatou-se, a exemplo da parcela dos egressos desempregados que busca emprego, que todos estes egressos estão dedicados aos estudos, seja na graduação ou na preparação para o processo seletivo de graduação.

Continuando a análise, conforme demonstrada na Tabela 9, dos 5 egressos que estão empregados formalmente, 2 deles afirmaram que estão cursando graduação e outros 2 que estão fazendo cursos relacionados ao programa Jovem Aprendiz. Outro egresso afirmou que está estudando individualmente se preparando para o ENEM para iniciar uma graduação.

Tabela 9 – Egressos empregados em relação aos estudos

Egressos empregados	Quantidade	Está cursando			Graduação na área de Química	Graduação em outras áreas
		Graduação	Curso Jovem Aprendiz	Preparação para o ENEM		
Estudando	05	02	02	01	02	00

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Ao questionar quais cursos os egressos faziam, os 2 que cursavam graduação informaram que estudavam Licenciatura em Química, enquanto que no caso dos 2 egressos que atuavam como empregados vinculados ao programa Jovem Aprendiz, um afirmou que fazia curso na área de Logística enquanto que o outro fazia na área do Comércio.

O egresso que estava se preparando para o ENEM, informou que pretende cursar graduação na área da Química, seja na Licenciatura ou na Engenharia.

Após essas verificações chegou-se ao resumo consolidado e conclusivo sobre o contexto estudantil dos 30 egressos conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Contexto geral dos egressos em relação aos estudos

Egressos	Graduação			Curso Jovem Aprendiz	Curso técnico	ENEM	Missão Religiosa	Total
	Outras	Química	Total					
Desempregados que buscam emprego	06	01	07	00	01	03	00	11
Desempregados que não buscam emprego	07	01	08	00	00	05	01	14
Empregados	00	02	02	02	00	01	00	05
Total	13	04	17	02	01	09	01	30

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Com base nos dados consolidados, constata-se que 17 egressos estão cursando graduação (56,66%), ao passo que 9 egressos (30%) estão se preparando para o ENEM visando o ensino superior. Como já registrado anteriormente 2 egressos fazem curso de curta duração de qualificação profissional vinculado do programa Jovem Aprendiz, um faz curso técnico e outro se dedica a uma missão religiosa.

Observa-se na análise do conjunto de egressos desempregados (83,33%), um padrão de comportamento que se traduz em sujeitos, que embora desempregados, estando ou não procurando emprego, continuam investindo na continuidade dos estudos e na sua qualificação profissional, não havendo registro de egressos totalmente ociosos.

Essa conclusão é bastante importante uma vez que ajuda a compreender um contexto paralelo ao elevado índice de desemprego formal entre os 30 egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica. Embora 83,33% de todo o conjunto pesquisado não esteja inserido no mercado de trabalho formal, estes egressos estão continuando os seus estudos, fortalecendo a sua qualificação profissional e aprimorando os seus conhecimentos.

Assim, a avaliação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia como ferramenta de transformação socioeconômica, ganha novos sentidos ao comprovar que o simples índice de inserção no mercado de trabalho

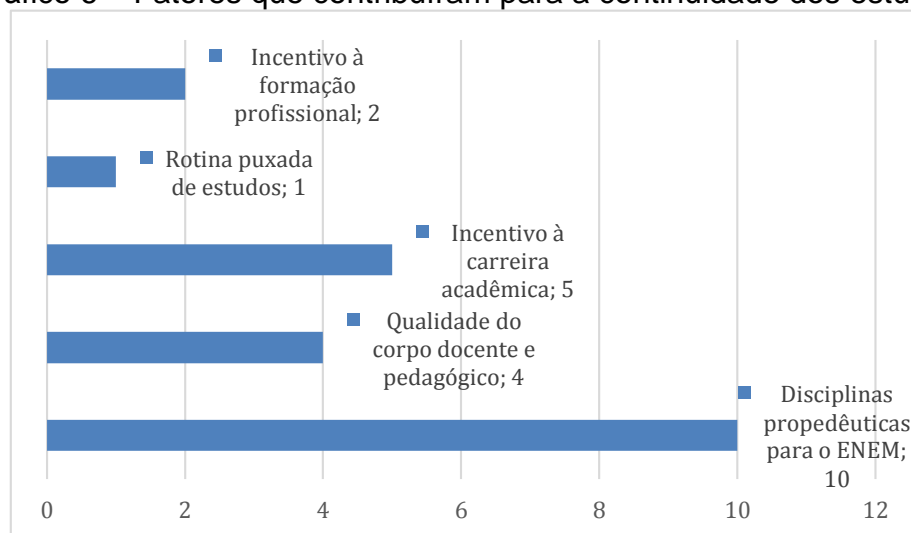
formal, não é suficiente para mensurar ou compreender as transformações proporcionadas pelo curso na vida dos egressos.

Compreende-se que a formação proporcionada pelo Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia vai além da inserção dos jovens no mercado do trabalho formal, embora esta tenha sido a maior razão da criação deste curso conforme comprovam as justificativas inseridas nos documentos institucionais.

Diante dessa conclusão e considerando o transparente interesse dos egressos em dar continuidade aos seus estudos, especialmente com a formação de nível superior, questionou-se se o Curso Técnico Integrado em Petroquímica direcionou os egressos nessa direção.

Ao realizar esse questionamento aos 30 egressos, 8 sujeitos não vincularam diretamente a continuidade dos seus estudos à conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica, porém os 22 egressos restantes afirmaram categoricamente que a conclusão do curso foi um fator importante para a continuidade dos seus estudos. E, apresentaram alguns fatores específicos conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Fatores que contribuíram para a continuidade dos estudos



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Nesse questionamento foi permitido que o egresso respondesse (opcional), mais de um fator envolvido na formação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica que contribuiu para a continuidade dos seus estudos. A partir da compilação das respostas foi possível observar que o fator mais citado pelos

egressos foi a questão da oferta de disciplinas propedêuticas de qualidade, que lhes ajudaram a se preparar para conseguir uma vaga no ensino superior.

Nota-se que os egressos também apontaram a qualidade do corpo docente e pedagógico e os incentivos para seguir a carreira acadêmica e profissional. Esses fatores foram importantes para gerar nos estudantes o desejo de prosseguir na busca de mais conhecimento. A cada egresso pesquisado nesse questionamento, percebeu-se que eles atribuíram de forma muito clara que a formação técnica integrada ao ensino médio proporcionou uma formação muito satisfatória para prosseguir na verticalização dos seus estudos.

Observou-se pelas respostas dos egressos, que não apenas as disciplinas em si, mas todo o ambiente proporcionado pelo IFCE *campus* Caucaia através das metodologias, dos profissionais da educação e das atividades escolares extras, foram fatores determinantes para a continuidade dos estudos dos egressos.

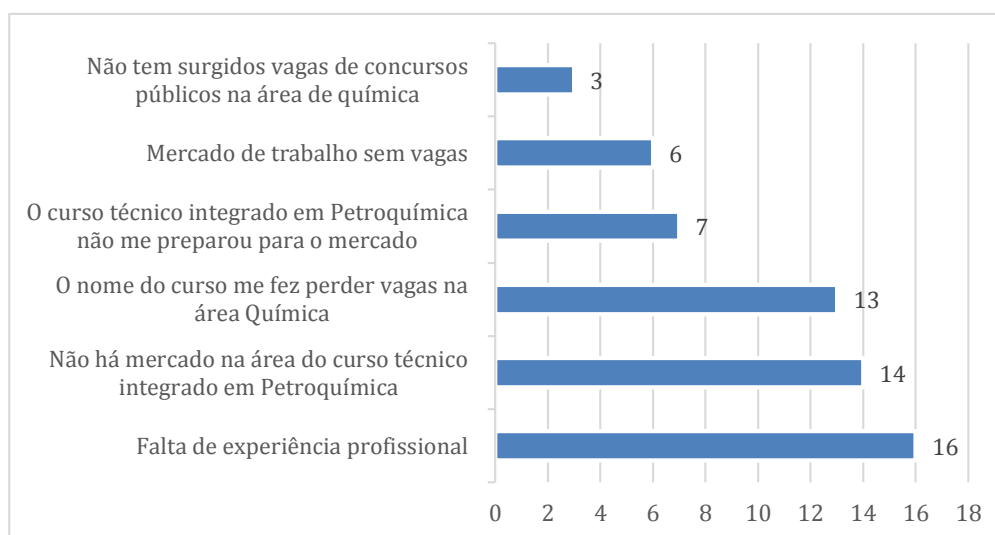
A partir da compreensão desse contexto de verticalização dos estudos e diante da constatação de que apenas 16,66% dos egressos pesquisados estão inseridos no mercado de trabalho formal, foi oportuno questionar os egressos se haveria outros fatores além do interesse por continuar os estudos, que influenciaram em a grande maioria não estar inserida no mercado de trabalho formal.

Para isso, questionou-se a todos os egressos sobre quais as dificuldades para conseguir emprego formal, após a conclusão do curso. Essa pergunta assume importância, visto que até mesmo os egressos que afirmaram querer apenas continuar os estudos, em alguns casos logo após a conclusão do curso, tentaram conseguir emprego no mercado de trabalho formal.

Do conjunto de 30 egressos, 16 deles foram específicos em apontar que encontraram dificuldades em algum momento após a conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica, para conseguir um emprego formal no mercado de trabalho.

Nesse questionamento, foi permitido que o egresso respondesse, caso quisesse, mais de um fator que dificultou conseguir o emprego formal. As respostas foram compiladas e apresentadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Dificuldades para conseguir emprego formal



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Como pode ser observado, 100% dos egressos que responderam a esse questionamento afirmaram que a falta de experiência profissional foi um fator que influenciou negativamente, na tentativa de conseguir emprego.

Assim, é importante salientar, que apesar da existência de uma carga horária destinada a estágio profissional na matriz curricular do curso, esse componente não era obrigatório para os estudantes.

Desse modo, os egressos relataram grande dificuldade para conseguir estágios junto a empresas, que atuam na área do curso. E, expressaram uma certa frustração quanto a intermediação da instituição de ensino neste processo. De fato, o estágio é a oportunidade de iniciar a vivência profissional e de ter contato com a dinâmica do mercado de trabalho na área da formação.

Ao questionar a Direção-Geral do IFCE *campus* Caucaia sobre essa demanda, fomos informados que uma vez identificadas as dificuldades dos estudantes em conseguirem estágio na área de Petroquímica, foram criadas algumas vagas no próprio IFCE *campus* Caucaia.

O objetivo era permitir que eles realizassem o estágio dentro dos próprios laboratórios do *campus*, alguns recebendo um incentivo financeiro e outros como bolsistas voluntários.

Outro fator importante a ser destacado é que a disposição das disciplinas, alocadas durante toda a semana útil tornou praticamente inviável que os estudantes

pudessem estagiar externamente e ao mesmo tempo concluir o curso dentro do período previsto de 3 anos.

Essa questão de o estágio não ser um componente obrigatório, pode explicar o fato de quase metade dos estudantes nunca terem exercido qualquer atividade profissional. E, tenham concluído o curso dentro do prazo com a consequente entrada em cursos de formação superior.

Porém, os egressos ainda adentraram em uma variável importante que tem relação com a própria área do curso. Viso que, para 14 dos 16 egressos, não há mercado de trabalho para a área do Curso Técnico Integrado em Petroquímica. Assim, 13 deles ainda afirmaram que a nomenclatura “Petroquímica” foi um fator que fechou as portas para vagas no mercado de trabalho da área de Química.

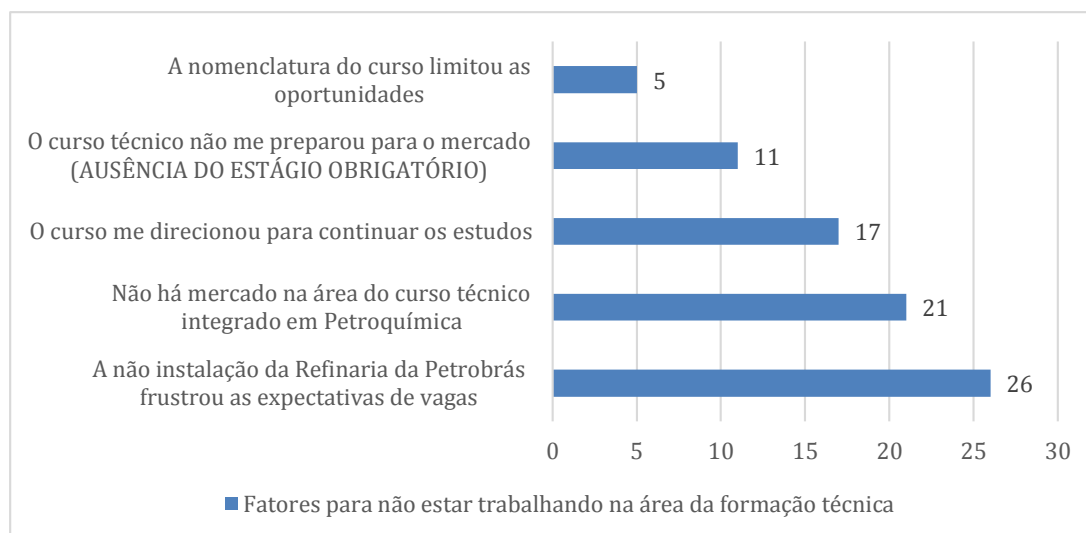
Neste sentido, 7 entre os 16 egressos apontaram que o curso não lhes preparou para o mercado de trabalho, havendo aqui uma afirmação direta da necessidade do estágio profissional obrigatório.

Ademais, 6 egressos afirmaram que a dificuldade para entrar no mercado de trabalho envolve também o próprio contexto da economia brasileira, uma vez que existe uma acirrada disputada por vagas de emprego formal com altos índices de desemprego. E, os outros 3 afirmaram que não existe uma oferta regular de vagas em concursos públicos para a área do curso técnico.

Ao verificar esse contexto apontado pelos 16 egressos, quanto ao mercado de trabalho específico da área de Petroquímica, foi oportuno questionar, novamente, na visão de todos os 30 egressos pesquisados, os motivos pelos quais não estão trabalhando na área da sua formação técnica.

Nesse questionamento foi permitido que o egresso respondesse, caso quisesse, mais de um motivo para não estar trabalhando na área de Petroquímica. As respostas foram compiladas e apresentadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Fatores para não estar trabalhando na área da formação técnica



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Com base nas respostas dos 30 egressos verificou-se que para 26 deles, a não instalação da Refinaria Premium II da Petrobrás no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) foi o principal motivo para não estarem trabalhando na área da Petroquímica. Isso demonstra que existia uma grande expectativa por parte dos estudantes, diante desse grande projeto de investimento do Governo Federal que demandaria muitos profissionais formados na área de Petroquímica.

Essa constatação já era esperada uma vez que os 3 cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelo IFCE *campus* Caucaia, foram criados com foco no atendimento das demandas do complexo industrial. Sem dúvida, o Curso Técnico Integrado em Petroquímica foi o mais afetado pela não instalação da Refinaria Premium II da Petrobrás, pois o curso proporcionava uma formação bastante específica, tendo como grande norte esse projeto federal. Dessa forma, centenas de vagas para profissionais petroquímicos deixaram de ser criadas, afetando de forma muito direta os egressos que sonhavam com essas oportunidades profissionais promissoras.

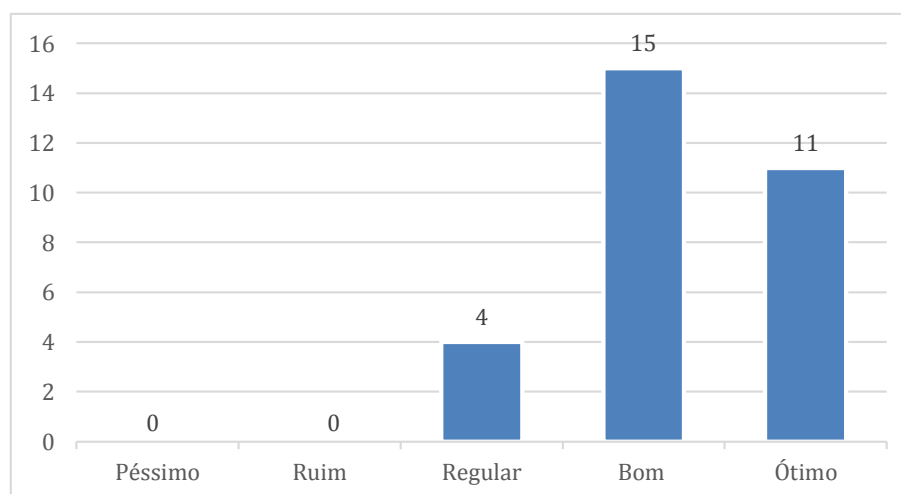
Ademais, para 21 desses egressos o mercado de trabalho local sem a Refinaria Premium II da Petrobrás se mostra bastante limitado, não havendo vagas disponíveis para emprego na área. Para 5 deles, o fato do curso se chamar “Petroquímica”, fez com que perdessem oportunidades de emprego na área Química. Haja visto que as empresas consideram que essa formação estava focada no refino do petróleo e, limita os egressos para atuar de forma geral na área Química.

Corroborando com o questionamento sobre as dificuldades para entrar no mercado de trabalho, nota-se que 11 egressos compreendem como um fator importante para não estarem trabalhando na área de formação, a ausência de estágio obrigatório. Por fim, 17 desses egressos ainda afirmaram que outro fator importante é que o curso proporcionou um forte direcionamento para continuar os seus estudos.

Portanto, a despeito do esforço de procurar empregos, das limitações do mercado de trabalho local para essa área técnica e do fato da Refinaria Premium II da Petrobrás ter frustrado a expectativa de vagas, percebe-se a existência de uma consciência dos egressos. Essa consciência os fazem identificar que o curso possibilitou uma preparação base para que pudessem avançar, na sua maioria, na verticalização dos seus estudos.

Como parte importante dessa pesquisa, foi aplicado um questionamento aos egressos em relação à sua avaliação qualitativa do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia. As respostas estão demonstradas no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Avaliação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Os egressos, na sua maioria, são pessoas que terminaram o curso no segundo semestre de 2017 e, hoje, possuem uma maturidade maior. Além de, melhores condições para refletir sobre o percurso formativo e a materialização da política pública.

Assim, os egressos avaliaram de forma geral o Curso Técnico Integrado em Petroquímica dentro de uma escala definida com os valores Péssimo, Ruim, Regular, Bom e Ótimo.

Como pode ser visto, nenhum dos egressos classificou o curso como Péssimo ou Ruim. Dos 30 egressos consultados, 50% deles classificaram o curso como Bom; 36,66% como Ótimo e 13,33% como Regular. A partir dessas respostas concluiu-se que o curso foi bem avaliado pelos egressos com um elevado grau de satisfação.

Diante dessa constatação, realizou-se uma pergunta mais aprofunda, a fim de esquadrihar o ponto de vista dos estudantes sobre se fariam novamente o curso se fosse possível voltar no tempo. Essa pergunta fez com os estudantes se expressassem de forma mais subjetiva, realizando uma reflexão sobre o custo benefício de todo o investimento realizado durante os 3 anos do percurso formativo.

Dentre os 30 egressos, conforme a Tabela 11, 9 afirmaram que se pudessem voltar no tempo não fariam novamente o curso. Dentre estes, 1 disse que não faria novamente o curso porque descobriu na prática que não tinha afinidade com a área. Enquanto que outros 2 afirmaram que escolheriam fazer outro curso técnico, com maior perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Os outros 6 egressos foram enfáticos em dizer que esperavam que o curso proporcionasse a inserção do mercado de trabalho. E, que também foi frustrante terminar o curso e não conseguir emprego na área da formação técnica.

Tabela 11 – Motivos para não fazer o curso novamente

Egressos que não fariam o curso novamente	Quantidade	Motivos		
		Não conseguiu emprego na área	Não tinha afinidade com Petroquímica	Faria outro curso técnico visando conseguir emprego
	09	06	01	02

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

A princípio, pareceu haver um paradoxo ao comparar as respostas dos dois últimos questionamentos, pois se todos avaliaram o curso com notas entre Regular, Bom e Ótimo, parece existir uma contradição quando 9 deles afirmam em seguida que se voltassem no tempo não fariam o curso novamente.

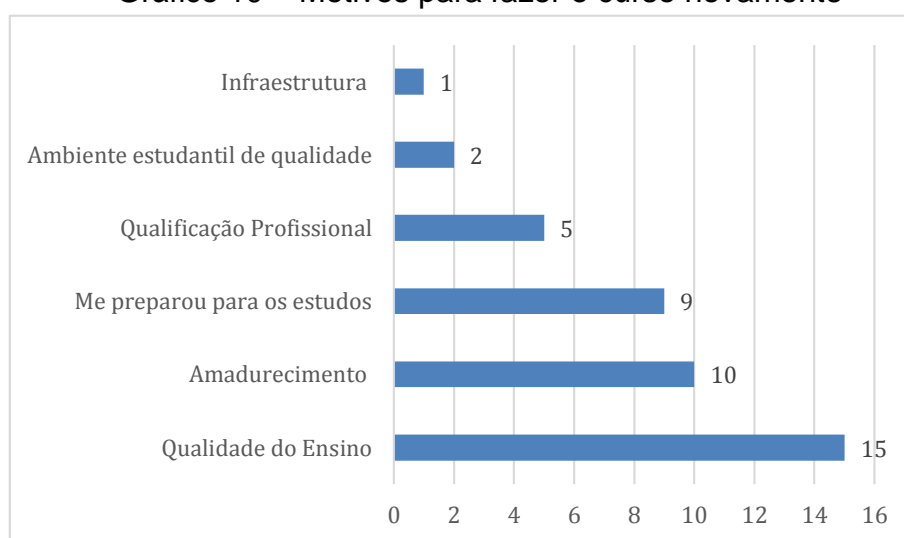
Esse fato, pode ser compreendido ao analisar as respostas individuais de cada um dos 9 egressos a outros questionamentos anteriores, pois todos

responderam anteriormente que o curso ajudou a continuar os estudos. Sendo que a maioria cursa graduação e 2 deles além de estudar, conseguiram emprego formal em área distinta da formação técnica.

Com isso, embora 9 egressos (30%) tenham afirmado que se pudessem voltar no tempo não fariam o curso novamente, a grande maioria dos estudantes, 21, que representa 70% do conjunto, afirmou que faria tudo outra vez. O que corrobora com o bom nível de satisfação apresentado no questionamento anterior.

Para compreender melhor essa questão, foi questionado os motivos pelos quais os egressos decidiriam por cursar novamente o Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia. O Gráfico 10 apresenta os aspectos mais citados pelos egressos que lhes motivaria a tomar essa decisão.

Gráfico 10 – Motivos para fazer o curso novamente



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Para 15 dos 21 egressos, a qualidade do ensino seria um dos motivos principais para fazer o curso novamente caso voltassem no tempo. Na maioria das respostas, que destacavam a qualidade do ensino, os egressos citavam a qualificação dos docentes, a metodologia de estudos de tempo integral e os conteúdos estudados. Além disso, 10 egressos afirmaram que o curso proporcionou um amadurecimento pessoal, pois gerou um senso de responsabilidade e uma visão de futuro muito mais ampla.

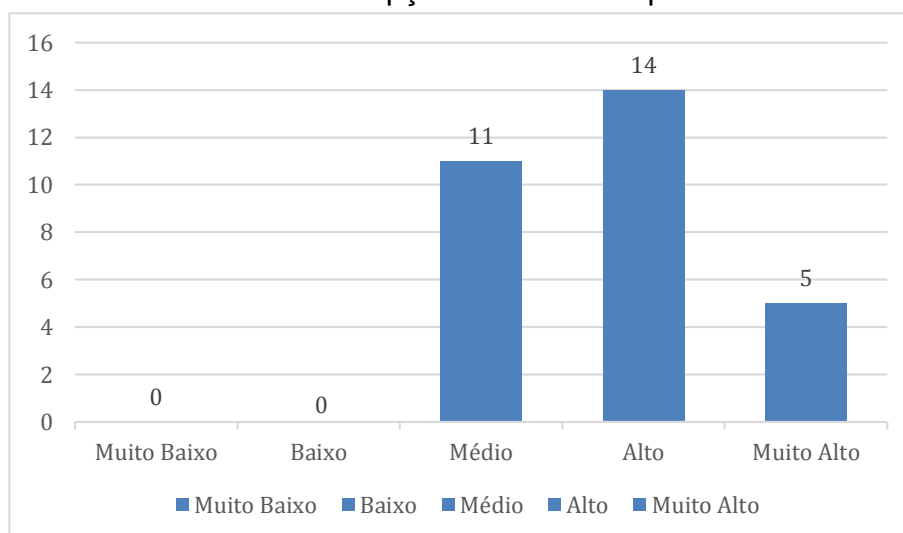
Eles passaram a enxergar as oportunidades promissoras, tanto no mercado de trabalho como na carreira acadêmica. Essa visão ampliada foi fundamental na

decisão de muitos em continuar os estudos, por considerar que poderiam ter uma melhor colocação no mercado de trabalho à medida que fossem aprofundando o nível de conhecimento e qualificação.

Outro aspecto mencionado por 9 egressos foi a questão da preparação para continuar os estudos. Algo que ficou bem evidente nos questionamentos anteriores, que mostraram que a grande maioria dos egressos continuou os seus estudos. Os egressos ainda citaram a qualificação profissional, o ambiente estudantil e a infraestrutura do IFCE *campus* Caucaia como aspectos que lhes motivaria a fazer o curso novamente.

Ademais, questionou-se sobre o nível do seu aprendizado dentro de uma escala definida com os valores Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto. O Gráfico 11 apresenta o resultado das respostas dos egressos consultados.

Gráfico 11 – Percepção do nível de aprendizado



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Essa pergunta é muito importante, pois o próprio egresso conhece o contexto no qual teve as suas dificuldades, sendo muito superficial avaliar o seu aprendizado apenas através do desempenho acadêmico expresso em números. A consciência do próprio estudante é um termômetro qualitativo, pois, de certa forma, o aprendizado quebra as barreiras das provas e exames escolares e no qual aprende-se conteúdos para a vida.

Como pode ser visto, nenhum dos egressos considerou o seu aprendizado como Muito Baixo ou Baixo. Dos 30 egressos consultados, 14 deles classificaram o

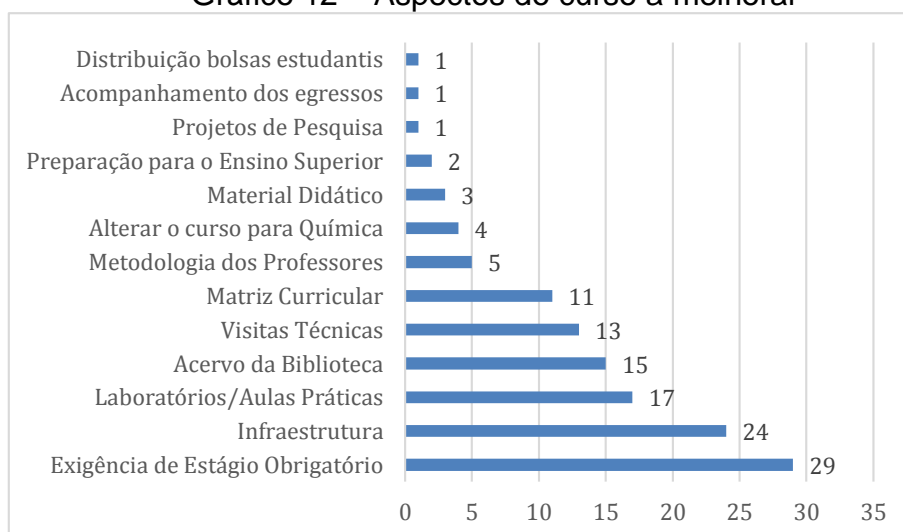
seu aprendizado como Alto, 11 como Médio e 5 como um aprendizado Muito Alto. Esses dados indicam que a maioria dos egressos demonstra ter um nível de satisfação elevado, em relação a absorção dos conteúdos. Corroborando com o questionamento anterior, que identificou a qualidade de ensino como um ponto forte do Curso Técnico Integrado em Petroquímica.

Após constatar que os egressos fizeram em geral uma boa avaliação do curso, inclusive no seu nível de aprendizado, a princípio percebeu-se a necessidade da implementação de ações mais efetivas na inserção dos egressos no mercado de trabalho.

No entanto, questionou-se de forma mais incisiva os egressos sobre quais aspectos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia precisavam ser melhorados. Esse questionamento tinha como razão identificar, a partir da percepção dos egressos, quais as deficiências de ordem prática na materialização da política pública.

Nesse questionamento, a exemplo de outros, foi permitido que o egresso respondesse, caso quisesse, mais de um motivo para se matricular novamente no curso. As respostas foram compiladas e estão apresentadas no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Aspectos do curso a melhorar



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

Como pode ser visto no Gráfico 12, o aspecto mais destacado por praticamente todos os egressos pesquisados, foi a questão da ausência no programa do curso da exigência do estágio obrigatório. Os egressos consideraram

a não realização do estágio como um fator determinante para a não inserção no mercado de trabalho, seja na área de Petroquímica ou em outras áreas profissionais.

É importante frisar que o curso foi formatado no regime integral durante os 5 dias da semana. Essa característica já limita bastante a possibilidade da ausência dos estudantes para a realização de estágios em empresas.

Todavia, essa necessidade de implementar o estágio profissional como uma obrigação curricular, poderia ter sido vista como uma prioridade, para que ajustes fossem feitos na carga horária das disciplinas, viabilizando essa prática profissional tão importante para um curso técnico integrado ao ensino médio.

Como já foi demonstrado anteriormente, 83,33% dos egressos (25) pesquisados não estão inseridos no mercado de trabalho formal. Além disso, 46,66% dos egressos (14) nunca desenvolveram qualquer atividade que proporcionasse algum retorno financeiro, mesmo considerando nesse cenário atividades com vínculo informal.

Essas constatações dão mais força a necessidade da inclusão do estágio como componente curricular obrigatório. Uma vez que essa medida poderia ter proporcionado uma estatística muito mais positiva na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Para 80% dos egressos, a infraestrutura do IFCE *campus* Caucaia precisa melhorar bastante. Eles citaram entre as necessidades de investimento, a ampliação da parte esportiva com a construção de uma piscina, a construção de um refeitório adequado e a ampliação da biblioteca com mais salas para estudos. Relataram também, que não havia acomodações suficientes para os estudantes ficarem durante os intervalos das aulas e após as refeições e que em muitas vezes o auditório era improvisado como um ambiente de descanso. Ainda foi dito que os equipamentos de climatização das salas de aulas sempre apresentavam defeitos e, que as portas e as cadeiras estavam se deteriorando sem manutenção.

Em geral, a biblioteca foi o ambiente mais mencionado pelos egressos nas suas respostas em relação às necessidades de infraestrutura. Visto que, o seu tamanho é insuficiente e por ser o local paradoxalmente mais barulhento da instituição.

Outra variável citada, por mais da metade dos egressos, está relacionada com as instalações e os equipamentos dos laboratórios do Curso Técnico Integrado em

Petroquímica, que influenciaram diretamente no desenvolvimento das atividades práticas de aprendizagem. Segundo muitos egressos, os ambientes eram apertados, não havia equipamentos suficientes e dentre os equipamentos existentes alguns estavam ociosos, não sendo utilizados durante as aulas práticas.

Eles informaram que por algumas vezes não havia insumos suficientes para as aulas práticas e, que isso afetava diretamente no aprendizado. Principalmente, porque o professor ficava impedido de demonstrar e ensinar conteúdos da área técnica. Para 50% dos consultados, havia uma clara insuficiência na quantidade de livros disponíveis para os estudantes. Eles relataram que havia uma certa concorrência entre os estudantes para conseguir acesso aos livros. Assim, essa era uma situação desgastante, pois todos gostariam de ter acesso ao material bibliográfico citado pelos professores para a realização das pesquisas.

Outra variável bastante citada foi a questão da quantidade das visitas técnicas, pois para muitos egressos essas visitas deveriam ter ocorrido com maior frequência. Essas visitas técnicas eram importantes para o aprendizado e para favorecer que os estudantes pudessem conhecer as empresas, tendo o seu primeiro contato com o mercado de trabalho.

A matriz curricular do curso ou os conteúdos das disciplinas foram citados por 11 egressos como uma variável a ser melhorada, pois para muitos deles os conteúdos curriculares não foram tão aprofundados na parte técnica. Foi visualizada a ausência de alguns conteúdos importantes e havia uma certa desorganização da montagem da matriz.

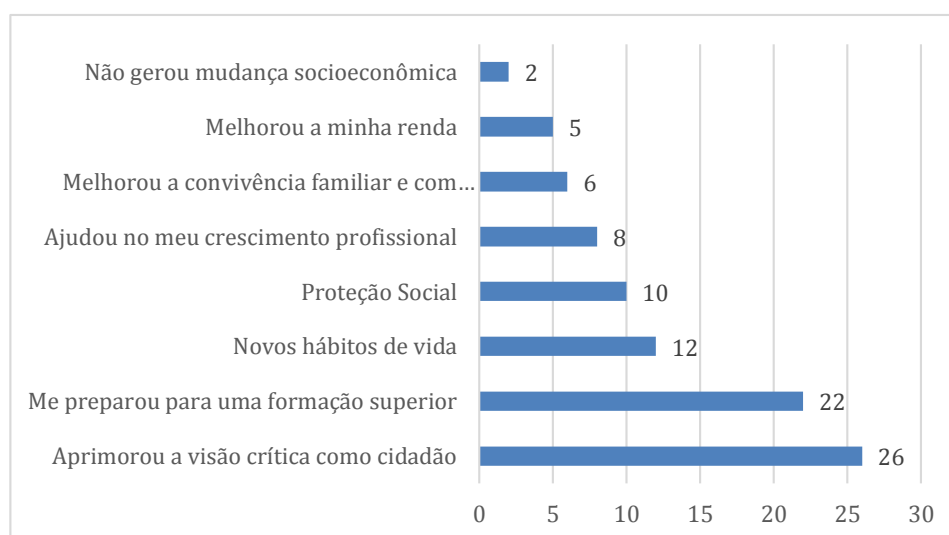
Um egresso mencionou que em razão da greve dos professores, houve a reposição dos conteúdos de forma muito agressiva gerando uma sobrecarga de estudos e prejuízos no aprendizado. Essa exigência para cobrir em pouco tempo os conteúdos em virtude da greve, afetou diretamente no aprendizado dos estudantes.

Para outros egressos, embora os professores fossem bastante capacitados nos conteúdos, eles não estavam bem preparados para dar aula para estudantes do Ensino Médio, pois eles utilizavam de metodologias muito rígidas e que estavam acima do nível dos estudantes. Essa situação gerava uma certa apreensão dos estudantes em conseguir dar conta das inúmeras disciplinas. O que fez com que alguns ficassem bastante desanimados e com muita ansiedade.

Outro fator mencionado foi a necessidade de alterar o nome do curso para Química, alegando que isso iria favorecer a inserção no mercado de trabalho. Uma vez que, segundo eles, as empresas fecham as portas para profissionais da área da Petroquímica por considerar que eles não dominam todas as práticas da área Química em geral.

Por fim, questionou-se os egressos acerca da percepção deles sobre as possíveis mudanças socioeconômicas proporcionadas pela conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica. Esse questionamento seguiu o mesmo exemplo dos outros, sendo permitido que o egresso respondesse, caso quisesse, mais de uma mudança socioeconômica. As respostas foram consolidadas e estão apresentadas no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Mudanças Socioeconômicas



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo, 2019.

A compilação das respostas demonstra que a grande maioria dos pesquisados, percebeu que a conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica trouxe duas principais mudanças socioeconômicas nas suas vidas: o amadurecimento da sua visão crítica como cidadão e a preparação para ingressar na educação superior.

Assim, muitos egressos afirmaram que continuar os estudos na educação superior, seria, na verdade, uma consequência da decisão de postergar a entrada no mercado de trabalho. E, com isso, visando uma melhor qualificação para conseguir melhores remunerações no futuro.

Em relação ao aprimoramento da visão crítica como cidadão, muitos egressos relataram que o curso trouxe uma compreensão maior do mercado de trabalho, da carreira acadêmica e das políticas públicas. Afirmaram também que os docentes e o corpo técnico pedagógico foram importantes, durante o processo de amadurecimento da visão cidadã. Acerca do IFCE *campus* Caucaia, explicaram que ele proporcionou uma variedade de atividades extraescolares com a participação de palestrantes externos, o que agregou novos conhecimentos sobre o mundo.

Foi citado pelos egressos as mudanças de hábitos de vida, já que muitos relataram que o regime escolar em tempo integral e o nível de atividades dos professores, especialmente da área técnica, exigiram que os estudantes desenvolvessem uma rotina intensa de estudos. Essas mudanças contribuíram para o aumento da responsabilidade e da capacidade de organizar compromissos, bem como em gerir de forma eficiente o tempo.

Muitos egressos também relataram que o curso em formato de tempo integral e a forma como o curso era desenvolvido tanto pelos docentes quanto corpo técnico pedagógico, fomentou um ambiente de aprendizado muito positivo. Eles se sentiam socialmente protegidos, pois tratava-se de um ambiente escolar muito diversificado e motivador. Essa rotina de aprendizagem combateu a ociosidade dos estudantes, direcionando-os para investir suas energias e tempo em coisas úteis e importantes, tanto para o amadurecimento pessoal e para a construção de uma base de conhecimentos para um futuro promissor.

Outro ponto ressaltado pelos egressos refere-se ao crescimento profissional. Embora uma parcela relativamente pequena esteja inserida no mercado de trabalho formal, os egressos reconheceram que houve um ensino técnico de qualidade fomentando o amadurecimento dos estudantes quanto ao mercado de trabalho.

Segundo os pesquisados, o Curso Técnico Integrado em Petroquímica trouxe uma maior visão do mercado de trabalho, por meio das disciplinas técnicas, das atividades extracurriculares com a participação de profissionais do mercado externo, visitas técnicas a empresas, participação em eventos, dentre outras ações.

Alguns egressos ainda comentaram que o amadurecimento na escola favoreceu uma melhor convivência com as outras pessoas, melhorou a comunicação e o ambiente familiar. Para 5 egressos, o curso favoreceu a melhoria da renda através das oportunidades de empregos e estágios remunerados que surgiram após

a formação técnica integrada. E por fim, 2 egressos afirmaram que não perceberam nenhuma mudança socioeconômica nas suas vidas após a conclusão do curso.

Este capítulo enriqueceu bastante a pesquisa, uma vez que foi possível ouvir do público-alvo da política pública, as suas percepções quanto ao percurso formativo do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia e as repercussões nas suas vidas.

Constatou-se de forma muito clara que o percurso formativo na educação profissional é longo e, que os frutos não são vistos de imediato, pois ao avaliar as respostas dos egressos, concluímos que a grande maioria não foi inserida no mercado de trabalho de imediato, porém encontram-se em um processo de verticalização dos conhecimentos através da educação superior. Assim, considera-se que a médio prazo, essas pessoas estejam mais bem capacitadas para ingressar no mercado de trabalho com uma qualificação mais ampla.

Observa-se, que a avaliação fria e exclusiva de números jamais será capaz de mensurar os impactos socioeconômicos desta política pública, já que a educação é um alicerce que dará apoio para o futuro dos indivíduos. Não sendo possível avaliar esse investimento tão importante apenas quanto ao número de egressos empregados em tão pouco tempo após a conclusão de um curso técnico integrado.

Em relação ao amadurecimento proporcionado pela educação profissional vinculada ao ensino médio, entende-se que possibilitou aos estudantes uma visão mais ampla do mundo, da realidade do mercado de trabalho. Essa visão impõe a eles uma responsabilidade quanto ao seu futuro, especialmente, os jovens de camadas sociais desfavorecidas, como é o caso do perfil majoritário dos estudantes do IFCE *campus* Caucaia.

Desse modo, o atual contexto econômico de grande desemprego vivenciado no Brasil, investir em educação profissional é, sem dúvida, uma ação estratégica para fomentar o desenvolvimento e estimular mudanças estruturais na economia e na sociedade. A partir das percepções e considerações dos estudantes egressos, identificou-se os elementos importantes para reforçar esta afirmativa na pesquisa.

Esta sessão apresentou elementos importantes, uma vez que a avaliação de políticas públicas, a partir de uma perspectiva teórico política com viés crítico, requer ouvir aqueles que são afetados diretamente pela ação pública. Assim, a participação dos estudantes egressos ampliou a compreensão das questões envolvidas na

execução da política pública, reforçando o entendimento de que, embora ela tenha um viés político para atendimento das necessidades do grande capital, existe a necessidade da realização de ajustes e deve ser vista como uma modalidade de ensino com propósitos mais amplos na formação de jovens.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a avaliar a política federal de educação profissional integrada ao ensino médio, a partir do estudo de caso do Curso Técnico Integrado em Petroquímica, do IFCE *campus* Caucaia, como ferramenta de transformação socioeconômica dos estudantes egressos.

Como primeiro objetivo específico, tratou-se sobre a dinâmica capitalista envolvendo o mundo do trabalho e a educação profissional a partir dos seus conflitos teóricos. Assim, foram abordadas as transformações que o mundo do trabalho sofreu provocadas pelo sistema econômico capitalista e como isso se refletiu no deslocamento das funções da educação profissional.

Constatou-se que a mundialização dos mercados, através das aberturas das economias, influenciou nas prioridades dos governos, refletindo de forma clara na formulação das políticas públicas e fomentando o fenômeno da mercantilização da educação. Além de, identificar que os organismos internacionais de fomento das economias atuam como mecanismos de pressão. E, com isso, impõem compromissos e metas para os países dependentes, direcionando as ações governamentais em favor do grande capital.

Apesar do mercado de trabalho ter se tornado um ambiente de grande competitividade, com foco na valorização da qualificação, esse contexto social é nocivo, uma vez que o mercado globalizado desvaloriza o trabalho humano. Já que não há garantias de oportunidades de trabalho digno para todos.

Sendo assim, a educação profissional, ainda que inserida como uma ferramenta para a consecução do sistema capitalista e considerada como privilégio de poucos, deve resguardar o seu caráter humanístico e imprimir um senso crítico naqueles que são atendidos por ela.

Como segundo objetivo específico do trabalho, realizou-se uma avaliação da política pública de educação profissional integrada ao ensino médio a partir de uma perspectiva teórico política com viés crítico. Para isso, foi percorrido um caminho com ênfase em três vertentes de análise: análise de contexto de formulação da política, conteúdo da política e a sua trajetória institucional.

A partir desse percurso avaliativo, compreendeu-se os interesses e os conflitos envolvidos na implementação e execução da política pública. Neste quadro,

foi verificado que a educação profissional integrada ao ensino médio, nos dias atuais demonstra marcas por disputas ideológicas em torno do seu objetivo. O que torna essa modalidade de ensino um campo de constante debate entre os diversos interesses de classes.

Foi possível identificar que essas disputas ideológicas tinham, na verdade, como pano de fundo, um contexto político e econômico que refletiu no arcabouço conceitual e na trajetória institucional da política pública. Assim, por diversas vezes as estruturas institucionais e organizacionais foram sendo moldadas aos novos conceitos do seu papel junto à sociedade brasileira.

Observando que a educação profissional, de forma geral, teve um grande salto institucional no final dos anos 2000. Fato que está presente diante a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que deu origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Apresentou-se a trajetória institucional da política pública no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, destacando o caso concreto da implantação do *campus* localizado no município de Caucaia. Por fim, foram apresentadas as características do Curso Técnico Integrado em Petroquímica a fim de demonstrar, na prática, como foi materializada a política pública de educação profissional integrada ao ensino médio.

Como parte final do estudo, apresentou-se os resultados da pesquisa realizada com os estudantes egressos da primeira turma do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia. O objetivo era demonstrar quais os reflexos socioeconômicos na vida dos egressos, após a conclusão do curso técnico integrado ao ensino médio e as suas percepções acerca do percurso formativo.

Os resultados desta pesquisa demonstraram, que a conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica não garantiu a eles uma inserção imediata no mercado de trabalho. Apontou-se a crise do mercado de trabalho, em especial as limitadas oportunidades de vagas de emprego na área da Petroquímica no Estado do Ceará, como um dos grandes motivos para que muitos dos egressos ainda estejam fora do mercado de trabalho formal.

Ademais, a maioria dos egressos afirmou que a escolha do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia, foi motivada pela perspectiva de trabalhar na Refinaria Premium II da Petrobrás. Mas, que acabou tendo o seu

projeto de implantação descontinuado pelo Governo Federal. O que influenciou, na opinião da maioria dos egressos, na sua não inserção no mercado de trabalho na área de formação técnica.

Assim, o impacto social na vida dos egressos foi a forte influência e preparação dos estudantes para dar continuidade aos seus estudos com a formação de nível superior. Os egressos relataram que não se deixaram levar pela ociosidade enquanto procuravam emprego, mas que aproveitaram o tempo, investindo na continuidade dos seus estudos. Ainda afirmaram que a escolha de seguir na educação superior, seria, na verdade, motivada pelo desejo de aumentar o nível da sua formação para conseguir melhores remunerações no futuro.

Apurou-se em linhas gerais, que os egressos avaliaram de forma muito positiva o Curso Técnico Integrado em Petroquímica ressaltando, sobretudo, a qualidade do corpo docente e o ambiente que lhes permitiu aprender novos hábitos e desenvolver uma visão madura do mundo. Foi possível compreender que a rotina intensa de estudos e o acompanhamento especializado de profissionais capacitados, proporcionou aos egressos uma preparação responsável para o mercado de trabalho bem como os protegeu socialmente.

A partir dessas constatações e reflexões absorvidas através desta pesquisa, foi possível perceber que a política pública em si não é garantia de inserção no mercado de trabalho. E, que as transformações socioeconômicas não são imediatas. Porém, esta política funciona como um alicerce muito importante para o desenvolvimento dos jovens estudantes.

De fato, os impactos da educação profissional não podem ser mensurados apenas pelo simples indicador de inserção no mercado de trabalho. Uma vez que essa dinâmica é influenciada por fatores externos, como o contexto econômico que vez por outra gera crises na oferta de oportunidades de emprego.

Por isso, depreende-se que a educação profissional integrada ao ensino médio é um investimento estratégico. Ela prepara as pessoas desde cedo para uma realidade competitiva, mas sem desperceber o caráter humanístico do mundo e de como esses egressos podem contribuir para o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Ao analisar as respostas dos egressos verificou-se a necessidade de alguns ajustes, que precisam ser realizados no Curso Técnico Integrado em Petroquímica

do IFCE *campus* Caucaia. Essas necessidades como, por exemplo, a ausência do estágio como componente curricular obrigatório foi apontada pelos egressos como uma das principais causas da sua não inserção no mercado de trabalho.

Desta maneira, existe a necessidade de que o curso seja planejado para permitir que o estudante tenha essa interação prática com as empresas, que desenvolvem atividades relacionadas com o curso técnico. Além disso, observa-se uma necessidade de maiores investimentos na infraestrutura do IFCE *campus* Caucaia, permitindo que o estudante, de tempo integral, possa ter acomodações adequadas para descanso. Neste sentido, a biblioteca foi apontada como a estrutura que mais carece de investimento, tanto na sua ampliação como na aquisição de livros suficientes para o atendimento da demanda.

Outro ponto que merece a atenção está relacionado a criação e nomenclatura do curso. De acordo com os estudantes o ideal seria uma nomenclatura que não prejudique o acesso dos egressos ao mercado de trabalho. Pois, para muitos egressos, o fato do curso se chamar Petroquímica fez com que as empresas considerassem os formados incapazes de trabalhar em atividades gerais no ramo da Química.

Assim, a criação de um curso deve levar em conta o contexto do mercado de trabalho e implementar ações para que divulguem melhor o currículo do curso e as suas aptidões do futuro profissional formado. Além disso, a criação de um curso deve ser uma decisão baseada em amplos estudos e planejamentos que levem em conta cenários de riscos, como foi o caso da não implantação da Refinaria Premium II da Petrobrás.

Considera-se que os objetivos específicos propostos nesta pesquisa foram alcançados, respondendo a indagação inicial sobre se a política pública de educação integrada ao ensino médio, tendo como o estudo de caso do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia, proporcionou transformações socioeconômicas na vida dos estudantes egressos.

Estudos sobre a educação profissional integrada ao ensino médio no IFCE devem continuar a ser realizados, pois acredita-se que esta pesquisa como outras futuras, poderão contribuir para compreender que rumo a política pública está tomando e como ela poderá ser aprimorada no decorrer do tempo.

Partindo dessa premissa, o presente estudo será compartilhado com os gestores do IFCE *campus* Caucaia, para somar novas reflexões com o intuito de ajudar a instituição a implementar novas ações em um ciclo constante de avaliação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** / Ricardo Antunes. – [2.ed., 10. Reimpr. Ver. e ampl.]. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <<http://goo.gl/7zJmTk>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. **Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. **Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

_____. **Educação Profissional: Políticas de Educação Profissional no Brasil.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

_____. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE Linha de Base.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Lei nº 12.513 de 26/10/2011.** Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. **Prestação de Contas Ordinária: relatório de gestão 2010.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 dez. 2018.

_____. **Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação.** Portaria MEC Nº 1.306 de 02/09/1999, resultante da homologação do Parecer CNE/CP n. 99, de julho de 1999, publicado no DOU 03/09/1999, Seção 1, p. 12.

CARDOSO, L. A. **A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Tempo Soc., v. 23, n. 2, p. 265-295, nov. 2011.

CASARIN, Helen de Casto Silva. **Pesquisa Científica: da teoria à prática.** Curitiba, PR: Intersaberes, 2012.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da educação profissional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo.** São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Impasse neoliberal. O público e o privado,** [S.1.], v. 5, n. 6, jul. 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópoles, RJ: Vozes, 2009.

FERRETTI, Celso João. SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Educação Profissional numa sociedade sem empregos.** Cadernos de Pesquisa, [S.1.], v. 5, n. 109, p. 43-66, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

FERRETI, Celso João. **Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21463.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e Crise no Trabalho: Perspectivas de final de século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção estudos culturais em educação).

_____. **Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora.** Campinas – São Paulo: Perspectiva, v.19, n.1, p.71-87, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/ZTcyZ8>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018-pdf/view>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/view>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

LIRA, Alexandre T. Nascimento. **Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 36, 2009.

MARQUES, Eduardo. **A política pública como campo multidisciplinar**. SciELO- Editora UNESP, 2013.

OLIVEIRA, Daniel Ricardo. **A centralidade do trabalho na contemporaneidade**. Ribeirão Preto: Dialogus, v.4, n.1, 2008.

RAMOS, M. **Educação profissional: História e Legislação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. Aval Revista Avaliação de Políticas Públicas, n.1, jan-jun/2008, p. 7-15.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas do Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras, 2008.

_____. **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2013.

SOUSA, Antônia de Abreu. ARRAIS NETO, Enéas. ALBUQUERQUE, José de Paula. OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **O mundo do trabalho e a formação crítica**. Fortaleza: UFC, 2012.

APÊDICE A – QUESTIONÁRIO

Olá! Sou Renato Alves, servidor do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e aluno do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC). A política pública em estudo é a educação profissional integrada ao ensino médio, onde iremos nos aprofundar sobre a dinâmica da relação educação-trabalho no contexto do Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia. A proposta do MAPP é analisar uma política pública para além do mero atendimento aos requisitos exigidos por um texto legal. Por isso esta pesquisa tem como objetivo identificar a percepção dos egressos sobre as repercussões após a conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica. Assim, gostaríamos de conversar um pouco com você e conhecer o seu ponto de vista sobre alguns pontos importantes.

1. Está estudando no momento?
 - 1.1. Caso a sua resposta seja SIM, qual o curso? E de que forma o Curso Técnico Integrado em Petroquímica lhe ajudou a prosseguir nos seus estudos?
 - 1.2. Caso a sua resposta seja NÃO, porque parou os estudos?
2. Caso não esteja trabalhando atualmente, você está procurando emprego?
 - 2.1. Caso NÃO esteja procurando emprego, quais os motivos?
 - 2.2. Caso ESTEJA procurando emprego, quais as dificuldades encontradas?
3. Você já exerceu alguma atividade remunerada após a conclusão do Curso Técnico Integrado em Petroquímica? Em caso positivo, quais atividades?
4. Caso você esteja trabalhando atualmente, qual o tipo de atividade que você exerce?
 - () Emprego formal
 - () Estágio
 - () Servidor Público
 - () Empreendedor
 - () Trabalho Informal
 - () Outros, especifique: _____
5. De que forma o Curso Técnico Integrado em Petroquímica lhe ajudou a conseguir o seu trabalho atual?
6. Está trabalhando na área da Petroquímica?

- 6.1. Caso a sua resposta seja SIM, quais as dificuldades para conseguir trabalho na área da Petroquímica?
- 6.2. Caso a sua resposta seja NÃO, a que atribui esse fato?
7. Porque você escolheu o Curso Técnico Integrado em Petroquímica?
8. Em geral, qual a sua avaliação do Curso Técnico Integrado em Petroquímica?
() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
9. Em quais aspectos o Curso Técnico Integrado em Petroquímica deveria melhorar?
10. Na sua avaliação, como foi o seu aprendizado durante o curso?
() Muito baixo () Baixo () Médio () Alto () Muito alto
11. O Curso Técnico Integrado em Petroquímica proporcionou mudanças sociais e econômicas na sua vida? Em caso positivo, poderia descrevê-las?
12. Se você pudesse voltar no tempo, você faria novamente o Curso Técnico Integrado em Petroquímica?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar do estudo: “A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: AVALIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM PETROQUÍMICA DO IFCE *CAMPUS* CAUCAIA” realizado por Francisco Renato Alves de Sousa. Nesse estudo pretendemos avaliar o Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia como ferramenta de transformação socioeconômica dos estudantes egressos. Essa pesquisa terá como base o período que compreendeu a formação da primeira turma dos estudantes egressos do Curso Técnico Integrado em Petroquímica a partir do ano de 2015. No caminho a ser percorrido nesta pesquisa, busca-se entender, a partir de um estudo de caso, quais os interesses e conflitos envolvidos na implementação e execução da política pública de educação profissional integrada ao ensino médio, bem como os seus reflexos na vida socioeconômica daqueles que são o seu público alvo.

Sua participação consistirá em responder algumas perguntas, por meio de uma entrevista, sobre a temática em estudo.

Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que será por mim atendido(a).

Este estudo apresenta risco mínimo (tais como algum constrangimento ao responder sobre o Curso Técnico Integrado em Petroquímica do IFCE *campus* Caucaia, no período acima mencionado). Mas, se manterá todo o cuidado para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar qualquer desconforto. Sua participação trará como benefícios mais conhecimento sobre a temática abordada.

Serão garantidos o sigilo do seu nome e a privacidade dos dados coletados durante todas as fases da pesquisa. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, você tem assegurado o direito de deixar de participar caso aconteçam quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados comigo, como o pesquisador responsável por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão destruídos.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada por mim como pesquisador responsável, e a outra fornecida a você.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o pesquisador orientador, Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon, Telefone: (85) 3366-9663, Universidade Federal do Ceará localizado no campus do Pici (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão de participar, se assim o desejar. Recebi uma via deste Termo de Consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Fortaleza, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO A - RELAÇÃO DE CURSOS DO IFCE

Quadro 1 – Listagem de cursos técnicos de nível médio do IFCE

CAMPUS	CURSOS	FORMATO	MODALIDADE
Acaraú	Aquicultura	Subsequente	Presencial
Acaraú	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Acaraú	Eventos	Subsequente	Presencial
Acaraú	Restaurante e Bar	Subsequente	Presencial
Acaraú	Construção Naval	Subsequente	Presencial
Acaraú	Pesca	Subsequente	Presencial
Acopiara	Informática	Subsequente	Presencial
Aracati	Petroquímica	Integrado	Presencial
Aracati	Informática	Concomitante	Presencial
Aracati	Eventos	Concomitante	Presencial
Aracati	Aquicultura	Concomitante	Presencial
Baturité	Hospedagem	Concomitante	Presencial
Baturité	Administração	Subsequente	Presencial
Boa Viagem	Redes de Computadores	Integrado	Presencial
Boa Viagem	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Camocim	Restaurante e Bar	Subsequente	Presencial
Camocim	Informática	Subsequente	Presencial
Camocim	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	Presencial
Canindé	Telecomunicações	Integrado	Presencial
Canindé	Eletrônica	Integrado	Presencial
Canindé	Eventos	Integrado	Presencial
Canindé	Informática	Subsequente	Presencial
Canindé	Telecomunicações	Subsequente	Presencial
Canindé	Eventos	Subsequente	Presencial
Caucaia	Eletroeletrônica	Integrado	Presencial
Caucaia	Metalurgia	Integrado	Presencial
Caucaia	Petroquímica	Integrado	Presencial
Caucaia	Logística	Subsequente	Presencial
Cedro	Mecânica	Integrado	Presencial

Cedro	Informática	Integrado	Presencial
Cedro	Eletrotécnica	PROEJA	Presencial
Cedro	Eletrotécnica	Integrado	Presencial
Cedro	Eletrotécnica	Concomitante	Presencial
Cedro	Mecânica	Concomitante	Presencial
Crateús	Química	Integrado	Presencial
Crateús	Edificações	Concomitante	Presencial
Crateús	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Crateús	Edificações	Subsequente	Presencial
Crateús	Alimentos	Subsequente	Presencial
Crato	Agropecuária	Integrado	Presencial
Crato	Informática	Integrado	Presencial
Crato	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Edificações	Integrado	Presencial
Fortaleza	Refrigeração e Climatização	PROEJA	Presencial
Fortaleza	Informática	Integrado	Presencial
Fortaleza	Telecomunicações	Integrado	Presencial
Fortaleza	Mecânica	Integrado	Presencial
Fortaleza	Química	Integrado	Presencial
Fortaleza	Eletrotécnica	Integrado	Presencial
Fortaleza	Informática	Concomitante	EAD
Fortaleza	Redes de Computadores	Concomitante	EAD
Fortaleza	Segurança do Trabalho	Concomitante	EAD
Fortaleza	Eletrotécnica	Concomitante	EAD
Fortaleza	Segurança do Trabalho	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Edificações	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Guia de Turismo	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Instrumento Musical	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Manutenção Automotiva	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Mecânica	Subsequente	Presencial
Fortaleza	Eletrotécnica	Subsequente	Presencial
Guaramiranga	Hospedagem	Subsequente	Presencial
Iguatu	Agropecuária	Integrado	Presencial

Iguatu	Informática	Integrado	Presencial
Iguatu	Nutrição e Dietética	Integrado	Presencial
Iguatu	Agroindústria	Integrado	Presencial
Iguatu	Comércio	Subsequente	Presencial
Iguatu	Nutrição e Dietética	Subsequente	Presencial
Iguatu	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Iguatu	Zootecnia	Subsequente	Presencial
Iguatu	Informática	Subsequente	Presencial
Iguatu	Agroindústria	Subsequente	Presencial
Itapipoca	Edificações	Integrado	Presencial
Itapipoca	Mecânica	Integrado	Presencial
Itapipoca	Edificações	Subsequente	Presencial
Itapipoca	Mecânica	Subsequente	Presencial
Jaguaribe	Eletromecânica	Integrado	Presencial
Jaguaribe	Eletromecânica	Subsequente	Presencial
Jaguaribe	Eletromecânica	Concomitante	Presencial
Jaguaruana	Informática	Subsequente	Presencial
Jaguaruana	Computação Gráfica	Subsequente	Presencial
Juazeiro do Norte	Edificações	Integrado	Presencial
Juazeiro do Norte	Mecânica	PROEJA	Presencial
Juazeiro do Norte	Eletrotécnica	Integrado	Presencial
Limoeiro do Norte	Eletroeletrônica	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Panificação	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Mecânica	Subsequente	Presencial
Limoeiro do Norte	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Maracanaú	Automação Industrial	Concomitante	Presencial
Maracanaú	Redes de Computadores	Concomitante	Presencial
Maracanaú	Meio Ambiente	Concomitante	Presencial
Maracanaú	Informática	Concomitante	Presencial
Maranguape	Segurança do Trabalho	Concomitante	Presencial
Maranguape	Informática	Subsequente	Presencial
Maranguape	Edificações	Subsequente	Presencial

Maranguape	Aquicultura	Subsequente	Presencial
Paracuru	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Paracuru	Redes de Computadores	Subsequente	Presencial
Pecém	Eletromecânica	Subsequente	Presencial
Pecém	Automação Industrial	Subsequente	Presencial
Quixadá	Química	Integrado	Presencial
Quixadá	Edificações	Integrado	Presencial
Quixadá	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Quixadá	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Quixadá	Química	Subsequente	Presencial
Quixadá	Edificações	Subsequente	Presencial
Quixadá	Edificações	Concomitante	Presencial
Quixadá	Química	Concomitante	Presencial
Sobral	Eletrotécnica	Subsequente	Presencial
Sobral	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Sobral	Segurança do Trabalho	Subsequente	Presencial
Sobral	Agroindústria	Subsequente	Presencial
Sobral	Fruticultura	Subsequente	Presencial
Sobral	Panificação	Subsequente	Presencial
Sobral	Meio Ambiente	Subsequente	Presencial
Sobral	Mecânica	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Petróleo e gás	Integrado	Presencial
Tabuleiro do Norte	Manutenção Automotiva	Integrado	Presencial
Tabuleiro do Norte	Petróleo e gás	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Instrumento Musical	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Administração	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Soldagem	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Manutenção Automotiva	Subsequente	Presencial
Tabuleiro do Norte	Manutenção Automotiva	Concomitante	Presencial
Tabuleiro do Norte	Petróleo e gás	Concomitante	Presencial
Tauá	Redes de Computadores	Integrado	Presencial
Tauá	Agropecuária	Integrado	Presencial
Tauá	Agronegócio	Concomitante	Presencial

Tianguá	Informática	Subsequente	Presencial
Tianguá	Agricultura	Subsequente	Presencial
Ubajara	Alimentos	Subsequente	Presencial
Umirim	Agropecuária	Integrado	Presencial
Umirim	Informática	Integrado	Presencial
Umirim	Agropecuária	Subsequente	Presencial
Umirim	Informática	Subsequente	Presencial

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)

Quadro 2 – Demonstrativo de cursos técnicos de nível médio do IFCE

CAMPUS	CON.	%	SUB.	%	PRO.	%	INT.	%	TOTAL	%
Acaraú	0	0,00	6	8,22	0	0,00	0	0,00	6	4,44
Acopiara	0	0,00	1	1,37	0	0,00	0	0,00	1	0,74
Aracati	3	13,64	0	0,00	0	0,00	1	2,70	4	2,96
Baturité	1	4,55	1	1,37	0	0,00	0	0,00	2	1,48
Boa Viagem	0	0,00	1	1,37	0	0,00	1	2,70	2	1,48
Camocim	0	0,00	3	4,11	0	0,00	0	0,00	3	2,22
Canindé	0	0,00	3	4,11	0	0,00	3	8,11	6	4,44
Caucaia	0	0,00	1	1,37	0	0,00	3	8,11	4	2,96
Cedro	2	9,09	0	0,00	1	33,33	3	8,11	6	4,44
Crateús	1	4,55	3	4,11	0	0,00	1	2,70	5	3,70
Crato	0	0,00	1	1,37	0	0,00	2	5,41	3	2,22
Fortaleza	4	18,18	7	9,59	1	33,33	6	16,22	18	13,33
Guaramiranga	0	0,00	1	1,37	0	0,00	0	0,00	1	0,74
Iguatu	0	0,00	6	8,22	0	0,00	4	10,81	10	7,41
Itapipoca	0	0,00	2	2,74	0	0,00	2	5,41	4	2,96
Jaguaribe	1	4,55	1	1,37	0	0,00	1	2,70	3	2,22
Jaguaruana	0	0,00	2	2,74	0	0,00	0	0,00	2	1,48
Juazeiro do Norte	0	0,00	0	0,00	1	33,33	2	5,41	3	2,22
Limoeiro do Norte	0	0,00	5	6,85	0	0,00	0	0,00	5	3,70
Maracanaú	4	18,18	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	2,96
Maranguape	1	4,55	3	4,11	0	0,00	0	0,00	4	2,96
Paracuru	0	0,00	2	2,74	0	0,00	0	0,00	2	1,48

Pecém	0	0,00	2	2,74	0	0,00	0	0,00	2	1,48
Quixadá	2	9,09	4	5,48	0	0,00	2	5,41	8	5,93
Sobral	0	0,00	8	10,96	0	0,00	0	0,00	8	5,93
Tabuleiro do Norte	2	9,09	5	6,85	0	0,00	2	5,41	9	6,67
Tauá	1	4,55	0	0,00	0	0,00	2	5,41	3	2,22
Tianguá	0	0,00	2	2,74	0	0,00	0	0,00	2	1,48
Ubajara	0	0,00	1	1,37	0	0,00	0	0,00	1	0,74
Umirim	0	0,00	2	2,74	0	0,00	2	5,41	4	2,96
TOTAL		22	73		3		37		135	

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)

Quadro 3 – Listagem de cursos de graduação do IFCE

CAMPUS	CURSOS	TIPO	MODALIDADE
Acaraú	Física	Licenciatura	Presencial
Acaraú	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Acopiara	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Aracati	Química	Licenciatura	Presencial
Aracati	Hotelaria	Tecnologia	Presencial
Aracati	Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial
Aracati	Engenharia de Aquicultura	Bacharelado	Presencial
Baturité	Gastronomia	Tecnologia	Presencial
Baturité	Hotelaria	Tecnologia	Presencial
Baturité	Letras - Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Boa Viagem	Química	Licenciatura	Presencial
Camocim	Processos Ambientais	Tecnologia	Presencial
Camocim	Química	Licenciatura	Presencial
Camocim	Letras - Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Canindé	Gestão de Turismo	Tecnologia	Presencial
Canindé	Redes de Computadores	Tecnologia	Presencial
Canindé	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	Presencial
Canindé	Educação Física	Licenciatura	Presencial
Canindé	Matemática	Licenciatura	Presencial
Canindé	Música	Licenciatura	Presencial

Canindé	Pedagogia	Licenciatura	Presencial
Caucaia	Química	Licenciatura	Presencial
Caucaia	Matemática	Licenciatura	Presencial
Cedro	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Cedro	Matemática	Licenciatura	Presencial
Cedro	Física	Licenciatura	Presencial
Cedro	Sistemas de Informação	Bacharelado	Presencial
Cedro	Música	Licenciatura	Presencial
Cedro	Matemática	Licenciatura	Presencial
Cedro	Letras - Português	Licenciatura	Presencial
Cedro	Física	Licenciatura	Presencial
Cedro	Geografia	Licenciatura	Presencial
Cedro	Zootecnia	Bacharelado	Presencial
Crato	Sistemas de Informação	Bacharelado	Presencial
Crato	Zootecnia	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Gestão Ambiental	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Telemática	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Hotelaria	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Hotelaria	Tecnologia	EAD
Fortaleza	Processos Químicos	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Saneamento Ambiental	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Gestão Desportiva e de Lazer	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Estradas	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Fortaleza	Física	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Matemática	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Artes Visuais	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Teatro	Licenciatura	Presencial
Fortaleza	Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Licenciatura	EAD
Fortaleza	Engenharia de Mecatrônica	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Engenharia de Computação	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Engenharia de Telecomunicação	Bacharelado	Presencial
Fortaleza	Turismo	Bacharelado	Presencial

Fortaleza	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial
Horizonte	Física	Licenciatura	Presencial
Iguatu	Irrigação e Drenagem	Tecnologia	Presencial
Iguatu	Geografia	Licenciatura	Presencial
Iguatu	Química	Licenciatura	Presencial
Iguatu	Serviço Social	Bacharelado	Presencial
Itapipoca	Física	Licenciatura	Presencial
Jaguaribe	Redes de Computadores	Tecnologia	Presencial
Jaguaribe	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Juazeiro do Norte	Automação Industrial	Tecnologia	Presencial
Juazeiro do Norte	Construção de Edifícios	Tecnologia	Presencial
Juazeiro do Norte	Educação Física	Licenciatura	Presencial
Juazeiro do Norte	Matemática	Licenciatura	Presencial
Juazeiro do Norte	Matemática	Licenciatura	Presencial
Juazeiro do Norte	Engenharia Ambiental	Bacharelado	EAD
Limoeiro do Norte	Alimentos	Tecnologia	Presencial
Limoeiro do Norte	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Limoeiro do Norte	Saneamento Ambiental	Tecnologia	Presencial
Limoeiro do Norte	Educação Física	Licenciatura	Presencial
Limoeiro do Norte	Agronomia	Bacharelado	Presencial
Limoeiro do Norte	Nutrição	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Química	Licenciatura	Presencial
Maracanaú	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial
Maracanaú	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	Presencial
Maranguape	Matemática	Licenciatura	Presencial
Maranguape	Física	Licenciatura	Presencial
Morada Nova	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial
Morada Nova	Engenharia de Aquicultura	Bacharelado	Presencial
Paracuru	Gestão Ambiental	Tecnologia	Presencial
Paracuru	Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial
Quixadá	Agronegócio	Tecnologia	Presencial

Quixadá	Geografia	Licenciatura	Presencial
Quixadá	Química	Licenciatura	Presencial
Quixadá	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Presencial
Quixadá	Engenharia de Produção Civil	Bacharelado	Presencial
Quixadá	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial
Sobral	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	Presencial
Sobral	Alimentos	Tecnologia	Presencial
Sobral	Irrigação e Drenagem	Tecnologia	Presencial
Sobral	Saneamento Ambiental	Tecnologia	Presencial
Sobral	Física	Licenciatura	Presencial
Tauá	Telemática	Tecnologia	Presencial
Tauá	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Tianguá	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Presencial
Tianguá	Física	Licenciatura	Presencial
Tianguá	Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial
Ubajara	Gastronomia	Tecnologia	Presencial
Ubajara	Agroindústria	Tecnologia	Presencial
Ubajara	Química	Licenciatura	Presencial
Umirim	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Presencial

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)

Quadro 4 – Demonstrativo de cursos de graduação do IFCE

CAMPUS	BAC.	%	LIC.	%	TEC.	%	TOTAL	%
Acaraú	0	0,00	2	4,26	0	0,00	2	1,90
Acopiara	0	0,00	1	2,13	0	0,00	1	0,95
Aracati	2	8,00	1	2,13	1	3,03	4	3,81
Baturité	0	0,00	1	2,13	2	6,06	3	2,86
Boa Viagem	0	0,00	1	2,13	0	0,00	1	0,95
Camocim	0	0,00	2	4,26	1	3,03	3	2,86
Canindé	0	0,00	4	8,51	3	9,09	7	6,67
Caucaia	0	0,00	2	4,26	0	0,00	2	1,90
Cedro	2	8,00	7	14,89	1	3,03	10	9,52
Crato	2	8,00	0	0,00	0	0,00	2	1,90

Fortaleza	5	20,00	5	10,64	9	27,27	19	18,10
Horizonte	0	0,00	1	2,13	0	0,00	1	0,95
Iguatu	1	4,00	2	4,26	1	3,03	4	3,81
Itapipoca	0	0,00	1	2,13	0	0,00	1	0,95
Jaguaribe	0	0,00	1	2,13	1	3,03	2	1,90
Juazeiro do Norte	1	4,00	3	6,38	2	6,06	6	5,71
Limoeiro do Norte	2	8,00	1	2,13	3	9,09	6	5,71
Maracanaú	4	16,00	1	2,13	0	0,00	5	4,76
Maranguape	0	0,00	2	4,26	0	0,00	2	1,90
Morada Nova	2	8,00	0	0,00	0	0,00	2	1,90
Paracuru	0	0,00	1	2,13	1	3,03	2	1,90
Quixadá	3	12,00	2	4,26	1	3,03	6	5,71
Sobral	0	0,00	1	2,13	4	12,12	5	4,76
Tauá	0	0,00	1	2,13	1	3,03	2	1,90
Tianguá	1	4,00	2	4,26	0	0,00	3	2,86
Ubajara	0	0,00	1	2,13	2	6,06	3	2,86
Umirim	0	0,00	1	2,13	0	0,00	1	0,95
TOTAL	25		47		33		105	

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)

Quadro 5 – Listagem de cursos de pós-graduação do IFCE

CAMPUS	CURSOS	TIPO	MODALIDADE
Acaraú	Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional	Especialização	Presencial
Acopiara	Ensino de Ciências e Matemática	Especialização	Presencial
Baturité	Ciência de Alimentos	Especialização	Presencial
Camocim	Análise Ambiental	Especialização	Presencial
Canindé	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	Especialização	Presencial
Canindé	Educação Física Escolar	Especialização	Presencial
Caucaia	Ensino de Ciências Humanas	Especialização	Presencial

Caucaia	Ensino de Ciências da Natureza	Especialização	Presencial
Cedro	Docência do Ensino Superior	Especialização	Presencial
Crateús	Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	Especialização	Presencial
Crateús	Estudos da Linguagem	Especialização	Presencial
Crateús	Educação do Campo	Especialização	Presencial
Crato	Produção Animal no Semiárido	Especialização	Presencial
Crato	Gestão e Manejo de Recursos Ambientais	Especialização	Presencial
Fortaleza	Tecnologia e Gestão Ambiental	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Engenharia de Telecomunicações	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Ciência da Computação	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Ensino de Ciências e Matemática	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e Inovação	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Artes	Mestrado	Presencial
Fortaleza	Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Especialização	Presencial
Fortaleza	Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Especialização	EAD
Fortaleza	Elaboração e Gerenciamento de Projetos para a Gestão Municipal de Recursos Hídricos	Especialização	EAD
Iguatu	Educação Profissional e Tecnológica	Especialização	Presencial
Iguatu	Gestão de Micro, Pequenas e Médias Empresas	Especialização	Presencial
Juazeiro do Norte	Ensino de Matemática com Ênfase na Formação de Professores da Educação Básica	Especialização	Presencial
Juazeiro do Norte	Educação Física, Saúde e Lazer	Especialização	Presencial
Limoeiro do Norte	Saúde e Segurança Alimentar	Especialização	Presencial

Limoeiro do Norte	Gestão e Controle Ambiental	Especialização	Presencial
Limoeiro do Norte	Metodologias de Ensino para Educação Básica	Especialização	Presencial
Limoeiro do Norte	Tecnologia de Alimentos	Mestrado	Presencial
Maracanaú	Energias Renováveis	Mestrado	Presencial
Maranguape	Ensino na Educação Básica	Especialização	Presencial
Morada Nova	Gestão Ambiental	Especialização	Presencial
Sobral	Gestão Ambiental	Especialização	Presencial
Sobral	Gestão da Qualidade e Segurança de Alimentos	Especialização	Presencial
Sobral	Ensino de Física	Mestrado	Presencial
Tabuleiro do Norte	Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino	Especialização	Presencial

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)

Quadro 6 – Demonstrativo de cursos de graduação do IFCE

CAMPUS	ESP.	%	MES.	%	TOTAL	%
Acaraú	1	3,45	0	0,00	1	2,56
Acopiara	1	3,45	0	0,00	1	2,56
Baturité	1	3,45	0	0,00	1	2,56
Camocim	1	3,45	0	0,00	1	2,56
Canindé	2	6,90	0	0,00	2	5,13
Caucaia	2	6,90	0	0,00	2	5,13
Cedro	1	3,45	0	0,00	1	2,56
Crateús	3	10,34	0	0,00	3	7,69
Crato	2	6,90	0	0,00	2	5,13
Fortaleza	3	10,34	7	70,00	10	25,64
Iguatu	2	6,90	0	0,00	2	5,13
Juazeiro do Norte	2	6,90	0	0,00	2	5,13
Limoeiro do Norte	3	10,34	1	10,00	4	10,26
Maracanaú	0	0,00	1	10,00	1	2,56

Maranguape	1	3,45	0	0,00	1	2,56
Morada Nova	1	3,45	0	0,00	1	2,56
Sobral	2	6,90	1	10,00	3	7,69
Tabuleiro do Norte	1	3,45	0	0,00	1	2,56
TOTAL	29		10		39	

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR

MATRIZ CURRICULAR – EIXO: PRODUÇÃO INDUSTRIAL - PETROQUÍMICA															
ÁREAS		COMPONENTES	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL						CRÉDITOS SEMESTRAIS						TOTAL DA CARGA HORÁRIA (MÍNIMA) POR COMPONENTE
BASE NACIONAL COMUM			° SEMESTRE	° SEMESTRE	° SEMESTRE	° SEMESTRE	° SEMESTRE	° SEMESTRE	QUANTIDADE DE AULAS SEMANAIS / ANO						
								1°	2°	3°	4°	5°	6°		
			Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	BIOLOGIA				80	80						4
FÍSICA	40	40		80	80				2	2	4	4			240
MATEMÁTICA	80	40		40	40	40	40		4	2	2	2	2	2	280
QUÍMICA	80	80		40					4	4	2				200
Linguagens, códigos e suas tecnologias.	EDUCAÇÃO FÍSICA	40	40	40	40				2	2	2	2			160
	ARTE ED. CULTURA E MÚSICA	40	40						2	2					80
	LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO	80	80	40	40	40	40		4	4	2	2	2	2	320
	LÍNGUA INGLESA	40	40	40	40				2	2	2	2			160
Ciências Humanas e suas Tecnologias	FILOSOFIA	40		40		40			2		2		2		120
	SOCIOLOGIA		40		40		40			2		2		2	120
	HISTÓRIA	40	40	40					2	2	2				120
	GEOGRAFIA			40	40	40					2	2	2		120
TOTAL - BASE NACIONAL COMUM		480	440	400	400	240	120		24	22	20	20	12	6	2080

PARTE DIVERSIFICADA	ESPAÑHOL (OPTATIVA)			40					2						
	LIBRAS (OPTATIVA)			40					2						
	INFORMÁTICA BÁSICA (OPTATIVA)		40							2					
	EDUCAÇÃO FÍSICA V (OPTATIVA)		40							2					
	MÚSICA TEORIA E PRÁTICA (OPTATIVA)		40							2					
	TOTAL - PARTE DIVERSIFICADA (optativas)	0	40	40	0	0	0	0	2	2	0	0	0	80	
PARTE PROFISSIONALIZANTE	INTRODUÇÃO AO CURSO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	20						1						20	
	ÉTICA PROFISSIONAL	20						1						20	
	ORIENTAÇÃO BÁSICA DE LABORATÓRIO		40						2					40	
	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	40						2						40	
	MECÂNICA DOS FLUIDOS			80						4				80	
	GESTÃO AMBIENTAL	40						2						40	
	TECNOLOGIA EM BIOCOMBUSTÍVEIS		40						2					40	
	QUÍMICA AMBIENTAL		40											40	
	FÍSICO QUÍMICA APLICADA			40						2				40	
	TRANSFERÊNCIA DE CALOR				80							4		80	
	TRATAMENTO DE ÁGUA				40							2		40	
	TRATAMENTO DE EFLUENTES				40							2		40	
	QUÍMICA ORGÂNICA APLICADA				80							4		80	
	POLÍMERO E DERIVADOS DE PETRÓLEO						80						4	80	
	QUÍMICA ANALÍTICA APLICADA			80								2		80	
	PROCESSOS NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA						80						4	80	
	QUÍMICA ANALÍTICA INSTRUMENTAL					80							4	80	
	GESTÃO E EMPREENDEDORISMO	40							2					40	
	INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE						40							2	40
	CONTROLE DE QUALIDADE NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA						80							4	80
	LOGÍSTICA INDUSTRIAL		40							2				40	
	OPERAÇÕES UNITÁRIAS						80							4	80
TOTAL	160	160	200	240	160	280	8	8	10	8	12	14	1200		

RESUMO GERAL DA CARGA HORÁRIA	TOTAL DE AULAS SEMANAIS							
	B. N. C. + PARTE DIVERSIFICADA	480	480	440	400	240	120	2160
	PARTE PROFISSIONALIZANTE*	160	160	200	240	160	280	1200
	TOTAL DE CARGA HORÁRIA SEM ESTÁGIO	640	640	640	640	400	400	3360
	PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA (PPI) *							160

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Petroquímica (2018)